

BALANÇO GERAL

1978





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO

EXPOSIÇÃO SOBRE O BALANÇO GERAL

EXERCÍCIO 1978

SINVAL GUAZZELLI
Governador do Estado

JORGE BABOT MIRANDA
Secretário de Estado da Fazenda

JOSÉ VESCOVI NETO
Contador e Auditor-Geral do Estado

Í N D I C E

**EXPOSIÇÃO SOBRE O BALANÇO GERAL
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO**

Apresentação	13/ 14
Despesas Autorizadas e Recursos Financeiros	15/ 29
Despesas Autorizadas	15
Créditos Ordinários	15
Créditos Especiais	18
Recursos Financeiros	21
Fundo Geral	21
Fundos Especiais	23
Operações de Crédito	26
Resultado Presumível do Exercício	28
Balanço Financeiro	30/ 81
Execução do Orçamento	30
Análise da Receita	35
Receitas Correntes	36
Receita Tributária	36
Receita Patrimonial	40
Receita Industrial	43
Transferências Correntes	44
Receitas Diversas	46
Receitas de Capital	49
Operações de Crédito	50
Transferências de Capital	54
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	56
Outras Receitas de Capital	57
Análise da Despesa	57
Confronto da Despesa Fixada com a Realizada	66
Evolução da Despesa	69
Demonstração da Execução Orçamentária segundo as Categorias Econômicas	72
Análise do Resultado Financeiro do Exercício	75
Operações Extra-Orçamentárias	79
Reflexos da Gestão Financeira sobre o Patrimônio Financeiro	80
Balanço Patrimonial	82/122
Ativo do Estado	84
Ativo Financeiro	84
Disponível	85
Vinculado	85
Realizável	85
Ativo Permanente	86
Bens do Estado	87
Créditos	87
Participações	88
Diversos	94
Passivo do Estado	96
Passivo Financeiro (Dívida Flutuante)	101
Débitos de Tesouraria	102
Restos a Pagar	103
Serviço da Dívida a Pagar	103
Depósitos	104
Diversos	104
Passivo Permanente	108
Dívida Fundada Interna	108
Dívida Fundada Externa	121
Demonstração das Variações Patrimoniais	123/128
Apuração do Descoberto Financeiro em 31.12.78	129/142
Considerações Finais	143/144

**BALANÇO GERAL
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO**

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	147
BALANÇO FINANCEIRO	148/149
Modelo Padrão	148
Análise do Modelo Padrão	149
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	150/162
Demonstração da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas	150
Receita	151/159
Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada	151
Demonstrativo da Receita por Estação Arrecadadora	156
Despesa	160/162
Créditos Especiais Segundo os Respective Recursos Financeiros	160
DEMONSTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	163/175
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	176/181
Modelo Padrão	176
Análise do Modelo Padrão	177
BALANÇO PATRIMONIAL	182/258
ANÁLISE DO ATIVO	183/211
Financeiro	183/194
Disponível	183/192
Caixa	183
Bancos, c/Disponíveis	185
Bancos, c/Especial AL	186
Exatórias	191
Coordenadorias Regionais de Arrecadação	192
Vinculado em Conta Corrente Bancária	193/194
Bancos, c/Vinculadas	193
Realizável	195/203
Devedores	195
Responsáveis	200
Prefeituras, c/Devedoras	201
Suprimentos Autorizados	202
Valores do Estado	203
Permanente	204/211
Devedores por Empréstimos	204
Prefeituras, c/Empréstimo Externo 1927	205
Prefeituras, c/Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa	206
Participação em Sociedades de Economia Mista do Estado	207
Participações Diversas	208
Almoxarifados	209
Fundos para Financiamentos	210
Fundos Diversos	211
ANÁLISE DO PASSIVO	212/253
Financeiro	212/249
Dívida Flutuante	212
Depósitos de Autarquias	222
Depósitos de Consignatários	223
Depósitos de Fundações	225
Cauções	226
Retenções	239
Empréstimos por Antecipação da Receita	245
Contribuições para Autarquias	246
Contribuições para Fundações	247
Empresas, c/Capital a Integralizar	248
Fundos Especiais	249
Permanente	250/253
Dívida Fundada Interna	250
Dívida Fundada Externa	253
ANÁLISE DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO	254/258
Valores em Poder de Terceiros	254
Valores Nominais Emitidos	255
Avais Concedidos	256
Caixa de Títulos e Valores do Estado	257
Valores de Terceiros	258

ANÁLISE DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ANÁLISE DA DESPESA AO NÍVEL DE GOVERNO	263/309
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade	263
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo as Categorias Econômicas	269
Demonstração da Despesa Estimada e Realizada por Função segundo Projeto e Atividade	275
Demonstração da Despesa Estimada e Realizada por Função segundo as Categorias Econômicas ..	277
Demonstração da Despesa Estimada e Realizada por Programa segundo Projeto e Atividade	279
Demonstração da Despesa Estimada e Realizada por Programa segundo as Categorias Econômicas ..	283
Demonstração da Despesa Estimada e Realizada por Subprograma segundo Projeto e Atividade ..	287
Demonstração da Despesa Estimada e Realizada por Subprograma segundo as Categorias Econômicas ..	294
Consolidação Geral da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	303
Análise da Despesa Realizada no Elemento 315.0 - Despesa de Exercícios Anteriores	308
ANÁLISE DA DESPESA AO NÍVEL DE ÓRGÃO	317/672
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	317/324
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	317
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	318
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	319
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	321
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	323
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	327/333
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	327
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	328
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	329
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	330
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	332
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	339/345
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	339
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	340
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	341
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	342
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	344
TRIBUNAL DE ALÇADA	349/354
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	349
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	350
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	351
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	352
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	354
TRIBUNAL DE JÚRI E JUIZADOS	357/361
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	357
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	358
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	359
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	360
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	361
JUIZADO DE MENORES	365/369
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	365
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	366

Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	367
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	368
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	369
JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO	373/377
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	373
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	374
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	375
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	376
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas Elementos e Rubricas	377
GOVERNO DO ESTADO	383/394
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	383
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	385
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	386
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	388
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	392
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	397/401
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	397
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	398
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	399
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	400
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	401
CONSULTORIA GERAL DO ESTADO	405/409
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	405
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	406
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	407
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	408
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	409
ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO	411/419
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	411
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	412
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	413
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	414
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	417
SECRETARIA DA JUSTIÇA	423/437
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	423
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	425
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	426
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	429
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	433
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO	441/451
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	441
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	443
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	444

Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	447
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	449
SECRETARIA DA FAZENDA	455/473
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	455
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	457
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	458
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	461
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	467
SECRETARIA DA AGRICULTURA	477/502
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	477
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	480
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	481
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	488
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	496
SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	505/514
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	505
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	506
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	507
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	510
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	512
SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES	517/523
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	517
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	518
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	519
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	520
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	522
SECRETARIA DOS TRANSPORTES	527/535
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	527
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	528
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	529
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	531
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	533
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	539/569
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	539
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	543
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	545
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	552
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	560
SECRETARIA DA SAÚDE	573/584
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	573
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	574
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	575

Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	578
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	582
SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	587/595
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	587
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	589
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	590
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	591
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	593
SECRETARIA DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS	599/613
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	599
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	601
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	602
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	606
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	610
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	617/634
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	617
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	619
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	620
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	623
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	629
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	637/644
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	637
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	638
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	639
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	641
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	643
SECRETARIA DO TURISMO	648/656
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	648
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	649
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	650
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	652
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	654
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	660/672
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	660
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	662
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	663
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	666
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	669

**EXPOSIÇÃO SOBRE O BALANÇO GERAL
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO**

Porto Alegre, 14 de março de 1979.

Exposição sobre o Balanço Geral da Administração Direta do Estado referente ao exercício de 1978, apresentada pelo Senhor Contador e Auditor-Geral do Estado ao Excelentíssimo Senhor Professor Jorge Babot Miranda, Digníssimo Secretário de Estado da Fazenda.

Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda:

Transmitimos a Vossa Excelência o Balanço Geral da Administração Direta do Estado referente ao exercício econômico-financeiro de 1978, de acordo com as disposições contidas na Lei nº 521, de 28 de dezembro de 1948, e no Decreto nº 22.324, de 30 de dezembro de 1972.

As peças técnicas que compõem esse documento, estruturadas em obediência à legislação vigente e aos princípios doutrinários que regulam os procedimentos contábeis, constituem-se, em conjunto com a presente Exposição, na prestação de contas anual que o Chefe do Poder Executivo deve apresentar à Egrêgia Assembléia Legislativa, em observância ao que estatui o inciso XVII do artigo 86 da Constituição do Estado, de 27 de janeiro de 1970.

A mencionada Exposição, elaborada com o intuito de facilitar a leitura e o entendimento do Balanço Geral, visa, sobretudo, a dar uma primeira interpretação dos aspectos marcantes da gestão econômico-financeira ocorridos no último ano do período administrativo do Excelentíssimo Senhor Doutor Sínval Guazzalli, Digníssimo Governador do Estado.

Procurou-se, além disso, oferecer os elementos necessários ao Poder Legislativo, para possibilitar a fiscalização e julgamento da prestação de contas do Executivo, bem como proporcionar à Administração Estadual informações que possam contribuir para a execução, no corrente ano, e elaboração, em exercícios fu

turos, de programas de governo.

Os tópicos principais a seguir examinados são: as despesas autorizadas e recursos financeiros; o balanço financeiro, compreendendo as receitas e as despesas, tanto orçamentárias como extra-orçamentárias; o balanço patrimonial, com seus componentes ativos e passivos; o demonstrativo que apresenta as variações ocorridas no patrimônio; e, finalmente, as operações que ocasionaram o descoberto financeiro.

1 - DESPESAS AUTORIZADAS E RECURSOS FINANCEIROS

O plano financeiro básico para o período administrativo de 1978 foi traçado na Lei Orçamentária promulgada sob nº 7.110, de 5 de dezembro de 1977; nela, orientada pelo princípio do equilíbrio, tanto as receitas previstas quanto as despesas fixadas foram quantificadas em Cr\$ 19.462.088.000,00.

Todavia, no decorrer do exercício, esse plano original foi alvo de modificações de caráter qualitativo-quantitativo, para se ajustar às necessidades da Administração Estadual.

As alterações sofridas pelas autorizações de gastos foram decorrentes do cancelamento de dotações e da abertura de créditos suplementares e especiais.

Na receita, os novos recursos financeiros que deram cobertura a esses adicionais tiveram origem no excesso de arrecadação, na realização de operações de crédito de longo prazo, bem como no recebimento de contribuições.

Mantendo o equilíbrio formal entre as despesas fixadas e as receitas previstas, o montante original do orçamento, com essas alterações, passou para Cr\$ 24.156.991.257,64.

A seguir, é efetuada a análise da despesa fixada e dos recursos a ela vinculados.

1.1.0 - DESPESAS AUTORIZADAS

A apreciação dos créditos orçamentários é realizada conforme a natureza dos mesmos: ordinários e especiais.

1.1.1 - CRÉDITOS ORDINÁRIOS

Para o exercício econômico-financeiro de 1978, a Lei Orçamentária fixava as autorizações de gastos em Cr\$ 19.462.088.000,00.

As alterações ocorridas no plano inicial, decorrentes das suplementações, foram da ordem de Cr\$ 9.770.406.353,37, e de reduções, na importância de Cr\$ 5.381.663.069,94. Todavia, como o Fundo de Reserva Orçamentária foi suplementado em Cr\$ 2.100.000.000,00 para posterior distribuição, essa quantia está consignada duas vezes, tanto nas suplementações como nas reduções; deduzindo-a dessas variações, os valores líquidos das mesmas são de Cr\$ 7.670.406.353,37 e de Cr\$ 3.281.663.069,94, respectivamente.

Os créditos ordinários e suas variações podem ser observados no demonstrativo a seguir, que apresenta a situação inicial, as suplementações e reduções ocorridas no exercício e a posição final após essas alterações, classificados por categorias e subcategorias econômicas.

C R É D I T O S O R D I N Á R I O S

CATEGORIAS ECONÔMICAS	DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÕES	REDUÇÕES	DOTAÇÃO ALTERADA
DESpesas CORRENTES				
Despesas de Custeio	6.889.514.000,00	3.078.256.358,37	64.570.702,00	9.883.199.656,37
Transferências Correntes	8.722.224.000,00	4.680.788.870,75	4.712.526.657,00	8.690.486.213,75
Subtotal	15.591.738.000,00	7.759.045.229,12	4.777.097.359,00	18.573.685.870,12
DESpesas DE CAPITAL				
Investimentos	1.716.975.000,00	679.392.894,37	326.806.767,70	2.069.561.126,67
Inversões Financeiras	729.554.000,00	123.419.551,68	238.036.943,24	614.936.608,44
Transferências de Capital	1.423.821.000,00	1.208.548.678,20	39.722.000,00	2.592.647.678,20
Subtotal	3.870.350.000,00	2.011.361.124,25	604.565.710,94	5.277.145.413,31
TOTAL	19.462.088.000,00	9.770.406.353,37	5.381.663.069,94	23.850.831.283,43

Sinteticamente, as alterações verificadas nos créditos ordinários assim se apresentam:

Orçamento inicial		19.462.088.000,00
Suplementações	9.770.406.353,37	
Reduções	(-) <u>5.381.663.069,94</u>	<u>4.388.743.283,43</u>
Orçamento com as alterações decretadas		23.850.831.283,43 =====

O acréscimo líquido de Cr\$ 4.388.743.283,43 ao orçamento inicial de 1978 corresponde a 22,55% das autorizações votadas na Lei de Meios; no exercício de 1977, esse acréscimo correspondeu a 14,29%.

1.1.2 - CRÉDITOS ESPECIAIS

No ano sob exame, vigoraram 26 autorizações de créditos especiais, no montante de Cr\$ 306.159.974,21, que corresponde a 1,58% do valor total dos créditos ordinários aprovados no orçamento inicial; caso fosse considerado o orçamento com as alterações decretadas, ter-se-ia 1,29% de despesas autorizadas além dos créditos ordinários contidos no orçamento e suas respectivas alterações. Comparativamente ao exercício de 1977, que atingiu apenas Cr\$ 25.994.821,24, equivalente a 0,16% do total da despesa autorizada, verifica-se que o volume dessas autorizações adicionais aumentou, no ano de 1978, em 1.178%.

Nas autorizações especiais da despesa destacaram-se as seguintes finalidades: prosseguimento do Programa de Centros Sociais Urbanos, com 52,1%, atendimento aos danos causados por enchentes e vendavais que assolaram a região sul do Estado em julho e agosto de 1977 e outubro de 1978, respectivamente, em 13,6%, proteção de Porto Alegre contra enchentes, em 9,0%.

Os créditos especiais abertos em 1978 destinaram-se às seguintes funções:

JUDICIÁRIA

Administração e atuação judiciária 107.000,00

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Defesa de Porto Alegre contra inundações ..	27.489.805,51	
Aquisição de equipamentos para a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado	1.419.730,00	
Recuperação do prédio da sede da Prefeitura Municipal de Alvorada atingida por vendaval	500.000,00	
Aquisição de área do 13º andar do prédio central do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	<u>3.674.382,00</u>	33.083.917,51

AGRICULTURA

Cobertura de despesas da Prefeitura Municipal de Cruz Alta na realização da Segunda Festa Nacional do Trigo	500.000,00	
Cobertura de despesas da Prefeitura Municipal de Taquari nas realizações da Festa Nacional da Laranja, na IV Feira do Mel e na II Exposição do Limão e Mostra Agroindustrial	100.000,00	
Auxílio à Feira Nacional do Arroz, para cobertura de despesas com a IV FENARROZ	3.260.000,00	
Aquisição e premunicação de gado leiteiro a ser doado às famílias de agricultores assentados em Hulha Negra, Município de Bagé	<u>15.000.000,00</u>	18.860.000,00

DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

Aquisição de veículos para reaparelhamento dos serviços policiais		10.174.400,00
---	--	---------------

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Drenagem das lagoas do litoral norte, Tramandaí, Quadros e Itapeva, para regularizar suas descargas		3.951.591,00
---	--	--------------

EDUCAÇÃO E CULTURA

Obras de restauração do Teatro São Pedro ..	15.000.000,00	
Concessão de auxílios a entidades culturais	990.000,00	
Auxílio à Fundação Educacional de Alegrete, para aquisição de imóvel destinado à instalação de seu Campus	500.000,00	
Auxílio ao Automóvel Clube do Rio Grande do Sul, para reconstrução das instalações do Autódromo de Tarumã, danificadas por vendaval	1.020.000,00	
Adaptação do prédio do Museu de Arte do Rio Grande do Sul	<u>312.000,00</u>	17.822.000,00

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Feira Industrial de Ibirubá	100.000,00	
Para atender a despesas da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul com a realização da III Feira Nacional do Fumo e Exposições Agropecuárias e Industriais	1.000.000,00	
Desapropriação de área para implantação do Distrito Industrial de Butiá	<u>1.349.327,70</u>	2.449.327,70

SAÚDE E SANEAMENTO

Controle do equilíbrio ecológico	6.527.000,00	
Assistência médico-sanitária à população do litoral norte	5.001.000,00	
Auxílio à Associação Brasileira de Pneumologia, para a cobertura de despesas com a realização do 4º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Pneumologia e XIX Congresso da Federação Brasileira das Sociedades de Tuberculose e Doenças Respiratórias	500.000,00	
Auxílio à Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul, para renovação de instalações e equipamentos do Hospital Ernesto Dornelles	<u>3.200.000,00</u>	15.228.000,00

ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

Ao Programa de Centros Sociais Urbanos	159.438.738,00	
À Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, para manutenção e custeio dos serviços médicos e sociais gratuitos	5.000.000,00	
Em despesas com a formulação e coordenação da política de ação social	<u>45.000,00</u>	164.483.738,00

TRANSPORTES

Recuperação de obras públicas nos municípios atingidos pelas enchentes de julho e agosto de 1977		<u>40.000.000,00</u>
		<u>306.159.974,21</u>

Resumidamente, assim foram distribuídas as autorizações oriundas da abertura de créditos especiais:

DESPESAS CORRENTES

Despesas de Custeio	14.987.239,29	
Transferências Correntes ...	<u>11.542.000,00</u>	26.529.239,29



DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos	226.598.688,22	
Inversões Financeiras	7.752.046,70	
Transferências de Capital ..	<u>45.280.000,00</u>	<u>279.630.734,92</u>
		308.159.974,21
		=====

1.2.0 - RECURSOS FINANCEIROS

Como suporte financeiro, a despesa autorizada teve indicados recursos de diversas origens que, somados, alcançaram Cr\$ 24.156.991.257,64. Para uma melhor compreensão e análise, necessário se faz o desdobramento desses recursos nas três categorias apreciadas a seguir.

1.2.1 - FUNDO GERAL

Agrupadas sob esta denominação, encontram-se as receitas que servem para cobertura da despesa orçamentária de forma genérica, isto é, sem qualquer forma de vinculação, bem como aquelas que, embora afetadas, não se encontram subordinadas a qualquer norma peculiar de aplicação, excluindo-se, todavia, o produto originário de operações de crédito.

Em seguida, são demonstrados os recursos que constituem o Fundo Geral, discriminados segundo a competência dos exercícios e em razão das espécies de créditos a que deram cobertura.

I - Recursos da competência do exercício de 1978

a) Para cobertura de créditos ordinários

Receita prevista no orçamento inicial	19.462.088.000,00
Mais	
Previsão de maior arrecadação	
Imposto sobre circulação de mercadorias	
Vinculado ao incentivo fiscal a indústrias de produtos sem similar no Estado	61.000.000,00
De outras fontes	2.600.000.000,00
Receitas vinculadas ao Fundo Estadual de Saúde	8.530.127,15

Resultado operacional do Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual	50.000.000,00	
Dividendos auferidos pelo Estado, em 1977, resultantes das ações subscritas na Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações - CRT	<u>39.169.551,68</u>	<u>2.758.699.678,83</u>
		22.220.787.678,83
Menos		
Parcela de 20% do imposto sobre circulação de mercadorias orçado, referente à participação dos municípios	2.552.000.000,00	
Taxa Rodoviária Única		
Parcela destinada ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	195.288.000,00	
Parcela destinada aos municípios ..	139.491.000,00	
Parcela destinada ao Programa Especial de Vias Expressas	133.443.000,00	
Parcela destinada ao custeio do sistema TRU	21.191.000,00	
Transferências da Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, referentes ao resultado líquido da Loteria do Estado, orçado	16.930.000,00	
Operações de crédito orçadas	2.940.000.000,00	
Cota-parte do Imposto Único sobre Minerais do País	44.263.000,00	
Cota-parte do Imposto Único sobre Energia Elétrica	200.385.000,00	
Cota-parte do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - FNDU ..	92.427.000,00	
Cota-parte do Fundo Especial	10.000.000,00	
Cota-parte do Imposto sobre os Serviços de Transporte Rodoviário Intermunicipal e Interestadual de Pessoas e Cargas	40.000.000,00	
Valor dos recursos do Fundo Geral que deram cobertura a dotações orçamentárias canceladas, para servir de suporte financeiro a créditos especiais abertos	<u>42.950.914,57</u>	<u>6.426.368.914,57</u>
		15.792.418.764,26
b) Para cobertura de créditos especiais		
Recursos do Fundo Geral vinculados a dotações orçamentárias canceladas para dar cobertura a créditos especiais		<u>42.950.914,57</u>
		15.835.369.678,83
		=====

II - Recursos de competência de exercícios anteriores

Para cobertura de créditos especiais

Saldo de recursos do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios, de que trata o inciso I do artigo 25 da Constituição Federal, transferido do exercício de 1977	21.702.400,00

Sob outro ângulo, o Fundo Geral pode ser assim desdobrado:

Para cobertura de créditos ordinários

Recursos do exercício de 1978	15.792.418.764,26
-------------------------------------	-------------------

Para cobertura de créditos especiais

Recursos do exercício de 1978	42.950.914,57
Recursos de exercícios anteriores ..	<u>21.702.400,00</u>
	<u>64.653.314,57</u>
	15.857.072.078,83

1.2.2 - FUNDOS ESPECIAIS

Nos Fundos Especiais estão compreendidas as receitas que se vinculam a determinados objetivos ou serviços e que devem se subordinar a normas peculiares de aplicação, ficando excluída a receita proveniente das operações de crédito.

Os recursos sob exame são desdobrados a seguir, segundo a competência dos exercícios e a natureza dos créditos a que deram cobertura:

I - Recursos da competência do exercício de 1978

a) Para cobertura de créditos ordinários

Parcela de 20% do imposto sobre circulação de mercadorias orçado, referente à participação dos municípios	2.552.000.000,00
Taxa Rodoviária Única	
Parcela destinada ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	195.288.000,00
Parcela destinada aos municípios	
Previsão orçamentária	139.491.000,00
Maior arrecadação prevista	15.000.000,00
Parcela destinada ao Programa Especial de Vias Expressas	133.443.000,00
Parcela destinada ao custeio do sistema TRU	21.191.000,00

Contribuição da União Federal, referente aos seguintes recursos		
Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas	120.000.000,00	
Convênio Estado/DNOS/SUDESUL - Manutenção do Programa Litoral Norte	1.346.100,00	
Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados	8.000.000,00	
Auxílio do Ministério da Fazenda, destinado a aperfeiçoar o sistema estadual de tributação, arrecadação e administração financeira ..	5.080.270,00	
Fundo Especial - item III do art. 25 da Constituição Federal - Convênio União/Estado	6.480.950,00	
Recursos repassados ao Estado pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social	800.000,00	
Recursos da União Federal, repassados ao Estado através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem	3.000.000,00	
Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - FNDU/Convênios..	4.491.000,00	
Cota-parte do imposto único sobre minerais do país		
Previsão orçamentária	44.263.000,00	
Cota-parte do imposto único sobre energia elétrica		
Previsão orçamentária	200.385.000,00	
Maior arrecadação prevista	75.023.059,96	
Cota-parte do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - FNDU		
Previsão orçamentária	92.427.000,00	
Cota-parte do Fundo Especial		
Previsão orçamentária	10.000.000,00	
Cota-parte do Imposto sobre os Serviços de Transporte Rodoviário Intermunicipal e Interestadual de Pessoas e Cargas		
Previsão orçamentária	40.000.000,00	
Transferências da Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, referentes ao resultado líquido da Loteria do Estado, orçado	<u>16.930.000,00</u>	3.684.639.379,96

b) Para cobertura de créditos especiais

Recursos do Governo Federal, repassados ao Estado pelo Ministério do Interior, provenientes do Projeto "Financiamento de Projetos Especiais"	40.000.000,00	
Contribuição da União a Fundo Perdido	83.712.483,00	
Recursos repassados ao Estado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, provenientes do Projeto "Financiamento de Projetos Especiais"	5.000.000,00	
Recursos do Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS, provenientes do Projeto "Saneamento Ambiental em Áreas Rurais", conforme 2º Aditivo ao Convênio nº 8/73, celebrado entre o DNOS e o Governo do Estado através da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas	3.951.591,00	
Auxílio da União, concedido para aplicação nas obras de restauração do Teatro São Pedro	10.000.000,00	
Auxílio do Ministério da Fazenda, destinado a aperfeiçoar o sistema estadual de tributação, arrecadação e administração financeira ...	<u>1.419.730,00</u>	<u>144.083.804,00</u>
		3.828.723.183,96

II - Recursos de competência de exercícios anteriores

a) Para cobertura de créditos ordinários

Recursos a utilizar vinculados ao Programa Especial de Vias Expressas - PROGRÉS, considerados como componentes do potencial passivo na apuração do descoberto financeiro, em 31 de dezembro de 1977	101.343.678,20
---	----------------

b) Para cobertura de créditos especiais

Recursos da Loteria do Estado, vinculados ao art. 1º, item II, da Lei nº 6.953/75, considerados como componentes do potencial passivo na apuração do descoberto financeiro, em 31 de dezembro de 1977	<u>5.000.000,00</u>	106.343.678,20

Os Fundos Especiais também podem ser assim sintetizados:

Para cobertura de créditos ordinários		
Recursos do exercício de 1978	3.684.639.379,96	
Recursos de exercícios anteriores ..	<u>101.343.678,20</u>	3.785.983.058,16
Para cobertura de créditos especiais		
Recursos do exercício de 1978144.083.804,00	
Recursos de exercícios anteriores ..	<u>5.000.000,00</u>	<u>149.083.804,00</u>
		<u>3.935.066.862,16</u>

1.2.3 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Com a análise do produto originário das operações de crédito, conclui-se o exame da última das três categorias em que são desdobrados os recursos financeiros.

Diferentemente do exercício de 1977, os recursos resultantes de empréstimos deram cobertura, além de a créditos ordinários, também a despesas autorizadas através de créditos especiais.

Para efeito da apuração do deficit presumível do exercício, as operações de crédito são desdobradas segundo a possibilidade ou não de serem realizadas, a saber:

I - Operações de crédito realizáveis

a) Para cobertura de créditos ordinários

Empréstimo de 383,3 milhões de cruzeiros, contratado com a Caixa Econômica Federal, em 15.10.76 - Lei nº 6.982, de 30.12.75 - Parcela a receber no exercício	195.456.758,00
Empréstimo de 1.072.920 UPC, contratado com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, em 2.6.77 - Lei nº 7.070, de 11.4.77 ..	48.501.896,60
Empréstimo de 20 milhões de dólares, contratado com o Banco do Brasil S.A. - N.Y. Ag. Grand Cayman, em 22.3.78 - Lei nº 7.102, de 23.11.77 - Parcela a receber no exercício	305.000.000,00

Empréstimo de 300 milhões de cruzeiros, contratado com o CITIBANK, N.A., em 28.12.76 - Lei nº 7.207, de 6.12.78 - Parcela a receber no exercício	36.900.000,00	
Empréstimo de 10 milhões de marcos alemães, contratado com o Kreditanstalt für Wiederaufbau, em 19.12.74 - Lei nº 6.284, de 25.10.71 - Parcela a receber no exercício	15.000.000,00	
Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - ORTE-RS - Lei nº 6.465, de 15.12.72		
Dec. 26.142, de 4.11.77 - 13a. série	825.324.902,90	
Dec. 27.922, de 7.11.78 - 14a. série	987.506.548,15	
Empréstimo de 2.146.578 ORTN, contratado com a Caixa Econômica Federal, com recursos do FAS - Lei nº 7.056, de 30.12.76, alterada pela Lei nº 7.123, de 28.12.77 - Parcela a receber no exercício	<u>9.612.850,22</u>	2.423.302.955,87

b) Para cobertura de créditos especiais

Empréstimo de 485.123 UPC, contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., referente a recursos repassados pelo Banco Nacional da Habitação - Lei nº 7.008, de 30.9.76 - Parcela a receber no exercício	7.679.300,09	
Empréstimo de 2.146.578 ORTN, contratado com a Caixa Econômica Federal, com recursos do FAS - Lei nº 7.056, de 30.12.76, alterada pela Lei nº 7.123, de 28.12.77 - Parcela a receber no exercício	<u>54.096.849,78</u>	<u>61.776.149,87</u>
		2.485.079.105,74
		=====

II - Operações de crédito cujo produto foi recebido em exercícios anteriores

a) Para cobertura de créditos ordinários

Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., no limite de 597.210 UPC - Lei nº 6.986, de 11.6.76 (Lei nº 6.284, de 25.10.71) - Saldo dos recursos a utilizar, considerado como componente potencial passivo na apuração do descoberto financeiro, em 31.12.77	177.588.219,41
---	----------------

b) Para cobertura de créditos especiais

Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., em 15.10.76, no limite de 485.122,89 UPC - Lei nº 7.008, de 30.9.76 - Saldo dos recursos a utilizar, considerado como componente potencial passivo na apuração do descoberto financeiro, em 31.12.77

9.017.300,55

186.605.519,95

=====

III - Operações de crédito sem possibilidade de realização

Previsão orçamentária de receita de operações de crédito, correspondente a empréstimos não ultimados e a parcelas a receber no próximo exercício

1.693.167.690,95

=====

As operações de crédito, vistas segundo a natureza das autorizações de despesa a que se vinculam, assim se apresentam:

Para cobertura de créditos ordinários

Operações de crédito realizáveis 2.423.302.955,87

Operações de crédito cujo produto foi recebido em exercícios anteriores

177.588.219,41

Operações de crédito sem possibilidade de realização

1.693.167.690,95

4.294.058.866,23

Para cobertura de créditos especiais

Operações de crédito realizáveis 61.776.149,87

Operações de crédito cujo produto foi recebido em exercícios anteriores

9.017.300,55

70.793.450,42

4.364.852.316,65

=====

1.3.0 - RESULTADO PRESUMÍVEL DO EXERCÍCIO

O resultado presumível do exercício decorre do confronto dos recursos financeiros que serviriam de cobertura aos créditos votados com o montante da despesa fixada.

Na apuração desse resultado devem ser desconsiderados os recursos originários de exercícios anteriores, por já terem sido apropriados aos mesmos, e também as operações de crédito que não apresentaram possibilidade de realização.

ainda que tenham dado suporte legal e financeiro à despesa.

Em face ao exposto, calcula-se da seguinte forma o resultado presumível do exercício:

DESPESA FIXADA

Créditos ordinários	23.850.831.283,43	
Créditos especiais	<u>306.159.974,21</u>	24.156.991.257,64

RECURSOS FINANCEIROS

Fundo Geral

Da competência do exercício 15.835.369.678,83

Fundos Especiais

Da competência do exercício 3.828.723.183,96

Operações de crédito

Empréstimos realizáveis 2.485.079.105,74 22.149.171.968,53

DEFICIT PRESUMÍVEL DO EXERCÍCIO 2.007.819.289,11
=====

Este deficit presumível representa o resultado que seria obtido se os recursos do exercício e as operações de crédito consideradas realizáveis se efetivassem inteiramente e a despesa fosse realizada até o limite dos créditos votados.

De forma diferente, pode-se afirmar que o deficit presumível do exercício equivale à soma dos valores dos recursos de exercícios anteriores e das operações de crédito sem possibilidade de realização.

No capítulo seguinte, é demonstrada a execução da receita e da despesa, bem como o resultado financeiro.

2 - BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro, juntamente com os numerosos anexos que discriminam a receita e a despesa realizadas, é o documento básico para apreciação e julgamento da gestão financeira desenvolvida. Demonstra, sinteticamente, as entradas e saídas monetárias, tanto orçamentárias como as que se processam à margem do Orçamento Geral do Estado, conjugadas com as disponibilidades financeiras do início e do fim do exercício. Identifica também as variações de que foi passível o patrimônio financeiro.

A seguir, são analisados, minuciosamente, a execução orçamentária, as operações extra-orçamentárias e o resultado financeiro apurado.

2.1.0 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Sinteticamente, a execução do orçamento de 1978 pode ser assim especificada:

RECEITA REALIZADA		
Receitas Correntes	17.802.198.211,47	
Receitas de Capital	<u>5.544.102.763,15</u>	23.346.300.974,62
DESPESA REALIZADA		
Despesas Correntes	18.096.709.393,12	
Despesas de Capital	<u>4.813.521.527,04</u>	<u>22.910.230.920,16</u>
RESULTADO FINANCEIRO		
Superavit financeiro do exercício		436.070.054,46 =*****

Ao contrário do que vinha ocorrendo em anos anteriores, no exercício sob exame obteve-se um resultado positivo da conjugação das receitas e despesas orçamentárias, na ordem de Cr\$ 436.070.054,46.

Comparativamente à despesa realizada, o resultado financeiro, no último quinquênio, assim evoluiu:

Ano	Saldo Financeiro		Percentagem do saldo financeiro sobre a despesa realizada
	Deficit	Superevit	
1974	195.645.296,17	-	3,8%
1975	425.159.881,10	-	5,3%
1976	1.303.807.015,00	-	11,7%
1977	665.871.601,98	-	4,3%
1978	-	436.070.054,46	1,9%

Altamente significativa é a comparação entre o resultado financeiro positivo obtido, quantificado em Cr\$ 436.070.054,46, e o deficit presumível de Cr\$ 2.007.819.289,11, apurado no capítulo inicial.

A política adotada pela Administração Superior em despendar o máximo de esforço para incrementar o volume de receitas e impor rigoroso controle nos gastos públicos fez com que, por um lado, a arrecadação superasse a quantia estimada para a receita na Lei de Meios em Cr\$ 3.884.212.974,62.

Dessa importância, somente Cr\$ 1.337.834.369,53 representam operações de crédito realizadas acima do previsto; por outro lado, a despesa realizada, apesar de ter superado a fixação inicial de Lei Orçamentária em Cr\$ 3.448.142.920,16, ficou equânimo do incremento verificado na receita em Cr\$ 436.070.054,46.

Os efeitos dessa política respondem pela total eliminação do deficit presumível, como se demonstra:

Recursos financeiros realizáveis ...	22.149.171.968,53
Menos: Receita realizada	<u>23.346.300.974,62</u>
Maior receita	1.197.129.006,09

Despesa fixada	24.156.991.257,64
Menos: Despesa realizada	<u>22.910.230.920,16</u>
Menor despesa	1.246.760.337,48

Essas variações, conjugadas com o deficit presumível, apontam o superevit apurado:

Deficit presumível do exercício	2.007.819.289,11
Menos: maior receita 1.197.129.006,09	
Menos: menor despesa <u>1.246.760.337,48</u>	<u>2.443.889.343,57</u>
Superavit financeiro do exercício	436.070.054,46

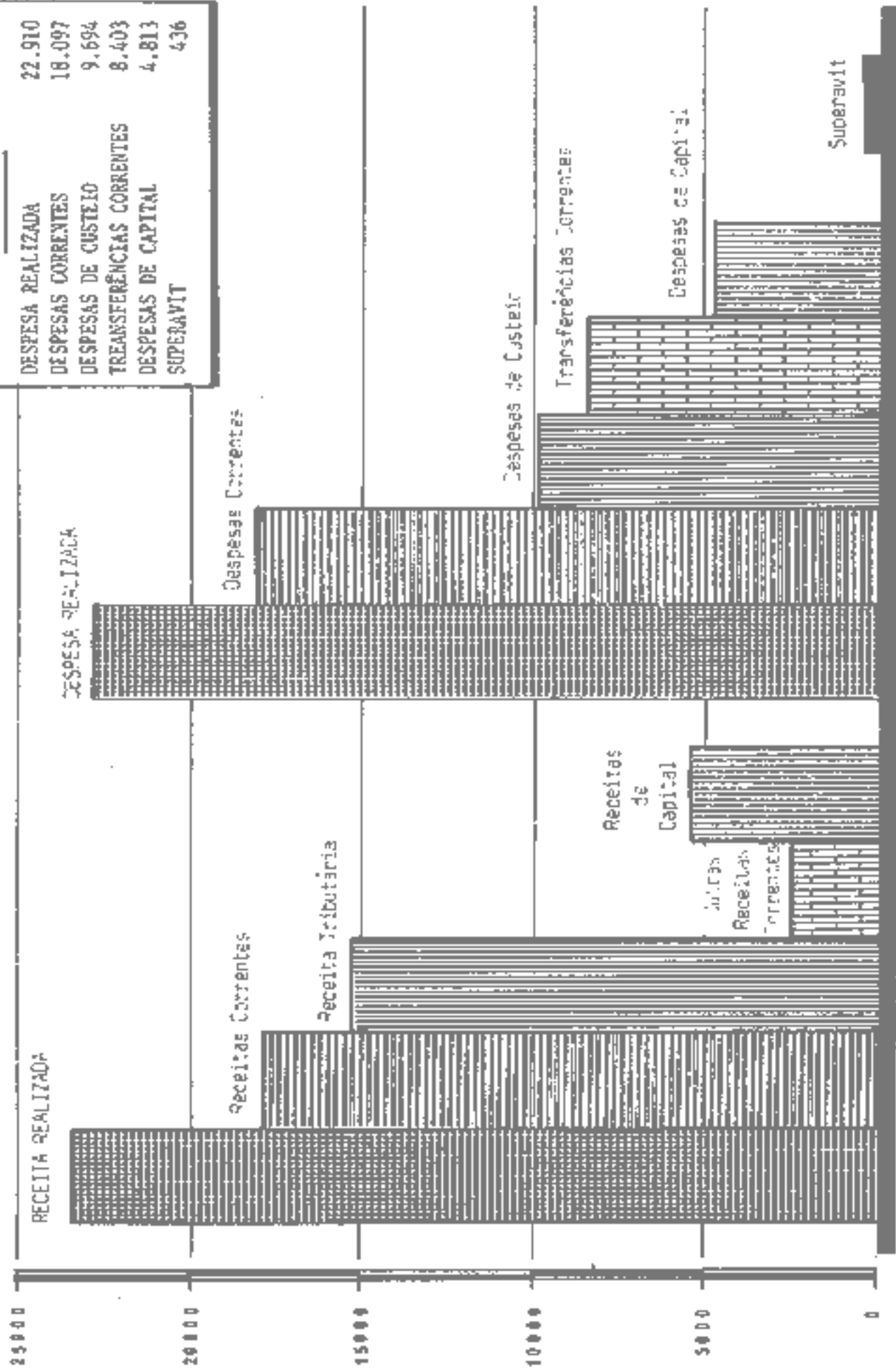
A seguir, apresenta-se graficamente a execução orçamentária.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

EXERCÍCIO 1978

BILHÕES DE
CR\$

RECEITA REALIZADA	23.346
RECEITAS CORRENTES	17.802
RECEITA TRIBUTÁRIA	15.338
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.464
RECEITAS DE CAPITAL	5.544
<hr/>	
DESPESA REALIZADA	22.910
DESPESAS CORRENTES	18.097
DESPESAS DE CUSTEIO	9.694
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.403
DESPESAS DE CAPITAL	4.813
SUPERÁVIT	436



2.1.1 - ANÁLISE DA RECEITA

A receita orçamentária arrecadada no exercício de 1978 atingiu a importância de Cr\$ 23.346.300.974,62, ultrapassando a previsão em Cr\$ 3.884.212.974,62, e apresentou, sobre a do ano anterior, o incremento de 59,16%.

Da receita por categorias econômicas, fontes, rubricas e estações arrecadadoras, uma minuciosa análise é encontrada nos anexos que acompanham o Balanço Financeiro.

A execução da receita orçamentária é assim resumida:

	Orçada	Arrecadada	%
Receitas Correntes			
Tributária			
Impostos	13.207.800.000,00	15.064.828.040,62	64,53
Taxas	158.320.000,00	209.357.104,61	0,90
Correção Monetária incidente nos Tributos	<u>12.000.000,00</u>	<u>64.275.874,81</u>	<u>0,27</u>
	13.378.120.000,00	15.338.461.020,04	65,70
Patrimonial	532.565.000,00	508.534.685,01	2,18
Industrial	56.593.000,00	25.414.342,45	0,11
Transferências Correntes	1.143.724.000,00	1.216.400.051,54	5,21
Receitas Diversas	<u>480.852.000,00</u>	<u>713.388.112,43</u>	<u>3,05</u>
	15.591.854.000,00	17.802.198.211,47	76,25
Receitas de Capital			
Operações de Crédito	2.940.000.000,00	4.277.834.369,53	18,32
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	4.320.000,00	3.114.771,28	0,02
Transferências de Capital	915.914.000,00	1.263.153.450,34	5,41
Outras Receitas de Capital ...	<u>10.000.000,00</u>	<u>172,00</u>	<u>0,00</u>
	<u>19.462.088.000,00</u>	<u>23.346.300.974,62</u>	<u>100,00</u>
	*****	*****	*****

Em prosseguimento, far-se-á um exame detalhado da receita realizada.

2.1.1.1 - RECEITAS CORRENTES

Nesta categoria econômica foram arrecadadas receitas no valor de Cr\$ 17.802.198.211,47, apreciadas a seguir.

RECEITA TRIBUTÁRIA

Os ingressos de origem tributária constituem a maior fonte de recursos do Estado. Representaram, em 1978, 65,70% da receita total.

Cumpra observar que, a partir do exercício de 1978, deixa de ser computada a receita proveniente do imposto sobre a renda retido na fonte entre os tributos de origem estadual, pois, sendo de competência da União, pela legislação vigente, passou a ser incluída no grupo das transferências correntes como participação em tributos federais. Eis a razão por que os tributos, e mais particularmente os impostos, encontram-se desfalcados do valor correspondente a esse ingresso, no exercício em exame, prejudicando, assim, os comparativos que envolvem esses grupos.

A análise da participação dos recursos derivados dos tributos na formação da receita geral comprova a sua preponderância no último quinquênio:

Ano	Receita geral	Receita tributária	Percentagem da receita tributária sobre a receita geral
1974	4.920.050.064,97	3.658.212.589,65	74,35%
1975	7.531.219.355,62	5.281.952.611,64	70,13%
1976	9.795.021.053,67	6.989.464.409,77	71,36%
1977	14.667.932.882,47	11.080.661.676,51	75,54%
1978	23.346.300.874,62	15.338.461.020,04	65,70%

A constituição da receita tributária por espécie e respectiva participação percentual, também nos últimos cinco anos, assim se expresse:

Ano	Receita de impostos n ^o s absolutos	%	Receita de taxas n ^o s absolutos	%	Correção monetária incidente nos tributos	%
1974	3.599.311.020,88	98,4	58.901.568,77	1,6	-	-
1975	5.199.648.324,08	98,4	82.304.287,56	1,6	-	-
1976	6.886.824.833,89	98,5	102.639.575,88	1,5	-	-
1977	10.945.783.511,85	98,8	134.878.164,66	1,2	-	-
1978	15.064.828.040,62	98,2	209.357.104,61	1,4	64.275.874,81	0,4

Impostos - Os impostos proporcionaram ingressos no valor de Cr\$... 15.064.828.040,62, correspondendo a 64,53% da receita geral.

Cotejado com a arrecadação do ano anterior, em 1978 esses tributos tiveram o aumento de Cr\$ 4.119.044.528,77, equivalente a 37,63%.

A previsão orçamentária global foi ultrapassada em Cr\$ 1.857.028.040,62, conforme se verifica:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Imposto de Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles relativos	407.800.000,00	400.672.771,18 -	7.127.228,82
Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias	<u>12.800.000.000,00</u>	<u>14.664.155.269,44 +</u>	<u>1.864.155.269,44</u>
	<u>13.207.800.000,00</u>	<u>15.064.828.040,62 +</u>	<u>1.857.028.040,62</u>
	=====	=====	=====

Desses tributos, tem destaque absoluto o imposto sobre circulação de mercadorias, já que é responsável por 97,34% da receita de impostos, 95,60% da receita tributária e 62,81% da receita geral. Eis a sua evolução no último quinquênio:

Ano	Arrecadação	Índice	Percentagem de aumento em relação ao ano anterior
1974	3.494.077.947,43	100	-
1975	5.011.180.123,05	143	43%
1976	6.581.282.912,84	188	31%
1977	10.524.437.310,91	301	60%
1978	14.664.155.269,44	420	39%

Apesar dos incentivos fiscais concedidos - redução da base de cálculo do imposto sobre circulação de mercadorias incidentes nas operações realizadas

no valor de Cr\$ 209.357.104,61, sendo que somente uma, a de cooperação-ovinos, não atingiu a estimativa orçamentária, como se demonstra:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Taxa de serviços diversos	135.000.000,00	169.946.100,79	+ 34.946.100,79
Taxa judiciária	22.800.000,00	39.045.860,51	+ 16.245.860,51
Taxa de cooperação-ovinos	<u>520.000,00</u>	<u>365.143,31</u>	- <u>154.856,69</u>
	158.320.000,00	209.357.104,61	+ 51.037.104,61
	=====	=====	=====

O comportamento da arrecadação produzida pelas taxas, no último quinqüênio, assim se apresenta:

	Ano	Arrecadação	Índice de aumento
Taxa de serviços diversos	1974	52.987.398,45	100
	1975	73.597.565,85	139
	1976	91.094.599,82	172
	1977	116.166.274,79	219
	1978	169.946.100,79	321
Taxa judiciária	1974	5.795.198,00	100
	1975	8.536.292,77	147
	1976	11.226.315,93	194
	1977	18.454.780,63	318
	1978	39.045.860,51	674
Taxa de cooperação-ovinos	1974	118.972,32	100
	1975	170.428,94	143
	1976	318.660,13	268
	1977	257.109,24	216
	1978	365.143,31	307

Correção monetária incidente nos tributos - Pela primeira vez aparece com previsão própria, excluída dos tributos sobre que incide, especificando, no entanto, sua vinculação aos mesmos. Deixa de ser comparada com a arrecadação de exercícios anteriores, pois seus ingressos eram processados junto à receita principal.

Esta nova classificação de receita, bem como outras que foram introduzidas na previsão orçamentária para o exercício de 1978, resultou da aplicação da Portaria do Ministro da Fazenda, de nº 64, de 12 de agosto de 1976, alterada pelas

portarias SOF de n°s 27, de 2 de agosto de 1977, e 19, de 22 de agosto de 1978.

Sob esta denominação ocorreram os seguintes ingressos:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Correção monetária relativa ao imposto sobre circulação de mercadorias	12.000.000,00	63.744.767,10	+ 51.744.767,10
Outras correções monetárias	-	531.107,71	+ 531.107,71
	<u>12.000.000,00</u>	<u>64.275.874,81</u>	<u>+ 52.275.874,81</u>
	=====	=====	=====

RECEITA PATRIMONIAL

Neste grupo foram arrecadadas receitas da ordem de Cr\$ 508.534.685,01, aquém da previsão orçamentária em Cr\$ 24.030.314,99, conforme se demonstra:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Receitas imobiliárias	6.196.000,00	6.680.467,37	+ 484.467,37
Participações e dividendos	477.165.000,00	370.597.404,47	- 106.567.595,53
Outras receitas patrimoniais	<u>49.204.000,00</u>	<u>131.256.813,17</u>	<u>+ 82.052.813,17</u>
	<u>532.565.000,00</u>	<u>508.534.685,01</u>	<u>- 24.030.314,99</u>
	=====	=====	=====

Cumpra analisá-las mais detalhadamente.

Receitas imobiliárias - Foram classificados sob esta denominação os rendimentos de próprios do Estado, dos quais, como se verifica a seguir, somente "arrendamentos" não ultrapassou a respectiva previsão, ficando, inclusive, muito aquém da mesma:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Aluguéis de imóveis	156.000,00	357.400,01	+ 201.400,01
Arrendamentos	190.000,00	18.686,92	- 171.313,08
Foros	850.000,00	1.163.488,55	+ 313.488,55
Laudêmio	<u>5.000.000,00</u>	<u>5.140.891,89</u>	<u>+ 140.891,89</u>
	<u>6.196.000,00</u>	<u>6.680.467,37</u>	<u>+ 484.467,37</u>
	=====	=====	=====

Participações e dividendos - Sob esta classificação incluem-se as receitas proporcionadas, a título de dividendos, por sociedades anônimas em que o Estado detém ou não o controle acionário. No exercício examinado, ficaram aquém das previsões em Cr\$ 106.567.595,53, como segue:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Bancos	13.642.000,00	18.843.458,65	+ 5.201.458,65
Outras sociedades de economia mista	463.523.000,00	332.197.668,97	- 131.325.331,03
Outras participações	-	19.556.276,85	+ 19.556.276,85
	<u>477.165.000,00</u>	<u>370.597.404,47</u>	<u>- 106.567.595,53</u>
	=====	=====	=====

O total de Cr\$ 370.597.404,47, arrecadado sob esta designação, é originário das seguintes empresas:

Bancos

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	16.714.301,65	
Banco Sulbrasileiro S.A.	261,00	
Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	<u>2.128.896,00</u>	18.843.458,65

Outras Sociedades de Economia Mista

Companhia Estadual de Energia Elétrica ..	293.028.117,29	
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações	<u>39.169.551,68</u>	332.197.668,97

Outras Participações

Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.	733.115,40	
Petróleo Brasileiro S.A.	15.514.971,29	
Telecomunicações de São Paulo S.A.	4.607,16	
"VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense)	<u>3.303.583,00</u>	<u>19.556.276,85</u>
		<u>370.597.404,47</u>
		=====

Outras receitas patrimoniais - As outras receitas patrimoniais proporcionaram ingressos da ordem de Cr\$ 131.256.813,17, superando em 167% a respectiva previsão, conforme se demonstra:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Juros de empréstimos concedidos	1.000,00	-	- 1.000,00
Juros de outras operações	3.000,00	48.539.557,98	+ 48.536.557,98
Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ..	3.200.000,00	2.975.242,22	- 224.757,78
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual ...	<u>46.000.000,00</u>	<u>79.742.012,97</u>	+ <u>33.742.012,97</u>
	49.204.000,00	131.256.813,17	+ 82.052.813,17
	=====	=====	=====

O excesso de arrecadação, de Cr\$ 82.052.813,17, deve-se, principalmente, a operações relacionadas com as Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - ORTE-RS.

Do total da receita "juros de outras operações", 49% refere-se ao pagamento efetuado pelo Banco Central do Brasil, pelo financiamento correspondente ao montante do principal e encargos dos títulos da dívida citados. Estes tiveram, dentro do exercício, os seus vencimentos antecipados, atendendo à política estadual de racionalizar o fluxo financeiro por eles produzido, visto que, dado o volume e condições desfavoráveis que ocorreriam, caso resgatados normalmente no final do exercício, dificilmente seriam replicados pelos tomadores, o que agravaria as finanças do Estado, pois entrariam em liquidação final. Os 51% restantes dizem respeito aos juros cobrados sobre os saldos do pagamento do imposto sobre circulação de mercadorias parcelado e da cobrança da dívida ativa, e à mora na cobrança desta última.

Outro item que superou as expectativas foi o relativo à receita produzida pelo Fundo para Garantia de Liquidez de Títulos da Dívida Pública Estadual que, devido à ótima administração da Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., tem elevado cada vez mais a segurança e aceitabilidade, no mercado nacional, das ORTE-RS.

Os itens que ficaram aquém das previsões orçamentárias foram os "juros de empréstimos concedidos", que nenhum valor recebeu, e o resultado produzido pela "Carteira de Crédito Agrícola", gerida pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

RECEITA INDUSTRIAL

A execução de receita dos serviços industriais do Estado, no exercício de 1978, na importância de Cr\$ 25.414.342,45, ficou aquém da respectiva previsão em Cr\$ 31.178.657,55, repetindo o acontecido no exercício anterior em que só os recursos do Fundo Estadual de Saúde foram apropriados à Receita Geral do Estado.

Os demais órgãos nada produziram ou retiveram suas rendas, utilizando-as no atendimento de suas despesas, em desrespeito ao artigo 56 da Lei federal nº 4320/64, de acordo com a demonstração que segue:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Receitas dos Serviços Gráficos do Tribunal de Justiça	600.000,00	-	- 600.000,00
Receitas vinculadas ao Fundo Estadual de Saúde	18.120.000,00	25.414.342,45	+ 7.294.342,45
Receitas vinculadas ao Fundo Estadual de Apoio ao Setor Primário	36.300.000,00	-	- 36.300.000,00
Receitas vinculadas ao Fundo Penitenciário	<u>1.573.000,00</u>	<u>-</u>	<u>- 1.573.000,00</u>
	<u>56.593.000,00</u>	<u>25.414.342,45</u>	<u>- 31.178.657,55</u>
	=====	=====	=====

Dos serviços industriais que constituem o Fundo Estadual de Saúde, proporcionaram ingressos os seguintes:

Central de Hemoterapia	5.057.500,00
Equipe de Prevenção e Combate ao Câncer Ginecológico ..	346.112,66
Escola de Saúde Pública	39.000,00
Hospital Colônia Itepuã	379.655,66
Hospital Psiquiátrico São Pedro	7.820.449,49

Instituto de Pesquisas Biológicas	1.090,00
Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul	111.570,00
Núcleo de Tuberculose - INPS	11.562.096,00
Núcleo de Tuberculose - IPASE	83.000,00
Receitas Diversas	<u>13.868,64</u>
	25.414.342,45
	=====

Com referência ao Fundo Estadual de Apoio ao Setor Primário, cumpre observar que, a partir do exercício de 1979, as receitas obtidas pelas unidades correspondentes passam a ser incorporadas à Receita Geral do Estado, em virtude da instituição, implantação e adequado funcionamento desse Fundo.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As receitas classificadas neste grupo atingiram o montante de Cr\$ 1.216.400.051,54, ultrapassando a previsão em Cr\$ 72.676.051,54, e são especificadas a seguir:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Participação em Tributos Federais			
Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (50%)	198.250.000,00	196.717.106,59	- 1.532.893,41
Cota-parte da Taxa Rodoviária Única (30%) ...	148.824.000,00	148.380.745,84	+ 1.556.745,84
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (§ 1º do art. 23 da Constituição Federal)	285.700.000,00	269.187.764,34	16.512.235,66
Cota-parte do Imposto sobre os Serviços de Transportes Rodoviário Intermunicipal e Interestadual de Pessoas e Cargas (30%)	12.000.000,00	15.454.545,46	+ 3.454.545,46
Participações diversas			
Cota-parte do Salário-Educação	80.000.000,00	-	- 80.000.000,00

Contribuições da União			
Para realização do 4º Seminário Nacional sobre Orçamento Público	1.500.000,00	1.198.074,00	- 301.926,00
Compensação do ICM-Convênios	402.000.000,00	566.320.666,95	+ 164.320.666,95
Contribuições dos Municípios			
Para o Empréstimo Externo da Prefeitura de Pelotas	70.000,00	67.692,27	+ 17.692,27
Contribuições Diversas			
Contribuição de melhoria de proventos dos servidores inativos ..	450.000,00	146.912,92	- 301.087,08
Renda líquida da exploração dos Serviços Lotéricos	8.066.000,00	7.471.839,98	- 594.160,02
Sobretaxa ao preço de venda dos bilhetes de Loteria	8.864.000,00	11.432.703,19	+ 2.568.703,19
	<u>1.143.724.000,00</u>	<u>1.216.400.051,54</u>	<u>+ 72.676.051,54</u>
	=====	=====	=====

Os dados revelam a expressividade da receita proveniente dos estímulos fiscais transferidos da União, como compensação pelo imposto sobre circulação de mercadorias que o Estado deixou de arrecadar. Esses incentivos, no valor de Cr\$ 566.320.666,95, foram concedidos pelos instrumentos firmados entre os Governos Estaduais e Federal, a seguir especificados, indicando a respectiva compensação:

ICM sobre carne bovina e ovina	247.688.378,81
Convênio AE-1/73, alterado pelo Convênio AE-10/74, aprovados pelos Decretos Legislativos nºs 3.045, de 14 de maio de 1973, e 3.221, de 26 de dezembro de 1974, respectivamente;	
Convênio ICM-35/75, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 3.375, de 28 de novembro de 1975.	
ICM sobre carne suína	168.621.384,39
Convênio ICM-52/75, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 3.413, de 24 de dezembro de 1975.	
ICM sobre trigo	150.010.903,75
Convênio ICM-10/77, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 3.654, de 1º de setembro de 1977.	

O imposto sobre a renda retido na fonte aparece, pela primeira vez,

nas receitas provenientes de participações em tributos federais. Esta rubrica foi classificada, até o exercício de 1977, indevidamente, no grupo de tributos de origem estadual, quando, na realidade, se trata de um tributo de competência da União.

No exercício em apreciação, o imposto sobre a renda retido pelo Estado sobre rendimentos pagos ao pessoal importou em Cr\$ 256.381.503,17 e sobre os relativos à dívida pública, em Cr\$ 12.806.261,17. A evolução desta receita, nos últimos cinco anos, assim se expressa:

Ano	Arrecadação	Índice	Porcentagem de aumento em relação ao ano anterior
1974	31.081.640,00	100	-
1975	73.913.852,51	238	138%
1976	118.014.103,14	380	60%
1977	154.055.393,26	496	31%
1978	269.187.764,34	866	75%

A participação do Estado na cota-parte do salário-educação, transferida pela União, continua a ser manipulada diretamente pela Secretaria de Educação e Cultura, à margem da Lei de Meios, eis que nenhum ingresso foi registrado na Receita Geral do Estado. Essa mecânica, que conflita com as normas gerais de direito financeiro, vem sendo adotada desde que foi criado o salário-educação, através da Lei federal nº 4.440, de 27 de outubro de 1964.

RECEITAS DIVERSAS

As receitas classificadas neste grupo totalizaram Cr\$ 713.388.112,43, a maior do que a estimativa em Cr\$ 232.536.112,43.

Eis a sua especificação:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Multas do imposto sobre circulação de mercadorias	145.694.000,00	170.669.304,59	+ 24.975.304,59
Multas de outros impostos ..	1.000.000,00	998.527,31	- 1.472,69
Multas de taxas de serviços diversos	1.000,00	444.007,26	+ 443.007,26
Multas da taxa de cooperação-ovinos	1.000,00	206,99	- 793,01

Multas de cobrança da dívida ativa	300.000,00	564,51	-	299.435,49
Multas de infração no trânsito	20.500.000,00	36.278.286,86	+	15.778.286,86
Multas de fiscalização sanitária	1.500.000,00	216.593,31	-	1.283.406,69
Multas de fiscalização de febre aftosa	1.000,00	97.184,85	+	96.184,85
Multas de fiscalização de combate às pragas	1.000,00	605,41	-	394,59
Multas de aplicação de adiantamentos	1.000,00	5.112,24	+	4.112,24
Outras multas	1.000,00	640.462,70	+	639.462,70
Reembolso, pela União, de proventos de inativos ferroviários	121.522.000,00	373.072.415,47	+	251.550.415,47
Indenização por danos materiais ao patrimônio do Estado	30.000,00	70.737,10	+	40.737,10
Outras indenizações e restituições	30.000.000,00	40.683.410,19	+	10.683.410,19
Cobrança da dívida ativa do imposto sobre circulação de mercadorias	110.000.000,00	90.269.872,71	-	29.730.127,29
Outras cobranças da dívida ativa	10.000.000,00	1.072.901,75	-	8.927.998,25
Receitas de exercícios anteriores	5.500.000,00	181.671,93	-	5.318.128,07
Consignatários	2.200.000,00	3.330.770,80	+	1.130.770,80
Comissão de cobrança da dívida ativa - Estado	22.000.000,00	146.514,85	-	21.853.485,15
Comissões e participações em seguros coletivos	100.000,00	711,82	-	99.288,18
Acréscimo de incentivo à arrecadação - administrativa	-	2.058.837,77	+	2.058.837,77
Outras receitas	10.500.000,00	2.950.092,01	-	7.549.907,99
	<u>430.852.000,00</u>	<u>713.388.112,43</u>	<u>+</u>	<u>232.536.112,43</u>
	*****	*****		*****

Entre esses ingressos, o de maior expressão é o proveniente do reembolso, pela União, de proventos de servidores ferroviários inativos, de sua responsabilidade e pagos pelo Estado. A receita foi apropriada em contrapartida do débito da União e não de um efetivo ingresso. Comparado ao ano anterior, o total considerado no exercício sob exame teve um incremento considerável, motivado, porém, pelo pagamento em despesas de exercícios anteriores, em virtude de sentença judicial

em ação movida contra a União, representando, em 1977, a importância de Cr\$
 41.175.754,09, não apropriada à receita na época devida, e, em 1978, Cr\$
 66.791.147,97, que, somados à despesa normal do ano, no valor de Cr\$
 265.105.513,41, atingiram a soma de Cr\$ 373.072.415,47, a melhor, portanto, do que
 a respectiva previsão em Cr\$ 251.550.415,47.

Em segundo lugar, pelo volume de ingressos, destaca-se o originário da imposição de multas que, por vez primeira, são especificadas segundo as origens, razão pela qual as estimativas, em sua maioria sem base na arrecadação de anos anteriores, não corresponderam à execução da receita.

Para estudo comparativo no último quinquênio, necessário se faz aglutinar as multas do ano em exame, a fim de acompanhar a sistemática dos exercícios passados:

Ano	Arrecadação	Porcentagem de aumento em relação ao ano anterior
1974	54.925.830,00	-
1975	77.174.141,82	41%
1976	98.412.458,66	28%
1977	151.076.414,23	54%
1978	209.350.876,03	39%

Salienta-se, em terceiro lugar, a cobrança da dívida ativa do imposto sobre circulação de mercadorias, inscrita, atingindo Cr\$ 80.269.872,71, ainda que com arrecadação inferior à respectiva previsão em Cr\$ 29.730.127,29.

Segue um demonstrativo da cobrança da dívida ativa, no último quinquênio, com seu comportamento em relação ao saldo da dívida ativa existente no fim do exercício, e, para isso, a receita em apreço é somada à de outras cobranças da dívida ativa, já que nos exercícios anteriores constituíam uma única fonte de recursos.

Ano	Dívida ativa	Recebimento da dívida ativa inscrita	Percentagem da dí- vida ativa cobrada
1974	703.532.480,69	28.134.922,66	4,0%
1975	579.731.598,68	43.081.858,35	7,4%
1976	677.816.971,11	47.760.159,83	7,0%
1977	910.201.581,26	87.083.908,09	9,6%
1978	1.270.834.178,68	81.341.874,46	6,4%

Merece destaque, ainda, a receita proveniente de outras indenizações e restituições, na importância de Cr\$ 40.883.410,19, que, na sua quase totalidade, é resultante do cancelamento de resíduos passivos formados em exercícios anteriores, em contrapartida da despesa orçamentária.

Observa-se que, pela primeira vez, aparece a receita de acréscimo de incentivo à arrecadação administrativa, para a qual não houve previsão, decorrente das disposições contidas na Lei nº 7.130, de 30 de dezembro de 1977, que "cria o programa de incentivo à arrecadação", regulamentada pelo Decreto nº 27.390, de 21 de julho de 1978, e referente à parcela de 80% dos ingressos à conta do Fundo de Incentivo à Arrecadação Administrativa. Os 20% restantes encontram-se incluídos na receita extra-orçamentária em "Depósitos Diversos - Comissão sobre Cobrança da Dívida Ativa - Administrativa".

2.1.1.2 - RECEITAS DE CAPITAL

As receitas classificadas sob esta categoria econômica atingiram o montante de Cr\$ 5.544.102.763,15, sendo que, desse total, Cr\$ 4.277.834.369,53 correspondem a operações de crédito, Cr\$ 1.263.153.450,34 a transferências do Governo da União e as restantes Cr\$ 3.114.943,28 às demais rubricas classificadas nesta categoria.

Segue-se uma análise minuciosa dessas receitas.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito, representando 77,16% das receitas de capital, assim se discriminam:

a) Empréstimos em títulos

Empréstimos Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul-ORTE-RS - Lei 6.465, de 15.12.72

Dec. 26.142, de 4.11.77 - 13a. série ...	825.324.902,90	
Dec. 27.922, de 7.11.78 - 14a. série ...	<u>987.506.548,15</u>	1.812.831.451,05

b) Empréstimos contratados

Internos

Banco Boa Vista S.A.

Empréstimo de 20 milhões de cruzeiros, contratado em 27.12.78 - Lei 7.207, de 6.12.78	20.000.000,00	
---	---------------	--

Banco Boa Vista de Investimento S.A.

Empréstimo de 30 milhões de cruzeiros, contratado em 27.12.78 - Lei 7.207, de 6.12.78	30.000.000,00	
---	---------------	--

Banco Bozano, Simonsen de Investimento S.A.

Empréstimo de 155,5 milhões de cruzeiros, contratado em 21.12.78 - Lei 7.207, de 6.12.78	155.566.486,57	
--	----------------	--

Banco Crefisul de Investimento S.A.

Empréstimo de 205 milhões de cruzeiros, contratado em 22.12.78 - Lei 7.207, de 6.12.78	205.000.000,00	
--	----------------	--

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Empréstimos contratados

Em 19.5.76 - Lei 6.284, de 25.10.71 707.803 UPC	7.225.769,58	
--	--------------	--

Em 14.6.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
4.875 UPC	326.373,67	
9.355 UPC	1.737.682,73	
10.379 UPC	206.038,63	
49.537 UPC	3.994.892,68	
57.655 UPC	<u>9.019.747,12</u>	15.284.734,83
Em 30.7.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
5.402 UPC	1.155.449,13	
25.136 UPC	5.591.748,17	
26.357 UPC	5.164.373,05	
85.380 UPC	10.822.072,59	
98.138 UPC	19.607.333,85	
189.224 UPC	15.093.909,55	
218.487 UPC	<u>9.721.537,54</u>	67.156.423,86
Em 15.10.76 - Lei 7.008, de 30.9.76		
485.123 UPC		7.770.022,82
Em 10.11.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.190 UPC	246.534,97	
6.148 UPC	917.024,20	
15.586 UPC	932.716,74	
22.541 UPC	4.017.335,85	
23.771 UPC	4.152.312,86	
71.899 UPC	<u>1.853.138,17</u>	12.119.062,79
Em 16.11.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
979.658 UPC		40.067.003,20
Em 13.12.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
4.208 UPC	661.260,16	
5.454 UPC	1.466.998,94	
27.999 UPC	<u>2.003.021,65</u>	4.131.260,75
Em 14.12.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.084 UPC	213.543,36	
2.730 UPC	395.201,60	
8.411 UPC	878.238,12	
13.858 UPC	5.727,93	
15.848 UPC	292.287,41	
18.642 UPC	108.069,01	
32.800 UPC	3.264.590,47	
72.603 UPC	<u>7.948.364,53</u>	13.106.022,45
Em 14.1.77 - Lei 6.284, de 25.10.71		
176.166 UPC		2.463.413,01
Em 5.5.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.032 UPC	137.154,98	
2.404 UPC	335.045,69	
2.770 UPC	652.289,85	
2.929 UPC	788.522,27	
3.987 UPC	1.005.091,46	
4.057 UPC	301.339,91	
4.221 UPC	675.897,00	
5.231 UPC	1.280.654,06	
6.368 UPC	1.244.224,52	
6.851 UPC	1.053.755,24	
8.496 UPC	1.837.387,81	
8.753 UPC	1.389.177,44	
9.195 UPC	1.400.945,52	
9.293 UPC	2.430.064,50	

9.861	UPC	2.343.346,36	
10.359	UPC	138.803,46	
11.281	UPC	1.357.310,38	
11.317	UPC	2.357.205,88	
12.535	UPC	3.126.653,53	
12.925	UPC	1.297.675,87	
14.237	UPC	1.472.247,54	
15.630	UPC	2.722.732,05	
15.973	UPC	1.673.203,69	
16.095	UPC	1.112.693,65	
16.627	UPC	3.400.618,63	
16.971	UPC	3.251.075,91	
17.874	UPC	3.591.137,70	
19.282	UPC	3.752.040,54	
19.972	UPC	5.260.053,07	
22.252	UPC	418.586,69	
22.612	UPC	3.106.974,94	
24.500	UPC	4.204.629,77	
24.948	UPC	5.204.553,02	
27.693	UPC	2.161.387,32	
31.520	UPC	4.969.365,56	
32.098	UPC	5.650.626,37	
34.772	UPC	6.433.107,61	
41.543	UPC	7.882.963,42	
42.955	UPC	3.289.263,74	
60.193	UPC	11.399.618,18	
76.379	UPC	6.512.999,38	
115.693	UPC	<u>9.257.853,71</u>	122.586.308,22
Em 31.5.77	- Lei 6.284, de 25.10.71			
79.565	UPC		11.474.992,08
Em 31.5.77	- Lei 6.633, de 30.11.73			
16.111	UPC	1.367.475,86	
16.179	UPC	3.831.903,26	
30.652	UPC	5.729.663,15	
31.168	UPC	<u>4.385.191,62</u>	15.314.233,91
Em 16.6.77	- Lei 6.633, de 30.11.73			
3.437	UPC	245.066,47	
14.868	UPC	<u>381.218,59</u>	626.285,06
Em 20.6.77	- Lei 6.633, de 30.11.73			
521	UPC	132.380,71	
4.424	UPC	922.340,42	
4.722	UPC	713.816,06	
6.661	UPC	1.296.019,53	
16.860	UPC	4.159.570,50	
17.486	UPC	701.049,27	
22.206	UPC	4.163.849,58	
32.815	UPC	<u>5.123.987,07</u>	17.213.013,14
Em 16.9.77	- Lei 6.633, de 30.11.73			
3.062	UPC		585.563,02
Em 24.10.77	- Lei 6.633, de 30.11.73			
7.751	UPC		1.287.021,58
Em 24.11.77	- Lei 7.070, de 11.4.77			
321.292	UPC		72.375.325,38
Em 29.12.77	- Lei 6.633, de 30.11.73			
30.652	UPC	5.154.009,75	
56.581	UPC	<u>6.073.128,02</u>	13.227.137,77

Em 16.1.78 - Lei 6.284, de 25.10.71		
86.381 UPC		18.894.323,71
Em 9.2.78 - Lei 6.633, de 30.11.73		
17.699 UPC	3.182.887,81	
25.362 UPC	5.256.229,77	
54.788 UPC	564.988,70	
123.572 UPC	<u>4.468.517,62</u>	13.472.623,90
Em 9.6.78 - Lei 6.633, de 30.11.73		
10.300 UPC	2.049.642,24	
26.450 UPC	<u>4.361.910,24</u>	6.411.552,48
Em 29.8.78 - Lei 6.633, de 30.11.73		
23.301 UPC	1.913.178,24	
85.038 UPC	<u>6.523.531,19</u>	8.436.709,43
Em 26.10.78 - Lei 7.070, de 11.4.77		
1.114.288 UPC		28.908.086,35
Banco Iochpe de Investimento S.A.		
Empréstimo de 150 milhões de cruzeiros, contratado em 13.12.78 - Lei 7.207, de 6.12.78		150.000.000,00
Banco de Investimento Sul Brasileiro S.A.		
Empréstimo de 65 milhões de cruzeiros, contratado em 27.12.78 - Lei 7.207, de 6.12.78		65.000.000,00
Banco Maisonnave de Investimento S.A.		
Empréstimo de 50 milhões de cruzeiros, contratado em 13.12.78 - Lei 7.207, de 6.12.78		50.000.000,00
Banco Nacional de Desenvolvimento Econô- mico		
Empréstimo contratado		
Em 21.9.78 - Lei 7.188, de 19.9.78		
179.165 ORTN		40.000.000,00
Banco Regional de Desenvolvimento do Ex- tremo Sul		
Empréstimos contratados		
Em 2.6.77 - Lei 7.070, de 11.4.77		
362.320 UPC	33.962.935,81	
600.000 UPC	<u>59.445.500,00</u>	93.408.435,81
Banco Safra de Investimentos S.A.		
Empréstimo de 100 milhões de cruzeiros, contratado em 22.12.78 - Lei 7.207, de 6.12.78		100.000.000,00
Caixa Econômica Federal		
Empréstimo de 116,6 mi- lhões de cruzeiros, con- tratado em 24.2.76 - Lei 6.949, de 23.12.75		27.156.531,00

Empréstimo de 383,3 milhões de cruzeiros, contratado em 15.10.76 - Lei 6.962, de 30.12.75	211.000.000,00	
Empréstimo de 52,5 milhões de cruzeiros, contratado em 29.12.77 - Lei 7.056, de 30.12.76	52.560.800,00	
Empréstimo de 35 milhões de cruzeiros, contratado em 29.12.77 - Lei 7.056, de 30.12.76	<u>11.149.900,00</u>	301.866.231,00
Citibank, N.A.		
Empréstimo de 300 milhões de cruzeiros, contratado em 20.12.78 - Lei 7.207, de 6.12.78		300.000.000,00
Unibanco - Banco de Investimento do Brasil S.A.		
Empréstimo de 100 milhões de cruzeiros, contratado em 14.12.78 - Lei 7.207, de 6.12.78		<u>100.000.000,00</u>
		2.110.989.082,72
Externos		
Banco do Brasil S.A.		
Empréstimo de 20 milhões de dólares, contratado em 22.3.78 - Lei 7.102, de 23.11.77		336.900.000,00
Kreditanstalt für Wiederaufbau		
Empréstimo de 10 milhões de marcos alemães, contratado em 19.12.74 - Lei 6.284, de 25.10.71	<u>17.114.855,76</u>	<u>2.485.002.918,48</u>
		4.277.834.389,53

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Destacam-se, em segundo plano, nas receitas de capital, as transferências do Governo da União, no total de Cr\$ 1.263.153.450,34, provenientes da participação do Estado em tributos federais, no valor de Cr\$ 978.523.985,38, e de auxílios ou contribuições, na importância de Cr\$ 284.629.464,96.

Os recursos decorrentes da participação do Estado em tributos federais, assim se especificam:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (50%) ..	198.250.000,00	196.717.106,60	- 1.532.893,40
Cota-parte do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - FNDU	92.427.000,00	80.545.011,71	- 11.881.988,29
Cota-parte do Imposto Único sobre Energia Elétrica	200.385.000,00	275.408.059,96	+ 75.023.059,96
Cota-parte do Imposto Único sobre Minerais do País	44.263.000,00	39.071.460,78	- 5.191.539,22
Cota-parte do Fundo Especial	10.000.000,00	4.500.000,00	- 5.500.000,00
Cota-parte da Taxa Rodoviária Única (70%)	342.589.000,00	346.221.740,27	+ 3.632.740,27
Cota-parte do Imposto sobre os Serviços de Transportes Rodoviário Intermunicipal e Interestadual de Pessoas e Cargas (70%)	<u>28.000.000,00</u>	<u>36.060.606,06</u>	+ <u>8.060.606,06</u>
	915.914.000,00	979.523.985,38	+ 62.609.985,38
	=====	=====	=====

Pela exposição feita, observa-se que somente três participações ultrapassaram a previsão respectiva.

Por outro lado, os auxílios ou contribuições recebidos da União Federal resultaram de:

Recursos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN/PR:

Do Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas, destinados à participação do Estado no capital da Companhia Estadual de Energia Elétrica	120.000.000,00
Para aplicação nas obras de restauração do Teatro São Pedro	10.000.000,00
Para o DEPRC, com aplicação no projeto "Porto Barquinho"	6.750.000,00
Do projeto "Financiamento de Projetos Especiais", para o controle do equilíbrio ecológico	5.000.000,00
Do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, para aplicação na manutenção do Cneastro Metropolitano	679.130,00
Do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, para a Fundação Zoobotânica, com tribuição para melhoramentos no Parque Zoológico de Sapucaia do Sul	400.000,00

Contribuição do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano	12.400.000,00	
Para a Fundação METROPLAN, convênio FNDU nº 17/78, anexos 2 e 3	4.491.000,00	
Para aplicação nos programas constantes no convênio FNDU nº 35, de 14.9.79	<u>1.987.500,00</u>	161.707.630,00
Recursos da Caixa Econômica Federal, à conta do FAS/Fundo Perdido, para serem aplicados no Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, na cobertura do déficit orçamentário nas obras dos CSUs, processos nºs:		
CSU/27	31.536.720,00	
CSU/37	13.075.810,00	
CSU/101	16.014.300,00	
CSU/102	<u>12.460.500,00</u>	73.087.330,00
Recursos do Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA, conforme convênio celebrado com o Estado		
		400.000,00
Recursos da Secretaria de Economia e Finanças da Secretaria-Geral do Ministério da Fazenda, para aperfeiçoamento do sistema estadual de tributação, arrecadação e administração financeira da Secretaria da Fazenda		
		6.434.504,96
Recursos do Ministério do Interior, do projeto "Financiamento de Projetos Especiais", para recuperação de pontes, bueiros e 200 moradias em Pelotas		
		40.000.000,00
Contribuição do DNER à CINTEA, para construção do acesso Silveira Martins/Rodovia dos Imigrantes no Município de Santa Maria		
		<u>3.000.000,00</u>
		284.629.464,96

ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Os ingressos decorrentes da alienação de bens são assim especificados:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Alienação de bens móveis			
Alienação de ações	1.500.000,00	-	- 1.500.000,00
Alienação de veículos, máquinas e materiais obsoletos	1.200.000,00	537.330,45	- 662.619,55
Alienação de bens imóveis			
Produto da venda de imóveis	1.500.000,00	2.011.733,93	+ 511.733,93
Produto da realização do ativo do Banco Pelotense	<u>120.000,00</u>	<u>565.856,90</u>	+ <u>445.656,90</u>
	4.320.000,00	3.114.771,28	- 1.205.228,72
	*****	*****	*****

A receita de maior expressão no grupo teve origem na venda de imóveis.

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

Os grupos já citados de receitas de capital apresentaram tal especificação que abrangeram quase a totalidade das receitas nesta categoria econômica, restando, pois, para outras receitas de capital, uma parcela insignificante no total dos referidos ingressos, no valor de apenas Cr\$ 172,00.

2.1.2 - ANÁLISE DA DESPESA

O Estado, durante o exercício financeiro de 1978, realizou uma despesa orçamentária no valor de Cr\$ 22.910.230.920,16, que, segundo a natureza dos créditos, assim se decompõe:

Créditos ordinários	22.677.303.766,38
Créditos especiais	<u>232.927.153,78</u>
	22.910.230.920,16

O Balanço Geral do Estado, no volume II, apresenta um detalhamento da despesa orçamentária ao nível de governo e de órgão, por categorias e subcategorias econômicas, elementos, rubricas, funções, programas, subprogramas, projetos e

atividades, nas formas sintética e analítica.

Em anexo ao Balanço Financeiro, volume I, é feita uma análise da despesa realizada por créditos especiais com a indicação dos recursos financeiros utilizados na sua cobertura.

DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA

Nos quadros que seguem, são examinados o comportamento e a distribuição da despesa, destacando-se os fatos mais significativos.

No primeiro, demonstram-se os dispêndios por órgãos e quanto à natureza dos créditos, constando também a indicação dos percentuais da despesa realizada por créditos ordinários e especiais e os relativos à participação de cada órgão no total dos gastos.

Observa-se que 99,99% da despesa foi realizada à conta de créditos ordinários e 1,02% através de créditos especiais.

Comparando com o exercício anterior, verifica-se que houve um aumento considerável nos gastos à conta de autorizações especiais, pois estas, em 1977, representaram somente 0,15% do montante dos dispêndios. No exercício de 1978, os órgãos que mais utilizaram dotações por créditos especiais foram a Secretaria do Trabalho e Ação Social, com Cr\$ 103.144.445,24 destinados à construção de Centros Sociais Urbanos; a Secretaria da Segurança Pública, com Cr\$ 50.174.168,70 empregados na recuperação de obras públicas em municípios atingidos pelas enchentes e, ainda, para o reaparelhamento dos serviços policiais; a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, que aplicou Cr\$ 31.389.805,51 na defesa de Porto Alegre contra inundações e na drenagem de lagoas do Litoral Norte; a Secretaria de Educação e Cultura que empregou Cr\$ 16.302.000,00, em sua quase totalidade na reforma e recuperação do Teatro São Pedro; o Poder Executivo que utilizou Cr\$ 15.680.000,00 para concessão de auxílios à realização de feiras e exposições, à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, à Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul, a prefeituras e entidades de municípios que foram atingidos por vendavais, a entidades privadas que atuam na área educacional e à Associa

ção Brasileira de Pneumologia, para cobertura de despesas com a realização do 4º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Pneumologia. Os demais órgãos que realizaram despesa à conta de créditos especiais não apresentaram valores tão significativos.

No mesmo demonstrativo, onde pode ser analisado o dispêndio por órgão e o respectivo percentual no montante da despesa do exercício, destacam-se, como nos anos anteriores, os gastos com Encargos Gerais do Estado, representando 41,43% do total, com um pequeno decréscimo de 0,61% em relação a 1977. Entretanto, convém observar que, sob esta denominação, estão classificados: a transferência aos municípios de 20% da receita do imposto sobre circulação de mercadorias, de que trata o artigo 23, § 8º, da Constituição Federal, os proventos de servidores inativos civis e militares e o serviço da dívida pública, o que torna aceitável, e até normal, a sua preponderância na composição da despesa global do Estado.

Distingue-se também a Secretaria de Educação e Cultura, apresentando um índice de 22,65%, maior que o do ano anterior em 0,16%. É de se salientar que o percentual da despesa efetuada pela Secretaria em questão corresponde somente à parte orçamentária, pelo fato de ainda permanecerem fora do controle orçamentário tanto a receita como a despesa referentes ao Salário-Educação, embora já se tenha conhecimento informal de seus valores através de relatórios examinados em auditoria. Durante o exercício de 1978, a parcela recebida pela mencionada Secretaria, a esse título, foi de Cr\$ 268.779.720,00, enquanto a despesa realizada por conta desses recursos foi de Cr\$ 169.482.282,14, que representaria 3,27% do montante da despesa realizada do Órgão.

Cabe ainda destacar as Secretarias da Segurança Pública, dos Transportes e de Energia, Minas e Comunicações, com percentuais de 9,13%, 5,88% e 4,20%, quando, em 1977, apresentaram 8,59%, 4,77% e 2,11%, respectivamente. A participação dos demais órgãos oscila entre 0,20% e 2,64%.

No segundo quadro demonstra-se a distribuição funcional das despesas segundo as categorias econômicas, análise esta bastante significativa, pois evidencia a aplicação dos recursos públicos por setores de atividade governamental.

São quinze as funções relacionadas, sendo que quatro merecem destaque, pois absorveram 66,96% dos gastos do Estado, a saber: Educação e Cultura com 22,79%, Administração e Planejamento com 17,59%, Desenvolvimento Regional com 13,59% e Assistência e Previdência com 12,99%.

Nota-se que, a exemplo dos anos anteriores, continua sendo Educação e Cultura a função que recebeu maior parcela dos recursos estaduais, apesar da já mencionada exclusão do "Salário-Educação".

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO OS ÓRGÃOS E A NATUREZA DOS CRÉDITOS

ÓRGÃOS	DESPESA REALIZADA					
	Créditos ordinários	%	Créditos especiais	%	Total	%
Assembleia Legislativa	226.801.967,83	100,00	-	-	226.801.967,83	0,99
Tribunal de Contas	65.797.595,82	100,00	-	-	65.797.595,82	0,29
Poder Judiciário	390.909.251,94	99,99	41.562,77	0,01	390.909.251,94	1,71
Poder Executivo	291.086.203,28	94,89	15.680.000,00	5,11	306.766.203,28	1,34
Secretaria da Justiça	119.576.615,66	100,00	-	-	119.576.615,66	0,52
Secretaria de Coordenação e Planejamento	332.888.744,24	100,00	-	-	332.888.744,24	1,45
Secretaria da Fazenda	517.017.330,84	99,04	5.032.423,00	0,96	522.049.753,84	2,26
Secretaria da Agricultura	350.937.124,04	100,00	-	-	350.937.124,04	1,53
Secretaria da Indústria e Comércio	225.931.731,09	99,41	1.349.327,70	0,59	227.281.058,79	0,99
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações ..	961.846.259,40	100,00	-	-	961.846.259,40	4,20
Secretaria dos Transportes	1.347.775.285,51	100,00	-	-	1.347.775.285,51	5,88
Secretaria de Educação e Cultura	5.172.364.422,43	99,69	16.502.000,00	0,31	5.188.866.422,43	22,55
Secretaria da Saúde	594.363.517,77	98,38	9.613.420,86	1,52	604.196.938,63	2,64
Secretaria do Trabalho e Ação Social	214.446.104,81	67,52	103.144.445,24	32,48	317.590.550,05	1,39
Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas	232.987.461,72	88,13	31.389.605,51	11,67	264.377.267,23	1,15
Secretaria da Segurança Pública	2.042.278.762,74	97,60	50.174.168,70	2,40	2.092.452.931,44	9,13
Secretaria da Administração	45.673.180,31	100,00	-	-	45.673.180,31	0,20
Secretaria de Turismo	52.529.999,24	100,00	-	-	52.529.999,24	0,23
Encargos Gerais do Estado	9.492.093.770,48	100,00	-	-	9.492.093.770,48	41,43
	22.677.303.766,38	96,98	232.927.153,78	1,02	22.910.230.920,16	100,00

DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

FUNÇÕES	DESPESA REALIZADA				
	Despesas correntes	%	Despesas de capital	%	Total
01 - Legislativa	246.110.585,19	93,51	16.735.693,66	6,39	262.806.278,85
02 - Judiciária	633.460.712,43	94,99	33.373.348,08	5,01	666.837.066,51
03 - Administração e Planejamento	2.571.221.234,67	53,82	1.457.946.922,47	36,18	4.029.168.157,14
04 - Agricultura	328.650.074,27	92,47	25.770.957,05	7,53	355.421.031,32
05 - Comunicações	-	-	130.869.551,68	100,00	130.869.551,68
06 - Defesa Nacional e Segurança Pública	2.023.167.244,92	98,57	23.265.686,52	1,43	2.052.452.931,44
07 - Desenvolvimento Regional	3.081.076.628,23	98,94	32.891.746,27	1,06	3.113.966.374,50
08 - Educação e Cultura	4.917.780.889,70	94,17	304.411.022,46	5,83	5.222.191.912,16
09 - Energia e Recursos Minerais	3.546.319,36	0,43	827.430.388,36	99,57	830.976.707,72
10 - Habitação e Urbanismo	7.085.719,17	7,97	51.871.187,83	92,03	68.956.907,00
11 - Indústria, Comércio e Serviços	198.773.834,64	22,77	674.208.743,28	77,23	872.982.577,92
13 - Saúde e Saneamento	589.505.932,31	85,70	98.391.006,32	14,30	687.896.938,63
14 - Trabalho	50.346.821,49	92,98	3.800.000,00	7,02	54.146.821,49
15 - Assistência e Previdência	2.867.566.073,44	96,36	105.231.962,08	3,64	2.975.798.035,52
16 - Transporte	578.417.317,30	36,94	987.240.310,98	63,06	1.565.657.628,28
TOTAL	18.096.709.393,12	78,99	4.813.521.527,04	21,01	22.910.230.920,16

Segue uma demonstração dos gastos por elemento e seu percentual correspondente à participação na despesa total, que possibilita ponderar os instrumentos utilizados pelo Estado para alcançar os objetivos propostos. Após, é feito um breve comentário, destacando os elementos de maior expressão.

Elemento	Cr\$	%
Pessoal	7.572.453.850,14	33,05
Material de Consumo	328.452.981,56	1,43
Serviços de Terceiros	643.980.615,63	2,81
Encargos Diversos	947.459.260,98	4,14
Despesas de Exercícios Anteriores	201.727.762,56	0,88
Subvenções Sociais	412.136.497,76	1,80
Transferências de Assistência e Previdência Social	2.414.781.162,97	10,54
Juros de Dívida Pública	1.078.922.623,55	4,71
Contribuições de Previdência Social	292.671.586,21	1,28
Diversas Transferências Correntes	4.204.123.051,76	18,35
Obras Públicas	559.909.869,37	2,44
Serviços em Regime de Programação Especial	64.071.694,01	0,28
Equipamentos e Instalações	45.684.050,25	0,20
Material Permanente	20.973.349,61	0,09
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas	1.094.381.177,25	4,78
Aquisição de Imóveis	35.872.694,03	1,16
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras	190.796.064,75	0,83
Constituição de Fundos Rotativos	252.161.696,50	1,10
Amortização da Dívida Pública ...	1.195.760.285,72	5,22

Auxílios para Obras Públicas	3.973.000,00	0,07
Auxílios para Equipamentos e Instalações	360.000,00	-
Auxílios para Material Permanente	492.800,00	-
Auxílios para Inversões Financeiras	500.000,00	-
Contribuições Diversas	<u>1.349.584.845,55</u>	<u>5,89</u>
	<u>22.910.230.920,16</u>	<u>100,00</u>
	=====	=====

Vinte e quatro são os elementos responsáveis pela composição da despesa total. Destes, cinco absorveram 73,05%: pessoal com 33,05%, diversas transferências correntes com 16,35%, transferências de assistência e previdência social com 10,54%, contribuições diversas com 5,89% e amortização da dívida pública com 5,22%, restando apenas 26,95% para os outros dezenove. Nota-se, com facilidade, o expressivo valor do elemento pessoal sobre os demais.

Comparativamente ao ano anterior, o aumento total da despesa foi da ordem de 49,41%. O elemento pessoal, que teve o incremento de 56,93%, no entanto, aumentou em 1,58% a sua participação na distribuição percentual entre todos os gastos.

O confronto dos gastos imputados ao elemento pessoal com as receitas correntes, durante os últimos cinco anos, assim se apresenta:

Ano	Receitas Correntes	Despesa do elemento Pessoal	Porcentagem da despesa com pessoal sobre as receitas correntes
1974	4.070.295.638,84	1.506.578.769,00	37%
1975	5.913.764.500,77	2.410.610.474,56	41%
1976	7.817.368.039,99	3.567.524.425,77	46%
1977	12.215.640.725,78	4.825.312.424,62	40%
1978	17.602.198.211,47	7.572.453.650,14	43%

Analisando os percentuais acima, observa-se que, até 1976, houve um aumento gradativo, absorvendo a cada ano uma parcela crescente dessas receitas, pois as despesas com pessoal se desenvolviam em maior proporção que aquelas. Em 1977,

houve um incremento das receitas correntes superior ao ocorrido no elemento pessoal, sendo que, em 1978, a situação dos anos anteriores a 1977 voltou a se repetir.

Embora a Constituição Federal, em seu artigo 64, disponha que lei complementar estabelecerie o limite das despesas de pessoal em relação às receitas correntes, até o momento nada foi editado.

Determinados elementos da despesa, em comparação ao exercício anterior, revelaram um grande acréscimo em seus valores monetários. Saliem-se "equipamentos e instalações" e "participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades industriais e agrícolas", que tiveram seus valores duplicados e, no entanto, percentualmente, aumentaram em 0,07% e 1,55%, respectivamente, sobre o montante despendido pelo Estado. "Aquisição de imóveis" foi o único elemento que apresentou uma redução significativa, em números absolutos, de Cr\$ 111.819.074,36 em 1977, para Cr\$ 35.872.694,03 em 1978.

O elemento despesas de exercícios anteriores, adotado pela administração pública desde o advento da Lei nº 4320/64, passou a ser utilizado pelas unidades administrativas como forma indireta de aumentar as dotações orçamentárias, geralmente insuficientes em função dos orçamentos equilibrados pela fixação das despesas com base na previsão das receitas.

Até 1977, não havendo cuidados especiais para o referido elemento, era bastante comum as unidades administrativas das diversas Secretarias não remeterem, para gravação da despesa, determinados processos, principalmente os referentes à água, esgoto, comunicação e energia elétrica, os quais, no exercício seguinte, seriam empenhados à conta de despesas de exercícios anteriores. Assim procedendo, evitavam a solicitação de crédito suplementar no exercício em que a despesa foi efetuada.

No entanto, a Administração Estadual, verificando que o montante gasto no elemento em estudo aumentava de ano para ano, vem adotando normas para que a sua utilização se restrinja ao estritamente necessário.

Para atingir tal meta, o primeiro passo foi dado em 1977, pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, que, no controle da execução orçamentária, pas

sou a detalhar esses gastos também ao nível de rubrica e órgão em que foi efetuada a despesa.

Observando a discriminação do elemento despesas de exercícios anteriores, por rubrica, apresentada no volume II do Balanço Geral, nota-se que a de maior expressão foi "ferroviários-responsabilidade da União", com 33,11% do total do elemento e um acréscimo de 5,11% em comparação ao ano anterior. Cumpre, entretanto, mencionar que, em 1977, o aumento dessa despesa decorreu, principalmente, da sentença judicial prolatada em ação movida contra a União, determinando o pagamento de proventos atrasados.

Das cinquenta e duas rubricas existentes, as seis de maior participação absorveram 81,02% do total gasto no elemento, sendo elas em ordem decrescente de valores: ferroviários-responsabilidade da União, ferroviários-responsabilidade do Estado, três rubricas referentes a pessoal civil e, por último, a de água, esgoto, comunicação e energia elétrica.

A partir do ano de 1977, a Comissão de Programação Financeira-CPROF baixou instruções mais rigorosas a respeito dos gastos classificados nesse elemento, cujo resultado foi uma significativa redução dos valores a ele imputados, principalmente os apresentados pela rubrica "água, esgoto, comunicação e energia elétrica", em 53,44% a menor.

Examinando sob o aspecto de categoria-econômica, vê-se que as despesas correntes absorveram 92,67% do total do elemento, e as despesas de capital, 7,33%. Em comparação ao exercício anterior, houve um aumento nas despesas de capital na ordem de 6,93%.

Do total gasto no elemento, no valor de Cr\$ 201.727.762,56, o Estado deverá ser ressarcido pela União em Cr\$ 66.791.147,97, que correspondem ao pagamento de proventos aos servidores ferroviários inativos, de sua responsabilidade, fato já analisado anteriormente.

CONFRONTO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA

O volume II do Balanço Geral é integrado pelo conjunto dos quadros

estabelecidos pelas normas gerais de direito financeiro como indispensáveis ao julgamento das contas governamentais.

As mencionadas demonstrações, além de evidenciarem que nenhuma autorização legal foi ultrapassada no exercício - fato que vem ocorrendo desde 1964 - apresentam valiosos subsídios para orientação das atividades futuras.

Segundo a natureza dos créditos, far-se-á um confronto da despesa autorizada com a realizada.

Despesa por créditos ordinários - Foram aprovadas para o exercício de 1978 dotações no montante de Cr\$ 19.462.088.000,00, o qual, através de créditos suplementares, elevou-se para Cr\$ 23.850.831.283,43, conforme já relatado no capítulo inicial desta exposição.

Numa comparação das autorizações ordinárias com a despesa realizada, verificou-se que houve uma economia no valor de Cr\$ 1.173.527.517,05, assim demonstrada:

Despesa fixada ..	23.850.831.283,43
Despesa realizada	<u>22.677.303.766,38</u>
	1.173.527.517,05
	=====

O valor de Cr\$ 1.173.527.517,05, que representa 4,9% das autorizações ordinárias do exercício, forma a economia orçamentária. Essa, que era crescente desde 1975, onde apresentou o índice mais baixo do quinquênio, novamente teve uma queda em 1978, conforme se expõe:

	1974	1975	1976	1977	1978
Saldo verificados (em milhares de cruzeiros)	434.614	254.101	606.453	1.145.218	1.173.527
Porcentagem em relação à despesa fixada	7,9%	3,0%	5,1%	7,0%	4,9%

A economia, no exercício sob exame, verificou-se nos seguintes órgãos:

Assembléia Legislativa	11.317.322,17
Tribunal de Contas	1.185.804,18

Poder Judiciário	7,975,890,83
Poder Executivo	10,530,228,72
Secretaria da Justiça	7.173.338,54
Secretaria de Coordenação e Planejamento	140,929.906,77
Secretaria da Fazenda	12,373,272,16
Secretaria da Agricultura	64.708,345,96
Secretaria da Indústria e Comércio	24,070,151,21
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações	155,940.620,81
Secretaria dos Transportes	83.376.830,13
Secretaria de Educação e Cultura	275,485,710,53
Secretaria da Saúde	3.142,809,38
Secretaria do Trabalho e Ação Social	16.609,212,19
Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas	4.415,246,28
Secretaria da Segurança Pública	57.982,169,26
Secretaria da Administração	69.613,722,29
Secretaria do Turismo	4,041,780,76
Encargos Gerais do Estado	<u>213.555.554,88</u>
	1.173.527.517,05
	=====

Despesa por créditos especiais Os gastos, através de autorizações especiais, atingiram o montante de Cr\$ 237.927.153,78, tendo sido abertos créditos especiais no valor total de Cr\$ 306.159.974,21. A diferença de Cr\$ 73.232.820,43 representa uma economia, pois ao final do exercício, os saldos não utilizados são prescritos.

Os órgãos que apresentaram economias, nesses autorizações, são os seguintes:

Poder Judiciário	65,437,23
Secretaria da Fazenda	61,689,00
Secretaria da Agricultura	15.000,000,00
Secretaria da Saúde	1.714.579,14
Secretaria do Trabalho e Ação Social	56.339,292,76
Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas	51.591,00
Secretaria da Segurança Pública	<u>231,30</u>
	73,232.820,43
	=====

EVOLUÇÃO DA DESPESA

Os demonstrativos a seguir evidenciam o comportamento dos gastos orçamentários classificados por funções e por elementos.

No primeiro quadro apresenta-se o último triênio, por ser a partir de 1976 que as funções permaneceram uniformes.

Observa-se que a função Trabalho acusou o maior crescimento em relação ao exercício anterior, tendo aumentado 317,42% nos números absolutos, embora este desenvolvimento não tenha expressão referente ao montante dos gastos do Estado, pois representa, no exercício ora examinado, apenas 0,24% do total para 0,11% do ano anterior. A que maior redução apresentou foi Habitação e Urbanismo, que, em 1977, foi uma das funções de maior aumento.

No segundo quadro é demonstrada a evolução dos gastos por elementos, nos últimos cinco anos. Nota-se que, na sua maior parte, o acréscimo verificado é proporcional ao aumento do total dos gastos. Destacam-se, com um maior índice de crescimento constante, "juros" e "amortização". Houve uma única diminuição acentuada, "aquisição de imóveis", apesar de ter sido um dos elementos de maior evolução em 1977, quando da desapropriação de áreas para o Pólo Petroquímico, para a instalação do distrito industrial de Santa Maria e da Fazenda Guajuviras.

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÕES

FUNÇÕES	Números absolutos			Números relativos		
	1976	1977	1978	1976	1977	1978
01 - Legislativa	120.760.479,72	168.777.214,00	262.906.276,85	100	140	216
02 - Judiciária	336.662.091,72	466.856.865,37	666.837.056,51	100	139	198
03 - Administração e Planejamento	1.830.146.020,22	2.988.578.469,76	4.029.163.157,14	100	163	220
04 - Agricultura	204.897.486,79	249.381.619,55	355.421.031,32	100	122	173
05 - Comunicações	51.570.515,00	65.945.000,00	130.869.551,68	100	128	253
06 - Defesa Nacional e Segurança Pública	855.585.578,42	1.296.655.354,99	2.052.452.331,44	100	150	237
07 - Desenvolvimento Regional	1.454.655.329,19	2.245.529.259,98	3.113.969.374,50	100	154	214
08 - Educação e Cultura	2.492.084.817,77	3.475.072.675,64	5.222.191.912,16	100	139	210
09 - Energia e Recursos Minerais	313.678.072,03	257.501.490,25	830.976.707,72	100	82	265
10 - Habitação e Urbanismo	115.657.996,36	482.794.543,63	68.956.907,00	100	417	77
11 - Indústria, Comércio e Serviços	482.252.496,13	649.494.530,81	872.982.577,92	100	135	181
12 - Relações Exteriores	-	89.354,00	-	-	-	-
13 - Saúde e Saneamento	546.664.796,98	497.670.415,08	687.896.938,63	100	91	126
14 - Trabalho	12.819.064,12	17.058.318,80	54.146.821,49	100	133	422
15 - Assistência e Previdência	1.194.403.889,43	1.748.542.429,95	2.975.798.035,52	100	146	249
16 - Transporte	1.076.744.234,79	723.856.742,44	1.565.657.626,28	100	67	145
TOTAL	11.098.828.068,67	15.333.804.484,43	22.910.230.920,16	100	138	205

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR ELEMENTOS

E L E M E N T O S	Números absolutos, em milhares de Cr\$						Números relativos			
	1974	1975	1976	1977	1978	1974	1975	1976	1977	1978
Pessoal	1.536.579	2.410.610	3.567.524	4.825.312	7.572.454	100	160	237	320	503
Material de Consumo	106.414	138.629	194.422	249.743	328.453	100	130	183	235	305
Serviços de Terceiros	165.900	222.976	305.909	445.586	643.961	100	134	184	269	388
Encargos Diversos	314.137	439.652	436.580	577.997	947.459	100	140	139	216	302
Despesas de Exercícios Anteriores	55.957	75.585	99.584	144.568	201.728	100	133	175	254	354
Subvenções Sociais	165.860	187.550	265.332	316.682	412.136	100	112	159	190	247
Transferências de Assistência e Previdência Social	442.190	672.039	1.010.817	1.432.692	2.414.781	100	152	229	324	546
Juros da Dívida Pública	74.382	151.123	375.204	716.472	1.078.923	100	203	504	963	1.451
Contribuições de Previdência Social	58.332	88.639	119.521	183.432	292.671	100	152	205	314	502
Diversas Transferências Correntes	908.723	1.451.633	1.853.013	2.654.088	4.204.123	100	160	204	314	463
Obras Públicas	153.572	261.885	155.036	311.391	558.910	100	171	101	203	364
Serviços em Regime de Programação Especial	72.381	28.117	80.119	51.450	64.071	100	39	125	71	89
Equipamentos e Instalações	37.065	11.267	7.641	19.726	45.684	100	30	21	53	123
Material Permanente	13.981	12.064	10.503	16.286	20.973	100	86	75	116	150
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas	338.828	462.682	353.720	494.826	1.094.381	100	137	104	146	323
Aquisição de Imóveis	13.836	11.208	3.700	111.819	35.873	100	81	27	508	259
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras	64.725	148.035	209.066	105.720	190.796	100	229	323	163	295
Constituição de Fundos Rotativos	24.695	90.496	357.185	186.845	252.162	100	366	1.446	757	1.021
Diversas Inversões Financeiras	3.000	-	-	385	-	100	-	-	13	-
Amortização da Dívida Pública	166.479	494.718	568.662	1.124.300	1.195.760	100	297	342	675	716
Auxílios para Obras Públicas	5.830	1.840	-	4.900	3.973	100	32	-	84	66
Auxílios para Equipamentos e Instalações	3.430	1.601	2.000	185	360	100	47	58	5	10
Auxílios para Material Permanente	-	-	-	235	493	-	-	-	-	-
Auxílios para Inversões Financeiras	-	-	-	-	500	-	-	-	-	-
Contribuições Diversas	417.399	594.050	1.113.310	1.059.157	1.349.585	100	142	267	254	323
Despesa Geral	5.115.695	7.956.379	11.096.828	15.333.797	22.910.230	100	156	217	300	445

2.1.3 - DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

Sob o critério de classificação econômica, a execução orçamentária do exercício de 1978 é assim sintetizada:

	Receita	Despesa
Orçamento Corrente ..	17.802.198.211,47	18.096.709.393,12
Orçamento de Capital	5.544.102.763,15	4.813.521.527,04
Superavit Financeiro	-	436.070.054,46
	<u>23.346.300.974,62</u>	<u>23.346.300.974,62</u>
	*****	*****

O resultado positivo pode ser demonstrado da seguinte forma:

a) Orçamento Corrente

Receitas Correntes

Receita Tributária	15.338.461.020,04	
Receita Patrimonial	508.534.685,01	
Receita Industrial	25.414.342,45	
Transferências Correntes	1.216.400.051,54	
Receitas Diversas	<u>713.388.112,43</u>	17.802.198.211,47

Despesas Correntes

Despesas de Custeio	9.694.074.470,87	
Transferências Correntes	<u>8.402.634.922,25</u>	18.096.709.393,12

Deficit do Orçamento Corrente		<u>294.511.181,65</u>

b) Orçamento de Capital

Receitas de Capital

Operações de Crédito	4.277.834.369,53	
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	3.114.771,28	
Transferências de Capital	1.263.153.450,34	
Outras Receitas de Capital	<u>172,00</u>	5.544.102.763,15

Despesas de Capital

Investimentos	1.784.020.140,49	
Inversões Financeiras	478.830.455,28	
Transferências de Capital	<u>2.550.670.931,27</u>	4.813.521.527,04

Superavit do Orçamento de Capital		<u>730.581.236,11</u>

Da soma algébrica dos resultados parciais obtidos resulta o superavit financeiro, conforme se comprova:

{-} Deficit do Orçamento Corrente	294.511.181,65
Superavit do Orçamento de Capital	<u>730.581.236,11</u>
Superavit Financeiro do Exercício	436.070.054,46

Comparando o ano sob exame com o exercício anterior, verifica-se uma inversão nos resultados, pois o orçamento corrente passou de superavitário para deficitário e o de capital, de deficitário para superavitário. O mesmo ocorreu na apuração final do exercício de 1978, que apresenta o superavit financeiro de Cr\$... 436.070.054,46, enquanto, no ano de 1977, resultou o deficit financeiro de Cr\$... 685.871.601,96.

O quadro a seguir demonstra, sob outra forma, o resultado financeiro do exercício de 1978.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RECEITA REALIZADA	Cr\$	Cr\$	DESPESA REALIZADA	Cr\$	Cr\$
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
Receita Tributária	15.338.461.020,04		Despesas de Custeio	9.694.074.470,87	9.694.074.470,87
Receita Patrimonial	508.534.685,01		Transferências Correntes	<u>8.402.634.922,25</u>	<u>8.402.634.922,25</u>
Receita Industrial	25.414.342,45				
Transferências Correntes	1.216.400.051,54		Deficit do Orçamento Cor-		
Receitas Diversas	<u>713.388.112,43</u>	17.802.198.211,47	rente		294.511.181,65
Deficit		<u>294.511.181,65</u>			
		18.096.709.393,12			
		=====			
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	4.277.834.369,53		Investimentos	1.784.020.140,49	1.784.020.140,49
Alienação de Bens Móveis			Inversões Financeiras ...	478.830.455,28	478.830.455,28
e Imóveis	3.114.771,28		Transferências de Capital	<u>2.550.670.931,27</u>	<u>2.550.670.931,27</u>
Transferências de Capital	1.263.153.450,34		Superavit Financeiro		436.070.054,46
Outras Receitas de Capital					
tal	<u>172,00</u>	5.544.102.763,15			<u>5.544.102.763,15</u>

2.1.4 - ANÁLISE DO RESULTADO FINANCEIRO
DO EXERCÍCIO

Apurado no capítulo inicial, o déficit presumível de 1978 correspondeu a Cr\$ 2.007.819.289,11. Todavia, o resultado da execução orçamentária demonstrou que houve um superavit financeiro no exercício, na ordem de Cr\$ 436.070.054,46, como se vê:

Receita realizada ...	23.346.300.974,62
(-) Despesa realizada	<u>22.910.230.920,16</u>
Superavit financeiro	436.070.054,46 =====

Confrontando-se os resultados do presumível e do financeiro, observa-se uma expressiva diferença que, percentualmente, apresentou uma recuperação de 121,72%.

Para que se possa ter uma melhor visão e possibilidade de uma perfeita identificação das origens do superavit apresentado, procedê-se, a seguir, à decomposição da receita e despesa realizadas nas três classes componentes das quais se derivam, pondo-se, posteriormente, em confronto as operações resultantes segundo suas vinculações legais e técnicas:

RECEITA REALIZADA

I - Fundo Geral	14.767.483.566,28
II - Fundos Especiais	
Imposto sobre circulação de mercadorias	
Parcela de 20% do imposto sobre circulação de mercadorias, destinada a constituir o Fundo de Participação dos Municípios	2.911.863.599,67
Parcela de 20% da compensação da menor receita do imposto sobre circulação de mercadorias, conforme convênios	113.264.133,39
Parcela de 20% do imposto sobre circulação de mercadorias cobrado em Dívida Ativa	16.053.974,54

Taxa Rodoviária Única

Parcela destinada ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	182.312.108,85
Parcela destinada aos municípios	130.222.934,88
Parcela destinada ao Programa Especial de Vias Expressas	156.427.898,10
Parcela relativa ao atendimento dos serviços executados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados	75.639.544,28

Serviços Lotéricos

Renda líquida da exploração dos serviços lotéricos	7.471.839,98
Renda da sobretaxa no preço do bilhete de loteria (10%)	11.432.703,19

Contribuições da União

Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas, destinado à participação do Estado no capital da Companhia Estadual de Energia Elétrica	120.000.000,00
Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados	5.750.000,00
Aperfeiçoamento do sistema estadual de arrecadação e administração financeira	6.434.504,94
Auxílio especial de que trata o item III do artigo 25 da Constituição Federal	4.500.000,00
Recursos do Instituto de Planejamento Econômico e Social	400.000,00
Recursos repassados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem	3.000.000,00
Recursos do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano	19.957.630,00
Cota-parte do Imposto Único sobre Minerais do País	39.071.460,78
Cota-parte do Imposto Único sobre Energia Elétrica	275.408.059,96
Recursos do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, relativos à cota-parte do adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos	80.545.011,71
Cota-parte do Imposto sobre os Serviços de Transporte Rodoviário Intermunicipal e Interestadual	

dual de Pessoas e Cargas	51.515.151,52	
Recursos repassados ao Estado pelo Ministério do Interior, provenientes do projeto "Financiamento de Projetos Especiais"	40.000.000,00	
Recursos repassados ao Estado pela Secretaria do Planejamento da Presidência da República, provenientes do projeto "Financiamento de Projetos Especiais"	5.000.000,00	
Auxílio repassado pela Secretaria do Planejamento da Presidência da República, para aplicação em obras de restauração do Teatro São Pedro	10.000.000,00	
Contribuição, com recursos do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), a Fundo Perdido	<u>83.712.483,00</u>	4.300.983.038,81

III - Operações de Crédito

Operações de crédito realizadas, conforme discriminati vo constante na Análise da Receita		<u>4.277.834.369,53</u>
		23.346.300.974,62
		=====

DESPESA REALIZADA

I - Com cobertura em recursos do Fundo Geral

Da competência do exercício		
à conta de créditos ordinários ..	14.877.165.879,71	
à conta de créditos especiais ...	<u>27.864.257,99</u>	
	14.905.030.137,70	
Da competência de exercícios anteriores		
à conta de créditos especiais ...	<u>19.987.589,56</u>	
	19.987.589,56	14.925.017.727,26

II - Com cobertura em recursos dos Fundos Especiais

Da competência do exercício		
à conta de créditos ordinários ..	4.025.928.283,60	
à conta de créditos especiais ...	<u>143.970.524,00</u>	
	4.169.898.807,60	
Da competência de exercícios anteriores		
à conta de créditos ordinários ..	101.343.678,20	
à conta de créditos especiais ...	<u>5.000.000,00</u>	
	106.343.678,20	4.276.242.485,80

III - Com cobertura em recursos de Operações de Crédito

Da competência do exercício			
à conta de créditos ordinários ..	3.493.055.968,68		
à conta de créditos especiais ...	<u>29.309.218,46</u>		
	3.522.365.187,14		
Da competência de exercícios anteriores			
à conta de créditos ordinários ..	177.588.219,41		
à conta de créditos especiais ...	<u>9.017.300,55</u>		
	186.605.519,96	<u>3.708.970.707,10</u>	
		22.910.230.420,16	

Do confronto dos recursos obtidos com a despesa realizada, observa-se a vinculação de classe a classe, obtêm-se os seguintes resultados parciais:

I - Resultado da gestão do Fundo Geral

Despesa realizada			
à conta dos recursos da competência do exercício	14.905.030.137,70		
à conta dos recursos da competência de exercícios anteriores ...	<u>19.987.589,56</u>	14.025.612.727,26	
Receita realizada		<u>14.767.483.566,28</u>	
Deficit da gestão do Fundo Geral		(-) 167.534.160,98	

II - Resultado da gestão dos Fundos Especiais

Receita realizada		4.300.983.038,81	
Despesa realizada			
à conta dos recursos da competência do exercício	4.169.898.807,60		
à conta dos recursos da competência de exercícios anteriores ...	<u>106.343.678,20</u>	<u>4.276.242.485,80</u>	
Superavit da gestão dos Fundos Especiais		24.740.553,01	

III - Resultado da gestão dos recursos de Operações de Crédito

Receita realizada		4.277.831.309,56	
Despesa realizada		<u>3.708.970.707,10</u>	
Superavit da gestão de Operações de Crédito		568.860.602,43	

A soma algébrica dos resultados parciais permite recompor o resultado financeiro inicialmente demonstrado, como se expõe:

Deficit da gestão do Fundo Geral	(-) 157.534.160,98
Superavit da gestão dos Fundos Especiais	24.740.553,01
Superavit da gestão de Operações de Crédito	<u>568.863.662,43</u>
Superavit financeiro do exercício	436.070.054,46
	=====

2.2.0 - OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Para completar a análise das operações de gestão constantes no Balanço Financeiro, são examinadas, a seguir, as entradas e saídas que se processaram independentemente das autorizações orçamentárias no ativo e passivo:

RECEITA

Restos a Pagar (contrapartida da despesa empenhada)	1.408.968.179,54
Serviço da Dívida a Pagar (contrapartida da despesa empenhada)	198.277.089,25
Depósitos	1.143.413.993,46
Débitos de Tesouraria	3.286.724.797,30
Outras operações	<u>2.627.422.490,66</u>
	8.664.806.550,21
	=====

DESPESA

Restos a Pagar	1.120.798.847,86
Serviço da Dívida a Pagar	62.523.948,53
Depósitos	1.154.686.609,40
Débitos de Tesouraria	3.986.086.615,02
Outras operações	<u>2.459.391.161,35</u>
	8.783.487.182,16
	=====

Essas operações encontram-se especificadas na Demonstração das Operações Extra-Orçamentárias, anexa ao Balanço Financeiro.

Os elementos também podem ser grupados segundo suas origens e os efeitos que produzem na composição do patrimônio financeiro, como se demonstra:

RECEITA

Recebimento de créditos	374.414.564,19
Formação de dívidas	<u>8.290.391.986,02</u>
	8.664.806.550,21
	=====

DESPESA

Formação de créditos	1.157.371.530,87
Pagamento de dívidas	<u>7.626.115.651,29</u>
	8.783.487.182,16
	=====

2.3.0 - REFLEXOS DA GESTÃO FINANCEIRA SOBRE O
PATRIMÔNIO FINANCEIRO

A receita e a despesa, tanto as orçamentárias como as extra-orçamentárias, constituem a gestão financeira e estão profunda e indissoluvelmente interligadas, embora tenham sido analisadas separadamente.

Dessas operações decorrem variações quantitativo-qualitativas sobre os elementos do patrimônio financeiro, e seguir demonstradas:

Nas disponibilidades

Situação final	784.044.493,36
Situação inicial	<u>466.655.070,85</u>
Aumento de disponibilidades	317.389.422,51
	=====

No ativo realizável

Formação de créditos	1.157.371.530,87
Recebimento de créditos	<u>374.414.564,19</u>
Aumento de créditos	782.956.966,68
	=====

Na dívida flutuante	
Formação de dívidas	8.290.391.986,02
Pagamento de dívidas	<u>7.626.115.651,29</u>
Aumento de dívidas	664.276.334,73
	=====

As variações quantitativas decorrentes da execução orçamentária evidenciam o resultado financeiro do exercício, que é apurado pela soma algébrica das variações apresentadas:

Variações ativas	
Aumento de disponi- bilidades	317.389.422,51
Aumento de crédi- tos	<u>782.956.966,68</u> 1.100.346.389,19
Menos	
Variações passivas	
Aumento de dívidas	<u>664.276.334,73</u>
Superavit financeiro do exercício	436.070.054,46
	=====

Convém esclarecer que o patrimônio financeiro foi passível de variação quantitativa de Cr\$ 1.000,00, determinada por fenômeno estranho à execução orçamentária, ou seja, pela incorporação de moedas antigas e objetos de metal.

3 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial apresenta o patrimônio administrativo do Estado, através de seus componentes ativos e passivos, subdivididos em dois grupos: o financeiro e o permanente.

O grupo financeiro, além das disponibilidades, é composto de créditos e valores realizáveis, como elementos positivos; os restos a pagar, o serviço da dívida a pagar, os depósitos de terceiros, os débitos de tesouraria constituem componentes negativos.

O permanente apresenta, como elementos positivos, os bens de uso especial, os créditos de lenta realização, os valores ativos em liquidação, os fundos para financiamento e os estoques de material, as participações e, como componentes negativos, as dívidas fundadas interna e externa.

A seguir, mostra-se a composição qualitativo-quantitativa do patrimônio financeiro e a situação líquida, que é negativa:

PASSIVO

Restos a Pagar ..	1.727.413.682,44	
Serviço da Dívida a Pagar	240.223.436,09	
Depósitos	243.487.887,82	
Débitos de Tesouraria	895.618.962,93	
Diversos	<u>2.271.715.104,98</u>	5.378.459.074,16

ATIVO

Disponível	325.483.666,72	
Vinculado	459.560.826,64	
Realizável	<u>1.498.845.004,79</u>	<u>2.292.889.498,15</u>
Passivo financeiro descoberto		3.095.569.576,01

Como se vê, repetiu-se a situação líquida financeira negativa apresentada nos balanços anteriores do Estado, apesar de ter havido um superavit na execução orçamentária que concorreu para uma sensível redução do passivo financeiro descoberto, apurado ao término do exercício anterior, como se expõe:

Passivo financeiro descoberto em 31.12.77		3.531.640.630,47
Menos:		
Superavit financeiro do exercicio	436.070.054,46	
Variações no patrimônio financeiro	<u>1.000,00</u>	<u>436.071.054,46</u>
Passivo financeiro descoberto em 31.12.78		3.095.569.576,01 =====

A variação no patrimônio financeiro, no valor de Cr\$ 1.000,00, decorreu da incorporação de um volume contendo moedas antigas e objetos de metal que se encontrava no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., pertencente ao Estado, avaliado simbolicamente por essa importância. O mencionado volume, atualmente sob a guarda do responsável pela Seção de Valores e Movimentação Financeira da Diretoria da Despesa do Tesouro do Estado, depende de laudo técnico de avaliação.

O patrimônio permanente apresenta, ao contrário, uma situação líquida positiva, conforme segue:

ATIVO

Bens do Estado ...	1.968.665.879,52	
Créditos	1.272.936.840,47	
Participações	9.972.089.848,61	
Diversos	<u>1.308.040.743,66</u>	13.521.733.312,26

PASSIVO

Dívida Fundada Interna	9.285.993.239,43	
Dívida Fundada Externa	<u>1.233.709.979,84</u>	<u>10.519.703.269,27</u>
Ativo permanente líquido		3.002.030.042,99 =====

Da soma algébrica das situações líquidas parciais resulta a situação líquida global, a saber:

Ativo permanente líquido		3.002.030.042,99
Passivo financeiro descoberto		<u>3.095.569.576,01</u>
Passivo real descoberto		93.539.533,02 =====

Salienta-se, nesse exercício, o aparecimento do passivo real descoberto apurado ao final do ano, pois o mesmo não ocorria desde 1963.

Fazem parte, ainda, do Balanço Patrimonial, as contas denominadas de compensação, que representam as garantias dadas e recebidas pelo Estado, os valores nominais emitidos, os valores em depósito e as situações não compreendidas no patrimônio real, mas que, mediata ou imediatamente, podem vir a afetá-lo. Essas contas sintetizam-se em:

Valores em poder de terceiros	332.207.085,98
Valores de terceiros	46.244.368,75
Valores nominais emitidos ...	445.303.832,00
Valores e obrigações diversas	<u>7.563.592.671,71</u>
	8.387.347.959,44
	=====

Consta no Volume I a identificação dos elementos que compõem os saldos das contas do Balanço Patrimonial, a seguir analisados.

3.1.0 - ATIVO DO ESTADO

Os elementos positivos que formam a substância patrimonial do Estado distribuem-se em dois grandes grupos: ativo financeiro e ativo permanente.

3.1.1 - ATIVO FINANCEIRO

No exercício sob exame, o ativo financeiro atingiu o montante de Cr\$ 2.282.889.498,15, superior ao do ano de 1977 em Cr\$ 1.100.347.389,19, conforme demonstrativo abaixo:

	1977	1978	Variações
Disponível	195.777.558,53	325.483.666,72	129.706.108,19
Vinculado	270.877.512,32	458.560.828,64	187.683.314,32
Realizável	<u>715.887.038,11</u>	<u>1.498.845.004,79</u>	<u>782.957.966,68</u>
	<u>1.182.542.108,96</u>	<u>2.282.889.498,15</u>	<u>1.100.347.389,19</u>
	=====	=====	=====

DISPONÍVEL

As disponibilidades acham-se assim distribuídas:

Caixa	37.718.246,25
Bancos c/Disponíveis	207.307.540,01
Bancos c/Especial Autos de Lançamento	80.345.069,06
Exatorias	51.297,62
Coordenadorias Regionais de Arrecadação ..	<u>61.510,73</u>
	325.403.665,72
	=====

Embora já tenha sido totalmente implantado o Sistema Estadual de Arrecadação através da rede bancária, permanecem no disponível, mesmo sem movimentação, as contas "exatorias" e "coordenadorias".

BANCOS C/VINCULADAS

Atingindo a expressiva cifra de Cr\$ 453.560.926,64, as diversas vinculações, quer de origem legal, quer administrativas, e, ainda, as decorrentes de processos judiciais, apresentaram, em relação ao ano anterior, acentuado acréscimo. As operações que lhes deram causa são identificadas pela intitulação das quarenta e cinco contas bancárias especiais pelas quais se distribuem.

REALIZÁVEL

As contas de créditos e valores conversíveis em espécie são as que constituem o ativo realizável, conforme se demonstra:

Devedores	1.494.986.598,31
Responsáveis	0,30
Prefeituras c/Devedoras	1.159.209,45
Suprimentos Autorizados	2.559.945,75
Valores do Estado	<u>140.170,98</u>
	1.498.845.004,79
	=====

Na conta Devedores está inserido o débito, para com o Estado, de pes

soas e entidades; de seu total, 81,6% é representado pelos saldos seguintes: União Federal com Cr\$ 642.792.338,98, resultantes de proventos pagos pelo Estado a servidores ferroviários inativos, de responsabilidade da União, até o final do exercício em análise; Departamento Nacional de Estradas de Rodagem com Cr\$ 165.033.280,38, referentes ao valor retido do produto da Taxa Rodoviária Única, a ser aplicado no Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES; Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul - CEDIC com Cr\$ 151.989.712,30, relativos a suprimento efetuado pelo Estado, por conta de futuro aumento de capital; Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação com Cr\$ 105.579.739,00, como adiantamento para atender às despesas com a construção de Centros Sociais Urbanos; Aços Finos Piratini S.A. com Cr\$ 58.902.494,88, e Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul com Cr\$ 40.000.000,00, provenientes de suprimentos efetuados pelo Estado a tais empresas, por conta de um futuro aumento de capital; Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem com Cr\$ 55.496.868,75, provenientes de adiantamento efetuado pelo Estado por conta da contribuição resultante da Taxa Rodoviária Única - TRU.

Em Prefeituras c/Devedoras, com um saldo de Cr\$ 1.158.289,45, aparecem as dívidas contraídas por alguns municípios em anos anteriores, destacando-se a Prefeitura Municipal de Pelotas com Cr\$ 1.031.149,96.

Como Suprimentos Autorizados estão registradas as antecipações efetuadas a diversas entidades, com o objetivo de suprir deficiências financeiras. Durante o ano de 1978, houve somente uma autorização de Cr\$ 50.000,00 para a Companhia Materiais Pró Casa Popular. Os demais valores são provenientes de exercícios anteriores.

Finalmente, a conta Valores do Estado, no total de Cr\$ 140.170,98, corresponde a moedas e metais simbolicamente avaliados e recebidos em campanhas financeiras dos anos 30.

3.1.2 - ATIVO PERMANENTE

Em o confronto da posição atingida pelos componentes do ativo permanente, ao final dos dois últimos anos:

	1977	1978	Variações
Bens Móveis	297.904.477,38	377.242.998,63	79.338.521,25
Bens Imóveis ...	1.094.801.674,13	1.583.106.791,98	488.305.107,85
Bens de Natureza Industrial	8.316.098,91	8.316.098,91	-
Créditos	912.304.243,05	1.272.936.840,47	360.632.597,42
Participações ..	6.927.383.566,84	8.972.089.848,61	2.044.706.281,77
Diversos	960.783.133,51	1.308.040.743,66	347.257.610,15
	<u>10.201.493.193,82</u>	<u>13.521.733.312,26</u>	<u>3.320.240.118,44</u>
	*****	*****	*****

BENS DO ESTADO

A Administração não pôde contar, ainda, com um inventário completo dos bens já incorporados ao patrimônio do Estado compreendidos nas contas "bens móveis", "bens imóveis" e "bens de natureza industrial".

CRÉDITOS

As contas a seguir demonstradas são componentes deste título.

Devedores por Empréstimos	1.816.619,59
Dívida Ativa	1.270.834.178,68
Prefeituras c/Empréstimo Externo de 1927	236.251,86
Prefeituras c/Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa	910,57
União Federal c/Responsabilidades Diversas	48.871,77
	<u>1.272.936.840,47</u>

Das contas citadas, a de maior significado monetário e que merece destaque é a Dívida Ativa, que representa o débito de contribuintes. No exercício de 1978, esta conta sofreu as seguintes variações:

Saldo em 31.12.77	910.201.581,26
Mais: Dívida Ativa inscrita em 1978	<u>561.294.026,57</u>
	1.471.495.607,83

Menos

Receita arrecadada em 1978	81.341.874,46	
Créditos cancelados por insubsistentes em 1978 ..	<u>119.319.554,69</u>	<u>200.661.429,15</u>
Saldo em 31.12.78		1.270.834.178,68
		=====

PARTICIPAÇÕES

As aplicações do Estado, em ações, no capital de empresas encontram-se agrupadas no título Participações, conforme se demonstra:

Participações em Sociedades de Economia Mista do Estado	8.270.781.824,61
Participações Diversas	<u>701.306.024,00</u>
	8.972.088.848,61
	=====

A conta Participações em Sociedades de Economia Mista do Estado inclui as participações em entidades nas quais o Estado exerce o controle acionário. Em Participações Diversas estão englobadas outras empresas em que o Estado participa como acionista minoritário.

Seguem três quadros, sendo que, nos dois primeiros, são especificadas as empresas em que o Estado participa, com a indicação do capital subscrito, integralizado e a integralizar. O último demonstra as formas utilizadas para cobrir o aumento líquido de Cr\$ 2.044.706.281,77, verificado no grupo Participações.

DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

ESPECIFICAÇÃO	Capital integralizado	Capital a integrar (Despesa empenhada)	Participação em 31.12.78	Capital a integrar (Despesa a empenhar)	Total subscrito
Acúcar Gaúcho S.A. - AGASA	7.558.670,00	750.000,00	8.308.670,00	10.700.000,00	19.008.670,00
Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul - BADESUL ..	168.246.308,00	-	168.246.308,00	90.000.000,00	258.246.308,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	215.420.228,00	-	215.420.228,00	-	215.420.228,00
Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	33.264.000,00	-	33.264.000,00	-	33.264.000,00
Central Vitivinícola do Sul - VINO SUL S.A.	16.149.488,00	1.020.000,00	17.169.488,00	-	17.169.488,00
Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul - CEDIC	182.822.328,45	-	182.822.328,45	17.177.571,55	199.999.900,00
Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras - CEDRO	4.999.880,00	-	4.999.880,00	-	4.999.880,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	4.902.984.104,33	21.319.029,76	4.924.303.134,09	-	4.924.303.134,09
Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA	401.359.350,69	153.866.259,31	555.225.610,00	-	555.225.610,00
Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul - COHAB-RS	9.999.160,00	-	9.999.160,00	-	9.999.160,00
Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras - CINTEA	131.026.000,00	-	131.026.000,00	-	131.026.000,00
Companhia Materiais Pró Casa Popu- lar	133.958,00	-	133.958,00	-	133.958,00
Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS	92.816.093,00	-	92.816.093,00	6.000.000,00	98.816.093,00
Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas - CORAG	47.702.644,00	-	47.702.644,00	-	47.702.644,00
Companhia Rio-Grandense de Laticí- nios e Correlatos - CORLAC	50.678.940,00	-	50.678.940,00	-	50.678.940,00
Companhia Rio-Grandense de Minera- ção - CRM	129.615.182,76	9.659.565,31	139.274.748,07	-	139.274.748,07

DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

E S P E C I F I C A Ç Ã O	Capital integralizado	Capital a integrar lizar (Despesa empenhada)	Participação em 31.12.78	Capital a integrar lizar (Despesa a empenhar)	Total subscrito
(Continuação)					
Companhia Rio-Grandense de Nitroge- nados - CRN	37.399.500,00	-	37.399.500,00	1.600.500,00	39.000.000,00
Companhia Rio-Grandense de Saneame- nto - CORSAN	539.036.670,00	17.315.830,00	556.352.500,00	-	556.352.500,00
Companhia Rio-Grandense de Telecomu- nicações - CRT	1.004.528.429,50	43.172.445,50	1.047.700.875,00	55.600.270,50	1.103.301.145,50
Companhia Rio-Grandense de Turismo - CR-TUR	34.286.760,00	-	34.286.760,00	-	34.286.760,00
Companhia dos Terminais Pesqueiros do Rio Grande do Sul - COTEPE ...	3.000.000,00	-	3.000.000,00	-	3.000.000,00
Produtos Gaúchos S.A. - PROGASA ..	10.170.000,00	481.000,00	10.651.000,00	-	10.651.000,00
	8.023.197.694,73	247.584.129,86	8.270.781.824,61	181.078.342,05	8.451.860.166,66

DEMONSTRATIVO DAS PARTICIPAÇÕES DIVERSAS DO ESTADO

ESPECIFICAÇÃO	Capital integralizado	Capital a integrar - lizar (Despesa empenhada)	Participação em 31.12.78	Capital a integrar - lizar (Despesa a empenhar)	Total subscrito
Aços Finos Piratini S.A.	273.261.632,00	-	273.261.632,00	70.000.000,00	343.261.632,00
Agrale S.A. - Tratores e Motores	2.968.900,00	-	2.968.900,00	-	2.968.900,00
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE	187.500.000,00	-	187.500.000,00	135.000.000,00	322.500.000,00
Banco Sul Brasileiro S.A.	5.875,00	-	5.875,00	-	5.875,00
Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. - CEASA	12.240.000,00	-	12.240.000,00	-	12.240.000,00
Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - ELETROSUL	12.218.590,00	-	12.218.590,00	-	12.218.590,00
Companhia Brasileira do Cobre ..	1.169.450,00	-	1.169.450,00	-	1.169.450,00
Construções Eletromecânicas S.A.	222.124,00	-	222.124,00	-	222.124,00
Frigorífico Anselmi S.A. - Indústria de Carnes, Derivados e Conservas	810.000,00	-	810.000,00	-	810.000,00
M.F.M. - Companhia Industrial de Fundição de Aço	1.220.598,00	-	1.220.598,00	-	1.220.598,00
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS	179.018.899,00	-	179.018.899,00	-	179.018.899,00
Rio Grande - Companhia de Celulose do Sul - RIOCELL	5.465.704,00	-	5.465.704,00	-	5.465.704,00
Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELES P	36.097,00	-	36.097,00	-	36.097,00
"VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense)	25.170.155,00	-	25.170.155,00	-	25.170.155,00
	701.308.024,00	-	701.308.024,00	205.000.000,00	906.308.024,00

DEMONSTRATIVO DO AUMENTO LÍQUIDO DE "PARTICIPAÇÕES"

E S P E C I F I C A Ç Ã O	Integralização em bens	Bonificação em ações	Recursos orçamentários	Total
<u>Participação em Sociedades de Economia Mista</u> <u>do Estado</u>				
Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul - BADESUL	-	-	10.000.000,00	10.000.000,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ..	-	80.782.505,00	-	80.782.505,00
Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	19.958.400,00	-	19.958.400,00
Central Vitivinícola do Sul - VINOSUL S.A. ...	-	-	2.000.000,00	2.000.000,00
Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul - CEDIC	169.034.180,00	6.788.148,45	-	175.822.328,45
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	-	-	788.436.177,25	788.436.177,25
Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA	-	-	186.764.000,00	186.764.000,00
Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul - CDHAB-RS	-	4.999.460,00	-	4.999.460,00
Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras - CINTEA	-	-	42.700.000,00	42.700.000,00
Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS	-	26.659.943,00	-	26.659.943,00
Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas - CORAG	-	29.999.925,00	-	29.999.925,00
Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos - CORLAC	-	-	15.000.000,00	15.000.000,00
Companhia Rio-Grandense de Mineração - CRM	-	41.821.763,00	38.926.513,07	60.748.276,07
Companhia Rio-Grandense de Nitrogenados - CRN	-	-	11.000.000,00	11.000.000,00

DEMONSTRATIVO DO AUMENTO LÍQUIDO DE "PARTICIPAÇÕES"

E S P E C I F I C A Ç Ã O	Integralização em bens	Bonificação em ações	Recursos orçamentários	Total
(Continuação)				
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações - CRT	-	247.212.150,32	130.869.551,68	378.081.702,00
Companhia Rio-Grandense de Turismo - CR-TUR	-	1.551.480,00	1.000.000,00	2.551.480,00
Produtos Gaúchos S.A. - PROGASA	-	-	1.481.000,00	1.481.000,00
SOMA	169.034.180,00	459.773.854,77	1.228.177.242,00	1.856.985.276,77
Participações Diversas do Estado				
Aços Finos Piratini S.A.	-	-	47.000.000,00	47.000.000,00
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE	-	70.000.000,00	-	70.000.000,00
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS	-	59.672.966,00	-	59.672.966,00
Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP	-	-	36.097,00	36.097,00
"VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense)	-	11.011.942,00	-	11.011.942,00
SOMA	-	140.684.908,00	47.036.097,00	187.721.005,00
TOTAL	169.034.180,00	600.458.762,77	1.275.213.339,00	2.044.706.281,77

Como se expôs, com o aumento líquido ocorrido em Participações, no valor de Cr\$ 2.044.706.281,77, a posição final deste grupo assim se apresenta:

Saldo em 31.12.77		6.927.383.566,84
Mais		
Participações em Sociedades de Economia Mista	1.856.985.276,77	
Participações Diversas	<u>167.721.005,00</u>	<u>2.044.706.281,77</u>
Saldo em 31.12.78		8.972.089.848,61 *****

DIVERSOS

Sob o título Diversos, estão agrupadas as seguintes contas:

Almoxarifados	60.263.447,70
Fundos para Financiamentos	910.229.373,38
Fundos Diversos	337.535.024,44
Valores Ativos em Liquidação ...	<u>12.896,14</u>
	<u>1.308.040.743,66</u> *****

Em Almoxarifados encontram-se os materiais depositados em vinte e sete unidades administrativas, no valor de Cr\$ 60.263.447,70, submetidos a rigoroso controle físico-financeiro. Os inventários analíticos realizados ao final do exercício, alguns processados eletronicamente, instruirão os processos de tomada de contas dos respectivos responsáveis pela sua guarda e movimentação.

Em Fundos para Financiamentos são contabilizados os recursos legalmente destinados a financiar determinados setores da economia estadual. Em 31 de dezembro de 1978, atingiram Cr\$ 910.229.373,38, distribuídos pelas seguintes instituições incumbidas de sua administração:

Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	
Fundo de Garantia para a Pequena Empresa	17.500.000,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	
Carteira de Crédito Agrícola	82.250.813,80
Fundo de Amparo ao Esporte Gaúcho	2.500.000,00
Fundo de Financiamento da Indústria de Laticínios	176.546,26

Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Rio Grande do Sul	272.000.048,80	
Fundo Estadual de Habitação Popular	<u>1.005.000,00</u>	357.932.409,86
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul		
Fundo de Cooperação Financeira	331.608.839,37	
Fundo Operação Empresa	<u>203.185.126,15</u>	<u>534.796.964,52</u>
		910.229.373,38
		=====

Esses Fundos, em 1978, apresentaram um aumento de Cr\$

259.487.683,53, conforme se demonstra:

Carteira de Crédito Agrícola	16.348.683,53
Fundo de Cooperação Financeira	109.141.000,00
Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Rio Grande do Sul	80.000.000,00
Fundo de Garantia para a Pequena Empresa	5.000.000,00
Fundo Operação Empresa	<u>50.000.000,00</u>
	259.487.683,53
	=====

Sob o título Fundos Diversos tem-se uma única conta, o Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual, gerido pela Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que, ao final do exercício de 1976, apresentava o saldo de Cr\$ 337.535.024,44, superior ao de 1977 em Cr\$ 79.742.012,97. Este fundo é destinado a assegurar a liquidez das Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - ORTE-RS em operações de mercado. Desde sua criação, em 1974, onde constava no passivo financeiro, teve a seguinte evolução:

Ano	Importância	Índice
1974	5.000.000,00	100
1975	50.000.000,00	1000
1976	210.581.562,78	4212
1977	257.793.011,47	5156
1978	337.535.024,44	6751

Finalmente, em Valores Ativos em Liquidação estão compreendidos os

remanescentes do acervo do extinto Banco Pelotense, cuja liquidação é processada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. Esta conta, em 1978, não teve alterações e apresenta o mesmo saldo do exercício anterior, Cr\$ 12.898,14.

3.2.0 - PASSIVO DO ESTADO

Até o final do exercício de 1978, o passivo do Estado alcançou o montante de Cr\$ 15.898.162.343,43. Distribuiu-se em dois grandes grupos, que formam as dívidas do Estado, a saber:

PASSIVO FINANCEIRO			
Dívida Flutuante			5.378.459.074,16
PASSIVO PERMANENTE			
Dívida Fundada Interna	9.285.993.289,43		
Dívida Fundada Externa	<u>1.233.709.979,84</u>	<u>10.519.703.269,27</u>	
			15.898.162.343,43
		

Na análise das dívidas do Estado, dado o seu vulto, vale repetir-se aqui os comentários de exercícios anteriores, relacionados com as peculiaridades de que se reveste o seu patrimônio administrativo.

Embora os empréstimos obtidos pelo Estado integrem o patrimônio permanente como componentes negativos reais, a soma dos componentes ativos deixa de contemplar o valor dos investimentos realizados com os recursos proporcionados por aquelas operações, na medida em que o sejam em bens de uso comum do povo, os quais, por sua natureza, pertencem ao patrimônio social.

Por isso, carece de significado qualquer tentativa de comparação entre o ativo e o passivo, salvo no que respeita às disponibilidades e aos créditos realizáveis.

Para identificar a parte correspondente às operações de crédito, as dívidas do Estado podem ser assim apresentadas:

a) Débitos de financiamento	
Operações de crédito a longo prazo	
Dívida fundada interna	9.285.993.289,43
Dívida fundada externa	<u>1.233.709.979,84</u>
Passivo Permanente	10.519.703.269,27
Operações de crédito a curto prazo (antecipação de receita)	<u>895.618.962,83</u>
	11.415.322.232,10
b) Débitos de funcionamento	
Outras dívidas flutuantes	<u>4.482.840.111,33</u>
Dívidas do Estado	15.898.162.343,43
	=====

As dívidas do Estado encontram, no entanto, sua contrapartida na receita de exercícios futuros, principalmente na originária de impostos, razão por que é demonstrada a correlação entre a dívida pública, o seu serviço e a receita de impostos.

Inicialmente, é apresentado um confronto do incremento da receita dos impostos e da dívida pública, no último quinquênio, em valores absolutos e relativos:

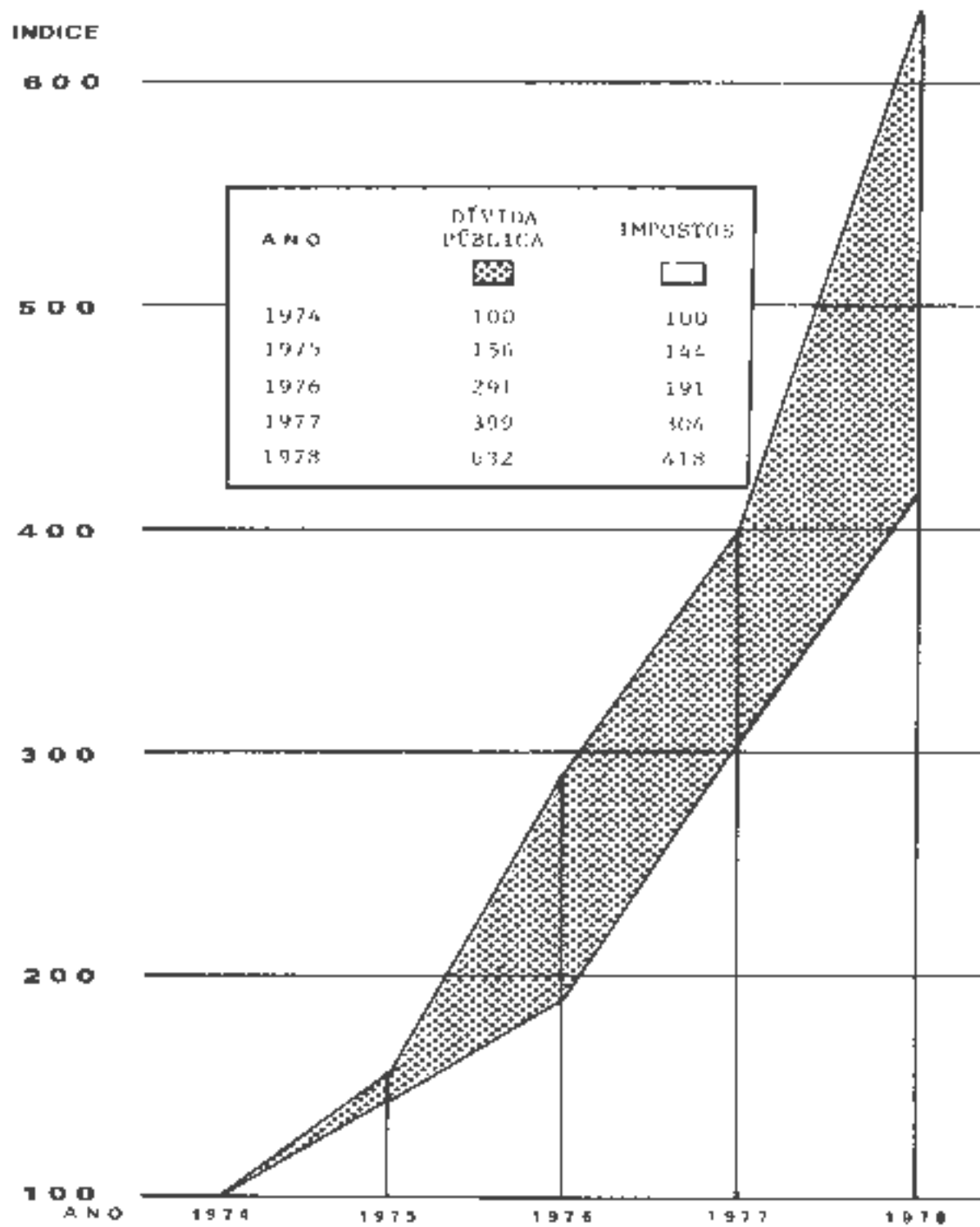
Ano	Receita de impostos	Índice	Dívida pública	Índice
1974	3.599.311.020,88	100	2.514.727.710,28	100
1975	5.199.648.324,08	144	3.939.625.627,99	156
1976	6.886.824.833,89	191	7.319.674.274,82	291
1977	10.945.783.511,85	304	10.026.216.032,59	399
1978	15.064.828.040,62	419	15.898.162.343,43	632

Os números relativos continuam demonstrando que o crescimento das dívidas tem superado o da receita de impostos, sendo que, no exercício sob exame e no de 1976, o montante da dívida pública chegou a superar o da receita de impostos.

No quadro que segue, é apresentada graficamente a mesma comparação.

ÍNDICES DA DÍVIDA PÚBLICA E DA RECEITA DE IMPOSTOS

NO QÜINQUÊNIO



Mais importantes do que o montante global da dívida pública são os seus encargos anuais, formados pela amortização, juros, correção monetária, comissões e outras despesas. Isso é demonstrado a seguir, através da comparação do crescimento dos impostos com o do serviço da dívida, nos últimos cinco anos, e da apresentação, em termos percentuais, dos recursos absorvidos anualmente pelos compromissos do Estado.

Ano	Receita de impostos	Índice	Serviço da dívida pública	Índice	Percentual do serviço da dívida pública sobre a receita de impostos
1974	3.599.311.020,68	100	414.356.084,76	100	11,51%
1975	5.199.648.324,08	144	889.145.793,52	215	17,10%
1976	6.886.824.833,89	191	1.125.392.096,89	272	16,34%
1977	10.945.783.511,85	304	2.041.541.701,77	493	18,65%
1978	15.064.828.040,62	419	2.698.597.537,45	651	17,91%

3.2.1 - PASSIVO FINANCEIRO

O passivo financeiro, constituído pela dívida flutuante, somou Cr\$ 5.378.459.074,16, no exercício de 1978.

O comportamento desta dívida, nos últimos cinco anos, assim se apresenta:

Ano	Dívida flutuante	Aumento percentual em relação ao ano anterior
1974	1.530.064.623,14	-
1975	1.942.740.031,31	26,97%
1976	3.610.218.625,60	85,83%
1977	4.714.182.739,43	30,58%
1978	5.378.459.074,16	14,09%

O último ano mostra a menor taxa de crescimento do quinquênio. O aumento de Cr\$ 664.276.334,73 sobre o exercício anterior pode ser apreciado por dois ângulos, a seguir descritas:

a) Formação de dívidas	8.290.391.986,02
Menos: Pagamento de dívidas	<u>7.626.115.651,29</u>
Aumento da dívida flutuante	664.276.334,73 =====
b) Aumento do ativo financeiro	1.100.346.389,19
Menos: Superavit financeiro do exercício	<u>436.070.054,46</u>
Aumento da dívida flutuante	664.276.334,73 =====

Administrativamente, pela sua origem, a dívida flutuante desdobra-se em:

Débitos de financiamento	
Débitos de Tesouraria	895.618.962,83
Débitos de funcionamento	
Restos a Pagar	1.727.413.682,44
Serviço da Dívida a Pagar	240.223.436,09
Depósitos	243.487.887,82
Diversos	<u>2.271.715.104,98</u>
	<u>4.482.840.111,33</u>
	5.378.459.074,16 =====

Esses componentes são apreciados a seguir.

DÉBITOS DE TESOURARIA

O saldo das operações de crédito realizadas para antecipar a receita, ao término do ano em exame, foi de Cr\$ 895.618.962,83, assim distribuídas:

Empréstimos por antecipação de receita, contratados	655.120.113,36
Letras do Tesouro em circulação	<u>240.498.849,47</u>
	895.618.962,83 =====

Em comparação ao exercício anterior, estes débitos apresentaram a redução de Cr\$ 699.361.817,72, equivalente a 56%.

RESTOS A PAGAR

Os encargos sob este título atingiram o montante de Cr\$
 1.727.413.682,44, sendo que os resíduos inscritos no encerramento do exercício de
 1978 somaram Cr\$ 1.408.968.179,54, assim especificados:

Contas a Pagar	659.624.005,20
Empenhos a Liquidar	606.382.237,93
Folhas a Pagar	142.961.936,39

Os resíduos de Empenhos a Liquidar decorrem de obrigações pendentes
 de pagamento, condicionadas à comprovação ou ultimateção de fornecimentos e de pres-
 tação de serviços.

SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR

Os encargos com a dívida fundada formam este grupo, sendo assim des-
 dobrados:

Serviço de Dívida Interna	229.012.088,93
Serviço de Dívida Externa	<u>11.211.347,18</u>
	240.223.436,09
	=====

Segue a especificação dessas contas.

<u>Serviço de Dívida Interna</u> - Aqui se encontram registrados os com-		
promissos com:	Cr\$	%
Portadores de títulos	166.870.177,80	72,9
Banco do Brasil S.A.	4.272.459,49	1,9
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico	12.875.865,93	5,6
Caixa Econômica Federal	4.875.690,00	2,1
União Federal	<u>40.117.895,71</u>	<u>17,5</u>
	229.012.088,93	100,0
	=====	=====

A importância de maior expressão, devida a portadores de títulos, é

decorrente de amortização e juros de empréstimos de lançamento, vencidos, que se encontram à disposição dos respectivos titulares.

Serviço da Dívida Externa - Compreende os encargos provenientes de amortizações, juros e demais despesas com empréstimos externos, na importância de Cr\$ 11.211.347,16. Desse total, 99,7%, representados por títulos, foram atendidos pela União Federal, para reembolso pelo Estado, através do encontro de contas com créditos que detém no Governo Federal.

DEPÓSITOS

Sob este título figuram os depósitos de terceiros, na quantia de Cr\$ 243.487.887,82:

Depósitos de Autarquias	35.070.404,21
Depósitos de Consignatários ..	160.773.171,16
Depósitos Públicos e Judiciais	4.946.055,57
Depósitos Diversos	28.453.643,98
Depósitos de Fundações	48.451,18
Cauções	2.703.806,35
Retenções	<u>11.492.345,37</u>
	243.487.887,82
	=====

Deixam de ser analisadas essas contas pela sua constante rotatividade e, sobretudo, por se encontrarem especificadas nos anexos do Balanço Patrimonial.

DIVERSOS

Os componentes do passivo financeiro, que não podem ser incluídos nos grupos já expostos, encontram-se registrados sob este título. O saldo de Cr\$ 2.271.715.104,98 está distribuído pelas seguintes contas:

Contribuições de Previdência Social ...	330.235.543,52
Contribuições para Autarquias	179.095.630,53
Contribuições para Fundações	48.009.146,71
Credores	1.024.273.567,01
Empenhos c/Fundo de Estoque de Material	2.136.365,78
Empresas c/Capital a Integralizar	247.584.129,88
Fundos Especiais	100.227.691,13
Fundo para Estoque de Material	1.675.076,43
Fundo de Participação dos Municípios - - Exercício de 1978	307.750.410,43
Prefeituras c/Taxa Rodoviária Única ..	<u>30.727.543,56</u>
	2.271.715.104,98

Apesar de discriminadas nos anexos do Balanço Patrimonial, pela sua expressividade, faz-se a sua análise,

Contribuições de Previdência Social - Sob este título aparecem os encargos do Estado como empregador, referentes à previdência social, e creditados ao:

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - - FGTS	3.970.684,91
Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - - IAPAS	3.186.719,61
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	<u>323.078.139,00</u>
	330.235.543,52

Contribuições para Autarquias - As autarquias credoras por contribuição, no encerramento do exercício, foram as seguintes:

Departamento Aeroviário do Estado	1.980.000,00
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	125.601.942,96
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	<u>51.513.687,55</u>
	179.095.630,53

Contribuições para Fundações As fundações, a seguir relacionadas,

apresentavam-se, ao final do ano de 1978, credoras por contribuição.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul	20.000,00
Fundação de Ciência e Tecnologia	5.268.080,00
Fundação de Economia e Estatística	4.585.300,00
Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor	12.720.000,00
Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação ..	3.199.901,71
Fundação Gaúcha do Trabalho	2.323.590,00
Fundação Metropolitana de Planejamento	1.748.227,00
Fundação Rio-Grandense de Atendimento ao Excepcional	50.000,00
Fundação Sul-Rio-Grandense de Assistência	2.330.000,00
Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul	<u>15.764.048,00</u>
	48.009.146,71

Credores - Engloba as dívidas do Estado para com terceiros, de caráter esporádico e de diversas origens, no total de Cr\$ 1.024.273.567,01. Entre os titulares destes créditos, destacam-se: a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul com Cr\$ 293.755.046,87, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. com Cr\$ 147.535.399,33, e o Banco do Brasil S.A. com Cr\$ 129.870.513,15, decorrentes de transferência de saldo descoberto em conta corrente bancária; o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul c/Fundo de Cooperação Financeira com Cr\$ 188.253.000,00, advindos de despesas empenhadas para integralização do mesmo fundo; e, finalmente, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem c/Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES com Cr\$ 152.770.017,67, provenientes de recursos aplicados pela autarquia federal à conta do PROGRES, cuja prestação de contas ainda não foi efetuada. Salienta-se que, da importância total inscrita em Credores, 89% é representado pelas cinco contas ora analisadas.

Empenhos c/Fundo de Estoque de Material - Apresenta o saldo dos empenhos não processados, imputados ao fundo relativo de estoque de materiais do Departamento Central de Administração de Material, no valor de Cr\$ 2.136.365,78.

Empresas c/Capital a Integralizar - Registra compromissos do Estado com aumentos de capital, subscritos e não integralizados, nas seguintes sociedades de economia mista:

Açúcar Gaúcho S.A.	750.000,00
Central Vitivinícola do Sul - VINDOSUL S.A.	1.020.000,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica ...	21.319.029,76
Companhia Estadual de Silos e Armazéns ...	153.866.259,31
Companhia Rio-Grandense de Mineração	9.659.565,31
Companhia Rio-Grandense de Saneamento	17.315.830,00
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações	43.172.445,50
Produtos Gaúchos S.A.	<u>481.000,00</u>
	247.584.129,88

Fundos Especiais - Representa os valores atribuídos à despesa para a constituição de fundos, ainda não entregues ou aplicados, à conta do:

Fundo Especial de Reparcelamento dos Serviços de Segurança Pública	700.000,00
Fundo Estadual de Habitação Popular	1.005.000,00
Fundo Estadual de Saúde	4.375.649,08
Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Rio Grande do Sul	56.240.000,98
Fundo de Investimentos Urbanos	9.407.041,07
Fundo Operação Empresa	<u>28.500.000,00</u>
	100.227.691,13

Fundo para Estoque de Material - Refere-se ao saldo das disponibilidades para aquisição de materiais, através do Departamento Central de Administração do Material, no montante de Cr\$ 1.675.076,43.

Fundo de Participação dos Municípios - Exercício de 1978 - Apresenta o saldo da parcela de 20% do produto arrecadado do imposto sobre circulação de mercadorias, na importância de Cr\$ 307.750.410,43, devido pelo Estado aos municípios.

Prefeituras c/Taxa Rodoviária Única - Corresponde ao saldo de cota-parte de 25% da taxa rodoviária Única, arrecadada pela União e transferida ao Es-

tado, e ser distribuído aos municípios, no valor de Cr\$ 30.727.543,56.

3.2.2 - PASSIVO PERMANENTE

O passivo permanente, formado por débitos de financiamento assumidos com prazo superior a um ano, ao final do exercício sob exame, atingiu o montante de Cr\$ 10.519.703.269,27, ou seja, 66,2% do Passivo Real do Estado.

A dívida fundada, constituída por cento e cinquenta e cinco contratos firmados com dezenove instituições de crédito, além de oito empréstimos representados por títulos de dívida pública estadual e com a última prestação vencível no ano de 2005, é desdobrada em dois grupos: a Dívida Fundada Interna e a Dívida Fundada Externa, que serão analisadas a seguir.

DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Ao final do exercício de 1978, a dívida consolidada interna, que globalizava Cr\$ 9.285.993.289,43, era constituída pelas seguintes espécies e credores:

	Cr\$	%
Em títulos:		
Portadores de títulos Total	5.590.801.347,88 =====	60,21
Por contratos:		
Instituições governamentais:		
Banco do Brasil S.A.	102.743.366,02	1,11
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	1.376.176.923,13	14,82
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico	178.470.691,53	1,92
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	259.626.296,55	2,80
Caixa Econômica Federal	600.303.708,00	6,46
União Federal	<u>2.304.469,75</u>	<u>0,02</u>
Soma	2.519.625.454,98	27,13

Instituições Privadas:

Banco Boa Vista de Investimento S.A.	30.000.000,00	0,32
Banco Boa Vista S.A.	20.000.000,00	0,21
Banco Bozano, Simonsen de Investimento S.A.	155.566.486,57	1,67
Banco Crefisul de Investimento S.A.	205.000.000,00	2,21
Banco de Investimento Sul Brasileiro S.A.	65.000.000,00	0,70
Banco Iochpe de Investimento S.A.	150.000.000,00	1,52
Banco Maisonnave de Investimento S.A.	50.000.000,00	0,54
Banco Safra de Investimentos S.A.	100.000.000,00	1,00
Citibank, N.A.	300.000.000,00	3,23
Unibanco - Banco de Investimento do Brasil S.A.	<u>100.000.000,00</u>	<u>1,08</u>
Soma	<u>1.175.566.486,57</u>	<u>12,66</u>
Total dos contratos	<u>3.695.191.941,55</u>	<u>39,70</u>
	=====	=====
Total da Dívida Fundada Interna	<u>9.285.993.289,43</u>	<u>100,00</u>
	=====	=====

Os recursos das operações de crédito contratadas e realizadas em 1978, segundo os financiadores, tiveram os seguintes destinos: o lançamento em circulação da 13a. série das Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado, para cobrir despesas do fundo geral, no intuito de acelerar o desenvolvimento econômico do Estado; o lançamento da 14a. série, para a consolidação parcial da dívida de antecipação de receita contratada com o Banco do Brasil S.A.; os empréstimos com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., realizados com recursos do Banco Nacional de Habitação, para a construção de escolas e infra-estrutura em conjuntos habitacionais populares, construídos pela Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul - COHAB-RS; a operação de crédito de Cr\$ 40.000.000,00, efetuada com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, para a integralização do capital social do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul - BADESUL, subscrito pelo Estado; as novas contratações com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, para cobrir despesas com a primeira etapa das obras de implantação do Pólo Petroquímico e com as obras do complexo portuário e industrial de Rio Grande; os empréstimos da Caixa Econômica Federal, para atender despesas com construção de escolas e de Centros Sociais Urbanos em diversos municípios; finalmente, a totalidade dos em

préstimos contratados com instituições financeiras privadas objetivou consolidar parte dos contratos de antecipação de receita assumidos em 1978.

A seguir, é demonstrada a evolução da dívida fundada interna nos últimos cinco anos, desdobrada em seus grupos principais: a representada por títulos e a por contratos.

Ano	Empréstimos em títulos		Empréstimos contratados		Total		Aumento em relação ao ano anterior	
	Cr\$	Índice	Cr\$	Índice	Cr\$	Índice	%	
1974	744.080.267,53	100	156.094.229,57	100	900.174.497,10	100	-	
1975	1.765.183.870,32	237	128.488.430,37	82	1.893.672.300,69	210	210,37	
1976	2.561.877.457,28	344	538.572.740,70	345	3.100.450.197,98	344	163,73	
1977	3.325.292.621,04	447	1.213.238.417,90	777	4.538.531.038,94	504	146,38	
1978	5.590.801.347,88	751	3.695.191.941,55	2367	9.285.993.289,43	1032	204,60	

Sinteticamente, o aumento líquido da dívida, ocorrido no exercício econômico-financeiro sob exame, foi proveniente das seguintes operações:

Aumento da dívida

Operações de crédito realizadas

Empréstimos em títulos	1.812.831.451,05	
Empréstimos contratados	<u>2.110.988.062,72</u>	3.923.819.513,77

Reajustamento da dívida

Empréstimos em títulos	1.363.651.532,16	
Empréstimos contratados	<u>452.525.807,41</u>	<u>1.816.177.339,57</u>
		5.739.998.853,34

Menos

Redução da dívida

Resgates

Empréstimos em títulos	910.974.256,37	
Empréstimos contratados	<u>81.560.346,48</u>	<u>992.534.602,85</u>
		4.747.462.250,49
		=====

Os acréscimos verificados, no total de Cr\$ 5.739.998.853,34, assim se detalham:

Operações de crédito realizadas

Títulos lançados em circulação

Empréstimos Obrigações Reajustáveis do
Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul
- ORTE-RS - Lei 6.465, de 15.12.76

Dec. 26.142, de 4.11.77 - 13a. série	825.324.902,90
Dec. 27.922, de 7.11.78 - 14a. série	<u>987.506.548,15</u>
	1.812.831.451,05

Empréstimos contratados

Banco Boa Vista S.A.

Empréstimo de 20 milhões de cruzeiros, contratado em 27.12.78 - Lei 7.207, de 6.12.78	20.000.000,00
---	---------------

Banco Boa Vista de Investimento S.A.

Empréstimo de 30 milhões de cruzeiros, contratado em 27.12.78 - Lei 7.207, de 6.12.78	30.000.000,00
---	---------------

Banco Bozano, Simonsen de Investimento
S.A.

Empréstimo de 155,5 milhões de cruzei ros, contratado em 21.12.78 - Lei 7.207, de 6.12.78	155.566.486,57
---	----------------

Banco Crefisul de Investimento S.A.

Empréstimo de 205 milhões de cruzei ros, contratado em 22.12.78 - Lei 7.207, de 6.12.78	205.000.000,00
---	----------------

Banco do Estado do Rio Grande do Sul
S.A.

Empréstimos contratados

Em 19. 5.76 - Lei 6.284, de 25.10.71 707.803 UPC	7.225.769,58
---	--------------

Em 14. 6.76 - Lei 6.633, de 30.11.73 4.875 UPC 326.373,67 9.355 UPC 1.737.682,73 10.379 UPC 206.038,63 49.537 UPC 3.994.892,68 57.655 UPC <u>9.019.747,12</u>	15.284.734,83
--	---------------

Em 30. 7.76 - Lei 6.633, de 30.11.73 5.402 UPC 1.155.449,13 25.136 UPC 5.591.748,17 26.357 UPC 5.164.373,05 85.380 UPC 10.822.072,59 98.138 UPC 19.607.333,85 189.224 UPC 15.093.909,55 218.487 UPC <u>9.721.537,54</u>	67.156.423,88
--	---------------

Em 15.10.76 - Lei 7.008, de 30. 9.76 485.123 UPC	7.770.022,82
---	--------------

Em 10.11.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.190 UPC	246.534,97	
8.148 UPC	917.024,20	
15.588 UPC	932.716,74	
22.541 UPC	4.017.335,85	
23.771 UPC	4.152.312,85	
71.899 UPC	<u>1.853.138,17</u>	12.119.062,79
Em 16.11.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
979.658 UPC		40.067.003,20
Em 13.12.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
4.208 UPC	661.260,16	
5.454 UPC	1.486.998,94	
27.999 UPC	<u>2.003.021,65</u>	4.131.280,75
Em 14.12.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.084 UPC	213.543,38	
2.730 UPC	395.201,60	
8.411 UPC	878.238,12	
13.858 UPC	5.727,93	
15.848 UPC	292.287,41	
18.642 UPC	108.069,01	
32.800 UPC	3.264.590,47	
72.603 UPC	<u>7.943.364,53</u>	13.106.022,45
Em 14. 1.77 - Lei 6.234, de 25.10.71		
176.166 UPC		2.463.413,01
Em 5. 5.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.032 UPC	137.754,98	
2.404 UPC	335.045,69	
2.770 UPC	652.289,85	
2.929 UPC	786.522,27	
3.987 UPC	1.005.081,46	
4.057 UPC	301.339,91	
4.221 UPC	875.897,00	
5.231 UPC	1.280.654,06	
6.368 UPC	1.244.224,52	
6.851 UPC	1.053.755,24	
8.496 UPC	1.837.387,81	
8.753 UPC	1.389.177,44	
9.195 UPC	1.400.945,52	
9.293 UPC	2.436.064,50	
9.861 UPC	2.343.346,36	
10.359 UPC	138.803,46	
11.281 UPC	1.857.310,38	
11.317 UPC	2.357.205,88	
12.535 UPC	3.126.653,53	
12.925 UPC	1.297.675,87	
14.237 UPC	1.472.247,54	
15.830 UPC	2.722.732,05	
15.973 UPC	1.673.203,69	
16.095 UPC	1.112.693,65	
16.627 UPC	3.400.618,33	
16.971 UPC	3.251.075,91	
17.874 UPC	3.591.137,70	
19.282 UPC	3.752.040,54	
19.972 UPC	5.268.053,07	
22.252 UPC	418.586,69	
22.612 UPC	3.106.974,94	

24.500 UPC	4.204.629,77	
24.948 UPC	5.204.583,02	
27.693 UPC	2.161.387,32	
31.520 UPC	4.969.365,56	
32.098 UPC	5.650.626,37	
34.772 UPC	6.433.107,61	
41.543 UPC	7.802.963,42	
42.955 UPC	3.289.263,74	
60.193 UPC	11.399.618,18	
76.379 UPC	6.512.999,38	
115.693 UPC	<u>9.257.853,71</u>	122.586.308,22
Em 31. 5.77 - Lei 6.284, de 25.10.71			
79.565 UPC		17.474.992,08
Em 31. 5.77 - Lei 6.633, de 30.11.73			
16.111 UPC	1.367.475,86	
16.179 UPC	3.831.903,28	
30.652 UPC	5.729.663,15	
31.166 UPC	<u>4.385.191,62</u>	15.314.233,91
Em 16. 6.77 - Lei 6.633, de 30.11.73			
3.437 UPC	245.066,47	
14.868 UPC	<u>361.218,59</u>	626.285,06
Em 20. 6.77 - Lei 6.633, de 30.11.73			
521 UPC	132.380,71	
4.424 UPC	922.340,42	
4.722 UPC	713.816,06	
6.861 UPC	1.296.019,53	
16.860 UPC	4.159.570,50	
17.486 UPC	701.049,27	
22.206 UPC	4.163.849,58	
32.815 UPC	<u>5.123.987,07</u>	17.213.013,14
Em 16. 9.77 - Lei 6.633, de 30.11.73			
3.062 UPC		585.563,02
Em 24.10.77 - Lei 6.633, de 30.11.73			
7.751 UPC		1.297.021,58
Em 24.11.77 - Lei 7.070, de 11. 4.77			
321.292 UPC		72.375.325,38
Em 29.12.77 - Lei 6.633, de 30.11.73			
30.652 UPC	5.154.009,75	
56.581 UPC	<u>8.073.128,02</u>	13.227.137,77
Em 16. 1.78 - Lei 6.284, de 25.10.71			
86.381 UPC		18.894.323,71
Em 9. 2.78 - Lei 6.633, de 30.11.73			
17.699 UPC	3.182.887,81	
25.362 UPC	5.256.229,77	
54.788 UPC	564.988,70	
123.572 UPC	<u>4.468.517,62</u>	13.472.623,90
Em 9. 6.78 - Lei 6.633, de 30.11.73			
10.300 UPC	2.049.642,24	
26.450 UPC	<u>4.361.910,24</u>	6.411.552,48
Em 29. 8.78 - Lei 6.633, de 30.11.73			
23.301 UPC	1.913.178,24	
85.038 UPC	<u>6.523.531,19</u>	8.436.709,43
Em 26.10.78 - Lei 7.070, de 11. 4.77			
1.114.288 UPC		28.908.086,35

Banco Iochpe de Investimento S.A.		
Empréstimo de 150 milhões de cruzeiros, contratado em 13.12.78 - Lei 7.207, de 6.12.78		150.000.000,00
Banco de Investimento Sul Brasileiro S.A.		
Empréstimo de 65 milhões de cruzeiros, contratado em 27.12.78 - Lei 7.207, de 6.12.78		65.000.000,00
Banco Maisonnave de Investimento S.A.		
Empréstimo de 50 milhões de cruzeiros, contratado em 13.12.78 - Lei 7.207, de 6.12.78		50.000.000,00
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico		
Empréstimo contratado em 21.9.78 - Lei 7.188, de 19.9.78 - 179.185 CRTN ...		40.000.000,00
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul		
Empréstimos contratados		
Em 2. 6.77 - Lei 7.070, de 11. 4.77		
382.320 UPC	33.962.935,81	
600.000 UPC	<u>59.445.500,00</u>	93.408.435,81
Banco Sefra de Investimentos S.A.		
Empréstimo de 100 milhões de cruzeiros, contratado em 22.12.78 - Lei 7.207, de 6.12.78		100.000.000,00
Caixa Econômica Federal		
Empréstimo de 116,6 milhões de cruzeiros, contratado em 24.2.76 - Lei 6.949, de 23.12.75	27.156.931,00	
Empréstimo de 383,3 milhões de cruzeiros, contratado em 15.10.76 - Lei 6.962, de 30.12.75	211.000.000,00	
Empréstimo de 52,5 milhões de cruzeiros, contratado em 29.12.77 - Lei 7.056, de 30.12.76	52.560.800,00	
Empréstimo de 35 milhões de cruzeiros, contratado em 29.12.77 - Lei 7.056, de 30.12.76	<u>11.148.900,00</u>	301.866.231,00

Citibank, N.A.

Empréstimo de 300 milhões de cruzeiros, contratado em 20.12.78 - Lei 7.207, de 6.12.78 300.000.000,00

Unibanco - Banco de Investimento do Brasil S.A.

Empréstimo de 100 milhões de cruzeiros, contratado em 14.12.78 - Lei 7.207, de 6.12.78 100.000.000,00 3.923.819.513,77

Reajustamento de dívidas

Empréstimos em títulos

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - Lei 5.121, de 6.12.65 (correção monetária)

Dec. 20.571, de 30. 9.70 - 5a. série 7.873.866,00

Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - ORTE-RS - Lei 6.465, de 15.12.72 (correção monetária)

Dec. 23.879, de 2. 6.
.75 - 8a. série 486.868.813,20

Dec. 24.251, de 27.11.
.75 - 9a. série 240.320.455,75

Dec. 24.936, de 28. 9.
.76 - 10a. série 70.708.915,20

Dec. 24.937, de 28. 9.
.76 - 11a. série 322.784.124,94

Dec. 26.142, de 4.11.
.77 - 13a. série 160.769.775,58

Dec. 27.922, de 7.11.
.78 - 14a. série 74.325.581,49 1.355.777.666,16

Empréstimos contratados

Banco do Brasil S.A.

Empréstimo de 755 mil dólares, contratado em 22. 4.69 - Lei 5.601, de 4.12.68 (correção cambial) 2.589.531,34

Empréstimo de 49,9 milhões de cruzeiros, contratado em 27.12.74 - Lei 6.284, de 25.10.71 (correção monetária) 24.849.920,07 27.439.451,41

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., como agente financeiro do Banco Nacional da Habitação

Correção monetária dos empréstimos contratados

Em 8. 9.75 - Lei 6.284, de 25.10.71		
21.341 UPC	1.479.803,84	
44.392 UPC	<u>3.087.959,68</u>	4.547.763,52
Em 19. 5.76 - Lei 6.284, de 25.10.71		
707.803 UPC		52.023.352,15
Em 14. 6.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
4.875 UPC	302.426,93	
9.355 UPC	501.456,91	
10.379 UPC	752.026,15	
10.678 UPC	770.117,89	
18.503 UPC	1.334.443,75	
49.537 UPC	2.844.086,83	
57.655 UPC	<u>3.120.010,57</u>	9.624.569,03
Em 30. 7.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
5.402 UPC	191.165,95	
8.091 UPC	600.960,36	
25.136 UPC	519.142,50	
26.357 UPC	1.116.217,64	
85.380 UPC	2.860.289,18	
98.138 UPC	2.893.737,24	
189.224 UPC	4.881.936,31	
218.487 UPC	<u>4.924.488,46</u>	17.987.937,64
Em 30. 9.78 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.113 UPC	150.045,15	
3.347 UPC	246.109,95	
3.618 UPC	266.028,61	
10.811 UPC	749.745,59	
15.729 UPC	<u>1.051.080,65</u>	2.463.009,95
Em 15.10.76 - Lei 7.008, de 30. 9.76		
485.123 UPC		35.996.861,50
Em 4.11.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
4.128 UPC	295.012,49	
14.052 UPC	<u>1.018.392,37</u>	1.313.404,86
Em 10.11.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.190 UPC	143.790,26	
6.148 UPC	325.622,11	
15.586 UPC	27.595,52	
22.541 UPC	612.697,95	
23.771 UPC	1.194.576,00	
71.899 UPC	<u>3.969.727,33</u>	6.274.209,17
Em 16.11.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
979.658 UPC		32.576.771,72
Em 22.11.76 - Lei 6.989, de 2. 7.76		
665.360 UPC		46.269.134,38
Em 13.12.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
4.208 UPC	126.684,61	
27.999 UPC	<u>1.497.246,92</u>	1.625.931,53
Em 14.12.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.084 UPC	131.191,43	
2.730 UPC	173.671,84	
8.411 UPC	483.294,92	
13.858 UPC	928.670,55	
18.642 UPC	1.282.806,25	
32.800 UPC	3.035,92	
72.603 UPC	<u>3.104.634,07</u>	6.107.104,98

Em 14. 1.77 - Lei 6.284, de 25.10.71		
176.166 UPC		13.205.782,22
Em 5. 5.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.032 UPC.....	12.340,42	
2.404 UPC	21.041,76	
2.770 UPC	106.861,06	
2.929 UPC	68.352,80	
3.987 UPC	89.420,51	
4.057 UPC	33.760,15	
4.221 UPC	223.991,67	
5.231 UPC	256.008,91	
6.368 UPC	246.078,72	
6.851 UPC	91.115,83	
8.496 UPC	220.099,18	
8.753 UPC	460.206,21	
9.195 UPC	117.898,51	
9.293 UPC	81.454,11	
9.861 UPC	456.760,49	
11.281 UPC	29.072,08	
11.317 UPC	380.219,92	
12.535 UPC	438.680,15	
12.925 UPC	136.893,34	
14.237 UPC	304.175,20	
15.630 UPC	403.508,39	
16.095 UPC	17.388,98	
16.627 UPC	857.617,22	
16.971 UPC	464.098,43	
17.874 UPC	49.078,02	
19.282 UPC	289.021,19	
19.972 UPC	537.083,46	
22.252 UPC	17.158,80	
22.612 UPC	74.522,81	
24.500 UPC	505.065,20	
24.948 UPC	702.301,16	
27.693 UPC	61.820,56	
31.520 UPC	440.968,38	
32.098 UPC	777.481,92	
34.772 UPC	354.904,62	
41.543 UPC	1.006.882,01	
42.955 UPC	331.175,51	
60.193 UPC	1.100.700,15	
78.379 UPC	1.039.363,82	
115.693 UPC	<u>1.712.620,52</u>	14.525.252,27
Em 20. 5.77 - Lei 6.284, de 25.10.71		
8.383 UPC		623.164,40
Em 31. 5.77 - Lei 6.284, de 25.10.71		
79.565 UPC		4.065.130,08
Em 31. 5.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
16.111 UPC	43.005,98	
16.179 UPC	853.802,89	
30.652 UPC	313.611,04	
31.166 UPC	<u>668.359,06</u>	1.878.978,97
Em 8. 6.77 - Lei 7.071, de 20. 4.77		
16.337 UPC		1.243.899,18

Em 16. 6.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.434 UPC	183.856,32	
3.437 UPC	209.804,27	
14.868 UPC	<u>777.061,79</u>	1.170.722,38
Em 20. 6.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
521 UPC	17.860,94	
4.424 UPC	98.183,80	
4.722 UPC	225.789,90	
6.861 UPC	256.857,89	
16.860 UPC	767.150,22	
17.486 UPC	13.819,18	
22.206 UPC	121.360,74	
32.815 UPC	<u>743.459,37</u>	2.244.482,04
Em 16. 9.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
3.062 UPC		183.040,74
Em 24.10.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
7.751 UPC		528.301,27
Em 24.11.77 - Lei 7.070, de 11. 4.77		
321.292 UPC		8.045.217,67
Em 29.12.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
30.652 UPC	326.385,92	
56.581 UPC	<u>270.900,28</u>	597.286,20
Em 16. 1.78 - Lei 6.284, de 25.10.71		
86.381 UPC		1.699.094,99
Em 9. 2.78 - Lei 6.633, de 30.11.73		
17.699 UPC	315.377,89	
25.362 UPC	<u>281.249,71</u>	596.627,60
Em 9. 6.78 - Lei 6.633, de 30.11.73		
10.300 UPC	116.495,38	
26.450 UPC	<u>89.732,14</u>	206.227,52
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico		
Empréstimo de 100 milhões de cruzeiros, contratado em 22.1.76 - Lei 6.917, de 21.11.75		
	42.512.799,42	
Empréstimo de 179.185 ORTN, contratado em 21. 9.78 - Lei 7.188, de 19.9.78		
	<u>3.095.036,10</u>	45.607.835,52
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul		
Empréstimos contratados		
Em 2. 6.77 - Lei 7.070, de 11. 4.77		
90.600 UPC	4.224.856,32	
382.320 UPC	10.880.476,30	
600.000 UPC	<u>31.668.500,00</u>	46.773.832,62
Caixa Econômica Federal		
Empréstimo de 116,6 milhões de cruzeiros, contratado em 24.2.76 - Lei 6.949, de 23.12.75		
	14.929.112,00	

Empréstimo de 383,3 milhões de cruzeiros, contratado em 15.10.76 - - Lei 6.962, de 30.12.75	45.948.177,00		
Empréstimo de 52,5 milhões de cruzeiros, contratado em 29.12.77 - - Lei 7.056, de 30.12.78	<u>4.204.141,00</u>	<u>65.081.430,00</u>	<u>1.816.177.339,57</u>
			<u>5.739.996.853,34</u>

As reduções verificadas, no total de Cr\$ 992.534.602,85, tiveram origem nas operações de resgate a seguir especificadas:

Resgate de títulos

Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul -
- ORTE-RS - Lei 6.465, de 15.12.72

Dec 24.251, de 27.11.75 - 9a. série (1.775 obrigações de Cr\$ 238,32 cada uma; 1.858 obrigações de Cr\$ 248,99 cada uma; 11.276 obrigações de Cr\$ 255,41 cada uma; 4.031 obrigações de Cr\$ 262,87 cada uma; 191.555 obrigações de Cr\$ 270,88 cada uma; 33.299 obrigações de Cr\$ 279,04 cada uma; 344.400 obrigações de Cr\$ 287,58 cada uma; 536 obrigações de Cr\$ 303,29 cada uma)	165.210.560,35
Dec. 24.936, de 28. 9.76 - 10a. série (417.408 obrigações de Cr\$ 318,44 cada uma)	132.919.403,52
Dec. 24.937, de 28. 9.76 - 11a. série (1.374.937 obrigações de Cr\$ 287,58 cada uma; 304.807 obrigações de Cr\$ 295,57 cada uma; 137.733 obrigações de Cr\$ 303,29 cada uma; 172.032 obrigações de Cr\$ 310,49 cada uma; 100.995 obrigações de Cr\$ 318,44 cada uma)	612.844.292,50

Resgate de empréstimos contratados

Banco do Brasil S.A.

Empréstimo de 2 milhões de cruzeiros, contratado em 21. 2.69 - Lei 5.587, de 29.12.67	133.333,34
Empréstimo de 755 mil dólares, contratado em 22. 4.69 - Lei 5.681, de 4. 12.68	881.192,98
Empréstimo de 49,9 milhões de cruzeiros, contratado em 27.12.74 - Lei 6.284, de 25.10.71	12.911.888,70

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Empréstimos contratados

Em 8. 9.75 - Lei 6.284, de 25.10.71		
21.341 UPC	312.767,91	
44.392 UPC	<u>918.627,44</u>	1.231.390,35
Em 19. 5.76 - Lei 6.284, de 25.10.71		
707.803 UPC		6.422.407,08
Em 14. 8.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
4.875 UPC	13.392,78	
10.379 UPC	29.149,82	
10.678 UPC	159.588,06	
18.503 UPC	276.530,79	
57.655 UPC	78.594,67	557.256,12
Em 30. 9.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.113 UPC	18.403,63	
3.347 UPC	50.022,30	
3.618 UPC	54.070,77	
10.811 UPC	152.387,13	
15.729 UPC	<u>128.919,14</u>	403.602,97
Em 4.11.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
4.128 UPC	59.675,73	
14.052 UPC	<u>210.010,41</u>	269.686,14
Em 10.11.76 - Lei 6.633, de 30.11.73		
2.190 UPC		3.067,07
Em 22.11.76 - Lei 6.989, de 2. 7.76		
665.360 UPC		17.899.182,00
Em 14. 1.77 - Lei 6.284, de 25.10.71		
176.166 UPC		865.753,29
Em 20. 5.77 - Lei 6.284, de 25.10.71		
8.383 UPC		106.073,26
Em 8. 6.77 - Lei 7.071, de 20. 4.77		
16.337 UPC		82.580,80
Em 16. 9.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
3.062 UPC		4.207,03
Em 24.10.77 - Lei 6.633, de 30.11.73		
7.751 UPC		32.647,74

Banco Nacional do Desenvolvimento Econô-
mico

Empréstimo de 1u0 milhões de cruzeiros, contratado em 22.1.76 - Lei 6.917, de 21.11.75		37.079.738,86
--	--	---------------

Banco Regional de Desenvolvimento do Ex-
tremo Sul

Empréstimo de 1,2 milhões de cruzeiros, contratado em 12.2.71 - Lei 6.284, de 25.10.71		300.838,22
Empréstimo de 675 mil cruzeiros, con- tratado em 19.11.73 - Lei 6.284, de 25.10.71		186.357,49

Caixa Econômica Federal

Empréstimo de 15 milhões de cruzeiros,
contratado em 11.10.74 - Lei 6.284, de
25.10.71 1.575.000,00

União Federal

Empréstimo Interno de Conversão da Dí-
vida Externa - Dólares 1.879,38

Empréstimo Interno de Conversão da Dí-
vida Externa - Libras Esterlinas 63,66

Empréstimo de 7,68 milhões de cruzei-
ros, contratado em 12.10.66 - Lei
5.186, de 23.12.65 512.000,00 992.534.602,85
=====

DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

A dívida fundada externa, em 31 de dezembro de 1978, atingiu o mon-
tante de Cr\$ 1.233.709.979,84. Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos às
taxas de câmbio vigentes nessa data, isto é, Cr\$ 20,92 para o dólar americano, Cr\$
42,614 para a libra esterlina e Cr\$ 11,4945 para o marco alemão.

Eis, a seguir, a evolução da dívida externa em moeda estrangeira e
nacional, no último quinquênio:

Ano	US\$	Índice	£	Índice	DM	Índice	Cr\$	Índice
1974	10.470.500,00	100	374.478,15	100	-	-	84.488.590,04	100
1975	10.000.000,00	96	288.418,33	77	240.845,78	-	97.213.295,99	115
1976	48.000.000,00	458	196.378,51	52	2.285.892,17	-	609.005.251,24	721
1977	46.000.000,00	439	110.318,69	29	4.137.557,49	-	773.502.254,22	916
1978	55.428.574,00	529	95.466,23	25	6.096.482,13	-	1.233.709.979,84	1.460

Pelo exposto, verifica-se que, no período considerado, os emprésti-
mos em libra esterlina vêm apresentando redução constante; os empréstimos em dólar
americano, no exercício de 1978, tiveram aumento proporcionado por novas operações
realizadas; e os empréstimos em marco alemão acusam um crescimento constante desde
sua inclusão no elenco da dívida externa.

Os compromissos sob exame apresentaram, no ano de 1978, as variações
a seguir especificadas, resultantes tanto de reajustes cambiais quanto de ingresso
de recursos provenientes dos empréstimos contratados.

Posição em 31.12.77			773.502.254,22
Mais			
Empréstimos em apólices			
Reajustamento cambial		1.315.924,37	
Empréstimos contratados			
Produto recebido	354.014.855,76		
Reajustamento cambial	<u>315.323.510,93</u>	<u>669.338.366,69</u>	670.654.291,06
Menos			
Empréstimos em apólices			
Amortizações		277.228,28	
Empréstimos contratados			
Amortizações		<u>210.169.337,16</u>	<u>210.446.565,44</u>
Saldo em 31.12.78			<u>1.233.709.979,84</u> =====

Segue-se a demonstração dos valores iniciais e das amortizações acumuladas, por tipo de empréstimo e espécie de moeda.

Empréstimos em apólices			
Em libras esterlinas	£		Cr\$
Emissão	600.000,00		
Amortização	<u>511.960,00</u>		
Saldo em circulação	88.040,00		<u>3.751.736,56</u> =====
Empréstimos contratados			
Em dólares	US\$		
Valor inicial	70.000.000,00		
Amortização	<u>14.571.426,00</u>		
Saldo devedor	55.428.574,00		1.159.565.768,08
Em libras esterlinas	£		
Valor inicial	104.000,00		
Amortização	<u>96.573,77</u>		
Saldo devedor	7.426,23		316.461,36
Em marcos alemães	DM		
Produto recebido até			
31.12.78	6.096.482,13		<u>70.076.013,84</u>
Total dos contratos			<u>1.229.958.243,28</u> =====
Total da Dívida Fundada Externa			<u>1.233.709.979,84</u> =====

4 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações efetuadas no patrimônio do Estado, resultantes ou não da execução orçamentária, assim como o resultado patrimonial, como segue:

Variações ativas	28.287.410.506,40
Variações passivas	<u>29.730.769.309,61</u>
Deficit patrimonial ...	<u>1.451.358.803,21</u> =====

Para melhor interpretar esse resultado, também chamado de econômico, pode-se decompô-lo em resultados parciais, segundo as duas classes de variações que o determinaram.

Primeiramente, apura-se a parcela originária das variações ocorridas na execução do orçamento:

a) Positivas

Receita orçamentária		23.346.300.974,62
Menos: Mutações patrimoniais da receita		
Cobrança da dívida ativa	81.341.874,46	
Alienação de bens móveis	537.380,45	
Alienação de bens imóveis	2.577.390,83	
Empréstimos tomados	<u>4.277.834.369,53</u>	<u>4.362.291.015,27</u>
Receita efetiva		<u>18.984.009.959,35</u> =====

b) Negativas

Despesa orçamentária		22.910.230.920,16
Menos: Mutações patrimoniais da despesa		
Aquisição de bens móveis	78.029.503,37	
Construção ou aquisição de bens imóveis	472.642.390,91	
Aquisição de títulos e valores	1.275.177.242,00	
Resgate de empréstimos tomados	1.195.697.264,41	
Formação de créditos	<u>339.229.696,50</u>	<u>3.360.776.097,19</u>
Despesa efetiva		<u>19.549.454.822,97</u> =====

O confronto entre a receita e a despesa efetivas apresenta o primeiro resultado parcial, o da gestão orçamentária:

Receita efetiva	18.984.009.959,35
Despesa efetiva	<u>19.549.454.822,97</u>
Deficit patrimonial da gestãc orçamentãria	565.444.863,62 =====

O outro resultado parcial decorre das variações independentes da execução orçamentãria:

a) Positivas

No patrimônio permanente

Inscrição de dívida ativa	561.294.026,57	
Inscrição de valores	769.529.039,77	
Incorporação de bens	23.726.375,89	
Cancelamento de dívidas passivas	7.283.903,88	
Entradas de almoxarifados	<u>218.499.088,48</u>	1.580.332.434,59

No patrimônio financeiro

Inscrição de valores		<u>1.000,00</u>
		1.580.333.434,59 =====

b) Negativas

No patrimônio permanente

Desincorporação de bens	3.639.869,79	
Cancelamento de dívida ativa	119.319.554,69	
Inscrição de dívidas passivas	2.132.816.774,87	
Saídas de almoxarifados	<u>210.471.174,83</u>	2.466.247.374,18 =====

Da conjugação dessas variações, obtém-se o resultado extra-orçamentário:

Variações ativas	1.580.333.434,59
Variações passivas	<u>2.466.247.374,18</u>
Deficit patrimonial extra-orçamentário	885.913.939,59 =====

A soma dos resultados parciais equivale ao resultado patrimonial do exercício:

Deficit patrimonial orçamentário	565.444.863,62
Deficit patrimonial extra-orçamentário	<u>885.913.939,59</u>
Deficit patrimonial do exercício de 1978 ..	1.451.358.803,21 =====

Pelos dados expostos, verifica-se que o deficit econômico, em sua maior parte, procedeu das variações passivas independentes da execução orçamentária.

Em consequência do resultado obtido, houve uma inversão na situação líquida, conforme se evidencia:

Ativo real líquido em 31.12.77	1.357.819.270,19
Deficit patrimonial em 1978	<u>1.451.358.803,21</u>
Passivo descoberto em 31.12.78	93.539.533,02
	=====

O quadro a seguir demonstra, graficamente, os resultados financeiro e patrimonial e a situação líquida global, dos últimos cinco anos.

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS E DA SITUAÇÃO LÍQUIDA NO QUINQUÊNIO

MILHÕES
DE CR\$

2400 —

2200 —

2000 —

1800 —

1600 —

1400 —

1200 —

1000 —

800 —

600 —

400 —

200 —

0 —

200 —

400 —

600 —

800 —

1000 —

1200 —

1400 —

ANO

RESULTADO FINANCEIRO

1974	196 -
1975	425 -
1976	1.304 -
1977	655 -
1978	436 +

RESULTADO PATRIMONIAL

1974	608 +
1975	279 -
1976	1.166 -
1977	659 +
1978	1.451 -

SALDO PATRIMONIAL

1974	2.144 +
1975	1.865 +
1976	698 +
1977	1.358 +
1978	93 -

74 75 76 77 78

74 75 76 77 78

74 75 76 77 78

5 - APURAÇÃO DO DESCOBERTO FINANCEIRO EM 31.12.78

Ao encerramento do exercício de 1978, as insuficiências financeiras acumuladas atingiram o montante de Cr\$ 3.761.405.756,86.

Sua determinação resulta do confronto dos elementos ativos financeiros reais e potenciais com os elementos passivos da mesma espécie, conforme procedimento técnico-contábil consagrado pelo uso.

Os elementos reais integram o Balanço Patrimonial, enquanto os potenciais são apurados mediante a conjugação de dados constantes nos balanços de exercícios anteriores e na legislação que estabelece vinculações técnicas de recursos e despesas específicas.

O ativo potencial compreende as receitas legalmente vinculadas e as operações de crédito que, embora não realizadas, serviram de cobertura para despesas efetuadas.

Por outro lado, compõem o passivo potencial as receitas vinculadas e as operações de crédito cujo produto não foi utilizado na cobertura de despesas a que legalmente estavam vinculadas.

O ativo financeiro potencial atingiu o valor de Cr\$ 93.558.036,37 , assim especificado:

I - Empréstimo contratado com a Caixa Econômica Federal, no limite de 116,6 milhões de cruzeiros, autorizado pela Lei 6.949, de 23.12.75

a) Créditos abertos

Em 1975

Especial (Dec. 24.272, de 11.12.75) 171.508.348,20

Em 1976

Suplementar (Dec. 24.502, de 30.4.76) 116.635.210,00

Em 1977

Suplementar (Dec. 25.371, de 12.3.77) 81.826.491,25 369.970.049,45

Menos

b) Saldos de créditos extintos

Em 1975 (Dec. 24.272, de 11.12.75)... 58.413.710,67

Em 1976 (Dec. 24.502, de 30.4.76)... 81.826.491,25

Em 1977 (Dec. 25.371, de 12.3.77)... 81.826.491,25 222.066.701,17

147.903.348,28

5 - APURAÇÃO DO DESCOBERTO FINANCEIRO EM 31.12.78

Ao encerramento do exercício de 1978, as insuficiências financeiras acumuladas atingiram o montante de Cr\$ 3.761.405.756,86.

Sua determinação resulta do confronto dos elementos ativos financeiros reais e potenciais com os elementos passivos da mesma espécie, conforme procedimento técnico-contábil consagrado pelo uso.

Os elementos reais integram o Balanço Patrimonial, enquanto os potenciais são apurados mediante a conjugação de dados constantes nos balanços de exercícios anteriores e na legislação que estabelece vinculações técnicas de recursos a despesas específicas.

O ativo potencial compreende as receitas legalmente vinculadas e as operações de crédito que, embora não realizadas, serviram de cobertura para despesas efetuadas.

Por outro lado, compõem o passivo potencial as receitas vinculadas e as operações de crédito cujo produto não foi utilizado na cobertura de despesas a que legalmente estavam vinculadas.

O ativo financeiro potencial atingiu o valor de Cr\$ 93.558.036,37 , assim especificado:

I - Empréstimo contratado com a Caixa Econômica Federal, no limite de 116,6 milhões de cruzeiros, autorizado pela Lei 6.949, de 23.12.75			
a) Créditos abertos			
Em 1975			
Especial (Dec. 24.272, de 11.12.75)	171.508.348,20		
Em 1976			
Suplementar (Dec. 24.502, de 30.4.76)	116.635,210,00		
Em 1977			
Suplementar (Dec. 25.371, de 12.3.77)	<u>81.826.491,25</u>	369.970.049,45	
Menos			
b) Saldos de créditos extintos			
Em 1975 (Dec. 24.272, de 11.12.75)...	58.413.716,67		
Em 1976 (Dec. 24.502, de 30.4.76)...	81.826.491,25		
Em 1977 (Dec. 25.371, de 12.3.77)...	<u>81.826.491,25</u>	<u>222.066.701,17</u>	
			147.903.348,28

Menos			
c)	Produto recebido até 31.12.78		<u>111.699.773,00</u>
	Parcela a realizar vinculada		<u>36.203.575,28</u> =====
II -	Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., em 22.11.76, para formação do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Rio Grande do Sul, no limite de 665.360 UPC - Lei 6.989, de 2.7.76		
a)	Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias		
	Encargos Cereais do Estado		
	U.O. 2602 - Recursos sob a supervisão da Secretaria de Coordenação e Planejamento - Projeto 1.260 - Formação do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Rio Grande do Sul, cobertos com o produto de operações de crédito vinculadas		
	Em 1976		129.825.237,35
Menos			
b)	Produto recebido até 31.12.78		<u>112.000.048,80</u>
	Parcela a realizar vinculada		<u>17.825.188,55</u> =====
III -	Contribuição da União Federal, relativa a recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - Dec. fed. 72.062, de 6.4.73 .		
a)	Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias		
	Secretaria dos Transportes		
	U.O. 1810 - Projeto 1.166 - Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras - Contribuição para Investimentos	3.000.000,00	
	U.O. 1810 - Projeto 1.162 - Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais - Contribuição para Despesas de Capital	<u>5.000.000,00</u>	
		8.000.000,00	
Mais			
b)	Parcela a realizar, considerada como componente do ativo potencial na Exposição sobre o Balanço de 1977	<u>19.161.035,12</u>	27.161.035,12
Menos			
c)	Produto realizado até 31.12.78		<u>6.750.000,00</u>
	Parcela a realizar vinculada		<u>20.411.035,12</u> =====
IV -	Contribuição da União Federal à conta de recursos do Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA		

a) Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias Secretaria de Coordenação e Planejamento U.O. 1301 - Atividade 2.100 - Formação da Política de Distritos e Áreas Industriais	800.000,00
Menos	
b) Produto realizado até 31.12.78	400.000,00
Parcela a realizar vinculada	400.000,00 *****
V - Contribuição da União Federal, relativa a recursos proveni entes do Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS, conforme Convênio nº 15/75, celebrado entre o Estado, e Su perintendência de Desenvolvimento da Região Sul e o DNOS	
Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias suple mentadas pelo Dec. 26.977, de 11.5.78, na Secretaria de Coordenação e Planejamento - U.O. 1301 - Atividade 2.106 - Manutenção do Programa Litoral Norte	502.908,92
Parcela a realizar vinculada	502.908,92 *****
VI - Contribuição da União Federal, relativa a recursos proveni entes do Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS, Projeto "Saneamento Ambiental em Áreas Rurais" conforme Con vênio nº 8/73, celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas e o DNOS	
Despesa realizada à conta de crédito especial aberto na Se cretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras PÚ blicas - U.O. 2203 - Projeto 1.760 - Drenagem das Lagoas do Litoral Norte	3.900.000,00
Parcela a realizar vinculada	3.900.000,00 *****
VII - Auxílios da União Federal à conta de recursos do Fundo Na cional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, vinculados à a plicação em convênios	
a) Despesa realizada à conta de dotações or çamentárias suplementadas pelo Dec. ... 27.974, de 21.11.78, na Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e O bras Públicas - U.O. 2210 - Projeto ... 1.212 - Fundação METROPLAN	4.491.000,00
Mais	
b) Parcela a realizar, considerada como com ponente do ativo potencial na Exposição sobre o Balanço de 1977	22.805.130,00
	27.296.130,00
Menos	
c) Produto realizado até 31.12.78	19.957.630,00
Parcela a realizar vinculada	7.338.500,00 *****

VIII - Contribuição da União Federal à conta de recursos do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, relativa ao repasse da cota-parte do Estado no adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos		
a) Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias		
Secretaria de Coordenação e Planejamento		
to		
U.O. 1301 - Projeto 1.076 - Formação do Fundo Urbano	48.798.157,81	
Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas		
U.O. 2201 - Projeto 1.214 - Desapropriação da Fazenda Guajuviras	13.500.000,00	
Mais		
b) Parcela a realizar, considerada como componente do ativo potencial na Exposição sobre o Balanço de 1977	<u>24.942.355,21</u>	87.240.543,07
Menos		
c) Produto realizado até 31.12.78		<u>80.545.011,71</u>
Parcela a realizar vinculada		6.695.531,36 *****
IX - Renda da Loteria do Estado		
a) Recursos utilizados na concessão de auxílios, vinculados ao art. 1º, item I, da Lei 6.953/75		
Governo do Estado		
U.O. 0801 - Atividade 2.048 - Concessão de auxílios, com a Renda Líquida da Loteria do Estado		8.036.800,00
Menos		
b) Saldo de recursos a utilizar, considerado como componente do passivo potencial na Exposição sobre o Balanço de 1977	283.652,88	
c) Produto da renda líquida da exploração dos serviços lotéricos, realizado em 1978	<u>7.471.839,98</u>	<u>7.755.502,86</u>
Parcela a realizar vinculada		281.297,14 =====
Por sua vez, o passivo financeiro potencial somou Cr\$ 759.394.217,22,		
com a seguinte distribuição:		
I - Empréstimo "Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP" -		
- Bacia Taquari-Antas - 2ª. fase - Lei 6.162, de 31.12.70		
Produto recebido até 31.12.78		<u>1.524.950,00</u>
Saldo de recursos a utilizar		1.524.950,00 *****

II - Empréstimo contratado com o Kreditanstalt Für Wiederaufbau, no limite de DM 10 milhões, autorizado pela Lei 6.284, de 25.10.71		
a) Despesa realizada à conta do crédito suplementar aberto pelo Dec. 26.931, de 20.4.78, na Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas - U.O. 2203 - Projeto 1.208 - Proteção contra as cheias do Rio dos Sinos		15.000.000,00
Menos		
b) Produto realizado até 31.12.78		<u>20.213.836,41</u>
Saldo de recursos a utilizar		5.213.836,41 =====
III - Empréstimos contratados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., para serem aplicados pela Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul - COHAB, nos limites de 559.895 e 1.472.147,5 UPC, autorizados pela Lei 6.633, de 30.11.73 (Lei 7.030, de 10.12.76)		
a) Despesa realizada pela Secretaria do Trabalho e Ação Social à conta de dotações orçamentárias e créditos suplementares, conforme Decretos 25.110, de 14.12.76, e 25.415, de 21.12.77		
Em 1976		
U.O. 2110 - Projeto 1.242 - COHAB-RS - - Contribuição para Investimento ...	94.247.125,35	
Em 1977		
U.O. 2110 - Projeto 1.195 - COHAB-RS - - Contribuição para Investimento ...	<u>334.398.304,63</u>	428.645.429,98
Menos		
b) Receita realizada até 31.12.78		<u>493.914.601,63</u>
Saldo de recursos a utilizar		65.269.171,65 =====
IV - Empréstimo contratado com a Caixa Econômica Federal, no limite de 383,3 milhões de cruzeiros, autorizado pela Lei 6.962, de 30.12.75		
a) Despesa realizada à conta do crédito suplementar aberto pelo Dec. 27.154, de 8.6.78, na Secretaria de Educação e Cultura - U.O. 1902 - Projeto 1.171 - Implantação de Escolas de 1º Grau	106.278.440,51	
Mais		
b) Parcela a realizar, considerada como componente do ativo potencial na Exposição sobre o Balanço de 1977	<u>24.644.692,28</u>	130.923.132,79
Menos		
c) Produto realizado até 31.12.78		<u>211.000.000,00</u>
Saldo de recursos a utilizar		80.076.867,21 =====

V - Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., no limite de 597.210 UPC - Lei 6.986, de 11.6.76 (Lei 6.284, de 25.10.71)		
a) Despesa realizada à conta do crédito suplementar aberto pelo Dec. 27.454, de 18.8.78, na Secretaria de Educação e Cultura - U.O. 1902 - Projeto 1.171 - Implantação de Escolas de 1º Grau		177.588.219,41
Menos		
b) Saldo de recursos a utilizar, considerado como componente do passivo potencial na Exposição sobre o Balanço de 1975	177.588.219,11	
c) Produto realizado no exercício de 1978	<u>40.058.498,38</u>	<u>217.646.717,79</u>
Saldo dos recursos a utilizar		40.058.498,38 *****
VI - Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., em 15.10.76, no limite de 485.122,89 UFC. - Lei 7.008, de 30.9.76.		
a) Despesa realizada à conta dos créditos especiais abertos pelos Dec. 27.382, de 18.7.78, e 27.391, de 31.7.78, na Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas - na U.O. 2203 - Projeto 1.209 - Defesa de Porto Alegre contra Inundações		16.696.600,84
Menos		
b) Saldo de recursos a utilizar, considerado como componente do passivo potencial na Exposição sobre o Balanço de 1977	9.017.300,55	
c) Produto realizado no exercício de 1978.	<u>7.770.022,82</u>	<u>16.787.323,37</u>
Saldo de recursos a utilizar		90.722,73 *****
VII - Empréstimo contratado com a Caixa Econômica Federal, com recursos do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), no limite de 843.578 ORTN, autorizado pela Lei 7.056, de 30.12.76.		
a) Despesa realizada à conta do crédito adicional aberto pelo Dec. 27.866, de 30.9.78, alterado pelo Dec. 28.126, de 28.12.78, na Secretaria do Trabalho e Ação Social - U.O. 2101 - Projeto 1.766 - Programa de Centros Sociais Urbanos		21.629.918,37
Menos		
b) Produto realizado até 31.12.78		<u>63.709.700,00</u>
Saldo de recursos a utilizar		42.079.781,63 *****
VIII - Empréstimos contratados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., no limite de 1.435.580 UPC, e com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, no limite de 1.072.920 UPC, autorizados pela Lei 7.070, de 11.4.77		

e) Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias suplementadas pelo Dec. 26.934, de 20.4.78, na Secretaria de Coordenação e Planejamento - U.O. 1301 - Atividade 2.108 - Implantação do Pólo Petroquímico	46.479.590,55
Menos	
b) Saldo de recursos a utilizar, considerado como componente do passivo potencial na Exposição sobre o Balanço de 1977	94.344.233,56
c) Recursos realizados no exercício de 1978	<u>194.691.847,54</u>
Saldo de recursos a utilizar	<u>289.036.081,10</u> 242.556.490,55 =====
IX - Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., no limite de 16.337,02 UPC, autorizado pela Lei 7.071, de 20.4.77	
a) Despesa realizada no exercício de 1977 à conta de dotações orçamentárias suplementadas pelo Dec. 25.726, de 5.7.77, e Dec. 26.111, de 18.10.77, na Secretaria de Coordenação e Planejamento - U.O.1301 - Atividade 2.106 - Manutenção do Programa Litoral Norte	2.854.250,91
Menos	
b) Produto realizado até 31.12.78	<u>3.508.079,07</u>
Saldo de recursos a utilizar	<u>653.828,16</u> =====
X - Empréstimo contratado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - BNDE, destinado à integralização do capital social do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul - BADESUL, no limite de 179.185 DRTN, autorizado pela Lei 7.188, de 19.9.78	
Produto recebido até 31.12.78	<u>40.000.000,00</u>
Saldo de recursos a utilizar	<u>40.000.000,00</u> =====
XI - Cota-parte do Imposto sobre Serviços de Transporte Rodoviário Intermunicipal e Interestadual de Pessoas e Cargas	
a) Despesa realizada no exercício de 1977	
Secretaria dos Transportes	
U.O. 1810 - Projeto 1.161 - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem e Projeto 1.164 - Companhia Estadual de Silos e Armazéns	43.000.000,00
Menos	
b) Produto realizado até 31.12.78	<u>51.515.151,52</u>
Saldo de recursos a utilizar	<u>8.515.151,52</u> =====
XII - Cota-parte do Imposto Único sobre Energia Elétrica	

a) Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias suplementadas pelo Dec. 28.116, de 28.12.78, e Dec. 28.131, de 28.12.78, na Secretaria de Energia, Minas e Comunicações - U.O. 1710 - Projeto 1.152 - Companhia Estadual de Energia Elétrica, integralização do capital social com recursos do Imposto Único sobre Energia Elétrica		275.408.059,96
---	--	----------------

Menos

b) Saldo de recursos a utilizar, considerado como componente do passivo potencial na Exposição sobre o Balanço de 1977	116.311.928,70	
c) Recursos realizados no exercício de 1978	<u>275.408.059,96</u>	<u>391.719.988,66</u>
Saldo de recursos a utilizar		<u>116.311.928,70</u> =====

XIII - Cota-parte do Imposto Único sobre Minerais do País

a) Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias Secretaria de Energia, Minas e Comunicações U.O. 1710 - Projeto 1.155 - Companhia Rio-Grandense de Mineração, integralização do capital social com recursos do Imposto Único sobre Minerais do País		38.928.513,07
--	--	---------------

Menos

b) Saldo de recursos a utilizar, considerado como componente do passivo potencial na Exposição sobre o Balanço de 1977	26.871.884,46	
c) Recursos realizados no exercício de 1978	<u>39.071.460,78</u>	<u>64.943.345,24</u>
Saldo de recursos a utilizar		<u>26.016.832,17</u> =====

XIV - Auxílio da União Federal, referente ao Fundo Especial de que trata o item III do art. 25 da Constituição Federal

a) Despesa realizada no exercício de 1978		
Secretaria de Coordenação e Planejamento		
U.O. 1301 - Atividade 2.109 - Manutenção do Convênio de Cooperação Técnica - SAREM/SCP	859.635,00	
U.O. 1310 - Atividade 2.655 - Fundação de Economia e Estatística - Contribuição para outras despesas correntes	2.061.300,00	
Secretaria da Segurança Pública		
U.O. 2304 - Projeto 1.758 - Construção das Instalações do 3º Esquadrão do 6º Regimento em Bagé	<u>2.700.000,00</u>	<u>4.930.935,00</u>

Menos

b) Saldo de recursos a utilizar, considerado como componente do passivo potencial na Exposição sobre o Balanço de 1977.	765.779,00	
c) Recursos realizados no exercício de 1978	<u>4.500.000,00</u>	<u>5.265.779,00</u>
Saldo de recursos a utilizar		<u>334.844,00</u> =====

XV - Fundo de Participação dos Municípios (§ 8º do art.23 da Constituição Federal)

a) Recursos utilizados

Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias
Encargos Gerais do Estado

U.O. 2601 - Atividade 2.438 - Participação dos municípios no produto da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias

3.037.365.807,24

Menos

b) Recursos realizados no exercício de 1978, referentes a 20% da receita originária do imposto sobre circulação de mercadorias, excluída a parcela de Cr\$ 104.861.004,26, relativa ao imposto incidente sobre produtos -sem similar no Estado, e a de Cr\$.. 176.266,85, referente a restituições do imposto sobre circulação de mercadorias

2.911.863.599,67

20% da compensação da menor receita do imposto sobre circulação de mercadorias, conforme convênios

113.264.133,39

20% do imposto sobre circulação de mercadorias, arrecadado como Dívida Ativa

16.053.974,54

3.041.181.707,60

c) Valor da parcela a utilizar, considerada como componente do passivo potencial na Exposição sobre o Balanço de 1977

9.494.482,26

3.050.676.189,86

Saldo dos recursos a utilizar

13.310.382,62

XVI - Renda da Loteria do Estado

a) Recursos utilizados na concessão de auxílios, vinculados ao art. 1º, item II, da Lei 6.953, de 20.12.75. Governo do Estado

U.O. 0801 - Atividade 2.045 - Concessão de auxílios com a sobretaxa da Loteria Estadual ..

4.572.000,00

Dec. 27.988, de 22.11.78 - U.O. 0801 - Projeto 1.961 - Auxílio à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre ...

5.000.000,00

9.572.000,00

Menos

b) Saldo de recursos a utilizar, considerado como componente do passivo potencial na Exposição sobre o Balanço de 1977

5.447.559,58

c) Produto da sobretaxa de 10% incidente sobre o preço do bilhete da Loteria Estadual, realizado em 1978	<u>11.432.703,19</u>	<u>16.880.262,77</u>
Saldo dos recursos a utilizar		7.308.262,77 =====

XVII - Taxa Rodoviária Única, participação do Estado, Municípios e Programa Especial de Vias Expressas

Recursos proporcionados pela Taxa Rodoviária Única, instituída pelo Dec.-Lei fed. 999, de 21.10.69, alterado pelo Dec.-Lei fed. 1.242, de 30.10.72

a) Valor dos recursos a utilizar, considerados como componentes do passivo potencial na Exposição sobre o Balanço de 1977

Vinculados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem ...	3.326.250,96	
Vinculados aos municípios	4.827,73	
Vinculados ao Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES ...	101.343.678,20	
Vinculados ao Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	<u>24.359.194,04</u>	129.033.950,93

b) Recursos realizados no exercício de 1978 - Lei 5.987, de 22.7.70

Vinculados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	182.312.108,85	
Vinculados aos municípios	130.222.934,88	
Vinculados ao Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES ...	156.427.898,10	
Vinculados ao Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	<u>25.639.544,26</u>	494.602.486,11

Menos

c) Recursos utilizados e assim distribuídos conforme Lei 5.987, de 22.7.70

Vinculados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem ...	166.793.240,87	
Vinculados aos municípios	119.138.029,16	
Vinculados ao Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES ...	245.508.313,59	
Vinculados ao Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	<u>22.423.702,18</u>	<u>553.863.285,82</u>

Saldos de recursos a utilizar

Vinculados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem ...	18.845.118,94	
Vinculados aos municípios	11.089.733,43	
Vinculados ao Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES ...	12.263.262,71	
Vinculados ao Serviço Federal de		

Processamento de Dados - SERPRO

27.575.036,14

69.773.151,22

=====

XVIII - Auxílio da União Federal, à conta do convênio para realização do IV Seminário Nacional sobre Orçamento Público

Produto realizado até 31.12.78		<u>299.517,50</u>
Saldo de recursos a utilizar		299.517,50

=====

O descoberto financeiro acumulado, em 31 de dezembro de 1978, equivale

à diferença entre o ativo e passivo, como se demonstra:

Ativo Financeiro

I - Real

Disponível	325.483.666,72	
Vinculado	458.560.826,64	
Realizável	<u>1.498.845.004,79</u>	2.282.680.498,15

II - Potencial

Empréstimo contratado com a Caixa Econômica Federal - Lei 6.949/75	36.203.575,28	
Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Lei 6.989/76	17.825.188,55	
Contribuição da União Federal, relativa ao Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - Dec. fed. 72.0627/73	20.411.035,12	
Contribuição da União Federal, com recursos do Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA	400.000,00	
Contribuição da União Federal, com recursos do Departamento Nacional de Obras e Saneamento - Convênio nº 15/75	502.908,92	
Contribuição da União Federal, com recursos do Departamento Nacional de Obras e Saneamento - Convênio nº 6/73	3.900.000,00	
Auxílio da União Federal, com recursos do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - Vinculado a convênios	7.336.500,00	
Contribuição da União Federal, com recursos do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - Cota-parte do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos	6.695.531,36	
Renda da Loteria do Estado, vinculada ao art. 1º, item I, da Lei 6.953/75..	<u>281.287,14</u>	<u>93.558.036,37</u>

2.376.447.534,52

=====

Passivo Financeiro

I - Real

Restos a Pagar	1.727.413.682,44	
Serviço da Dívida a Pagar	240.223.436,09	
Depósitos	243.487.887,82	
Dêbitos de Tesouraria	895.618.962,83	
Diversos	<u>2.271.715.104,98</u>	5.378.459.074,16

II - Potencial

Empréstimo "Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP" - Bacia Taquari - Antas - 2a. fase - Lei 6.162/70	1.524.950,00	
Empréstimo contratado com o Kreditanstalt Für Wiederaufbau - Lei 6.284/71 ..	5.213.836,41	
Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Lei 6.633/73	65.269.171,65	
Empréstimo contratado com a Caixa Econômica Federal - Lei 6.962/75	80.076.867,21	
Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Lei 6.986/76	40.058.498,36	
Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Lei 7.008/76	90.722,73	
Empréstimo contratado com a Caixa Econômica Federal - Lei 7.056/76	42.079.781,63	
Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Lei 7.070/77	242.556.490,55	
Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Lei 7.071/77	653.828,16	
Empréstimo contratado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - Lei 7.188/78	40.000.000,00	
Cota-parte do Imposto sobre os Serviços de Transporte Rodoviário Intermunicipal e Interestadual de Pessoas e Cargas	8.515.151,52	
Cota-parte do Imposto Único sobre Energia Elétrica	116.311.928,70	
Cota-parte do Imposto Único sobre Minerais do País	26.016.832,17	
Fundo Especial de que trata o item III do art. 25 da Constituição Federal ...	334.844,00	
Fundo de Participação dos Municípios -		

- § 8º do art. 23 da Constituição Federal	13,310,382,62	
Renda da Loteria do Estado, vinculada ao art. 1º, item II, da Lei 8.953/75	7.308.262,77	
Taxa Rodoviária Única, participação do Estado, municipais e Programa Especial de Vias Expressas		
Vinculada ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	18.845.118,94	
Vinculada aos municípios	11.089.733,43	
Vinculada ao Programa Especial de Vias Expressas	12.263.262,71	
Vinculada ao Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	27.575.036,14	69.773.151,22
Auxílio à conta do convênio para a realização do IV Seminário Nacional sobre Orçamento Público		299.517,50
		<u>759.394.217,22</u>
		6.137.853.291,38
		=====

DESCOBERTO FINANCEIRO

Resumo

Passivo Financeiro	6.137.853.291,38
Ativo Financeiro	<u>2.376.447.534,52</u>
Descoberto Financeiro em 31.12.78	3.761.405.756,86
	=====

A mesma apuração pode ser feita de forma sintética. Para tanto, conjuga-se o descoberto financeiro acumulado no exercício anterior, com as devidas retificações, e o resultado da gestão dos recursos do Fundo Geral de 1978, como se vê:

I - Descoberto financeiro acumulado em 31.12.77	3.603.872.595,88
Mais	
Créditos especiais abertos em 1978, com recursos de exercícios anteriores, não computados como potenciais	<u>19.987.589,56</u>
Descoberto financeiro de 1977, retificado	3.623.860.185,44

II - Deficit de recursos do exercício

Deficit da gestão de recursos do Fundo Geral do exercício de 1978	137.546,571,42	
Menos		
Inscrição de valores no Patrimônio Finan ceiro	<u>1.000,00</u>	<u>137.545.571,42</u>
Descoberto Financeiro em 31.12.78		<u>3.761.405.756,46</u> *****

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Balanço Geral da Administração Direta e a presente Exposição, referentes ao exercício de 1978, se não esgotam as funções essenciais deste Órgão, constituem-se, inegavelmente, na parte mais importante dessas funções.

Por força de disposição constitucional, o Chefe do Poder Executivo deve prestar anualmente à Assembléia, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao ano anterior. No entanto, impõe-se ressaltar que, pela segunda vez no Estado, a mais Alta Autoridade do Executivo Estadual encaminha, com a antecipação de 45 dias, a prestação de contas do último ano de sua gestão à Colenda Assembléia Legislativa, antes de transmitir o cargo ao seu sucessor.

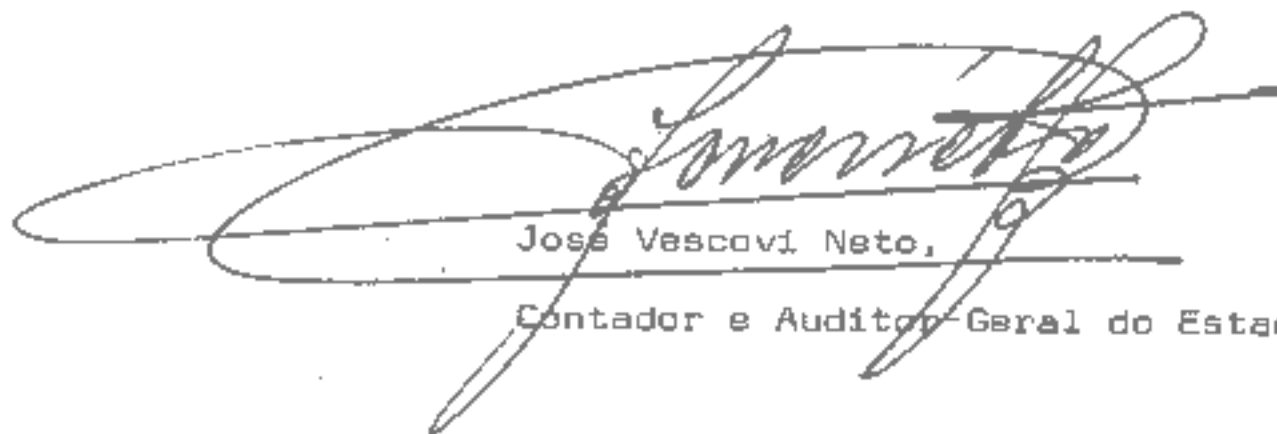
O fato reveste-se, ainda, de maior significado, se considerarmos que, no exercício de 1978, entrou em pleno vigor a Resolução nº 234/77, do Tribunal de Contas do Estado, em decorrência da qual foram transferidas para a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado toda uma gama de responsabilidades que anteriormente era de competência exclusiva daquela Egrégia Corte de Contas, proporcionando, na prática, a operacionalização de atribuições que até então permaneciam no plano teórico.

Pelo exposto, é nosso desejo, Senhor Secretário, reservar a parte que usualmente se destina, nesta Exposição, a realçar sumariamente os aspectos relevantes, quer administrativos, quer técnicos, que, a nosso juízo, repercutiram, sensivelmente na ação desenvolvida pelo Órgão de Controle Interno, para mencionar a abnegação dos funcionários da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado.

Somente o destacado espírito público, a elevada e indiscutível capacidade técnica, o profundo senso de responsabilidade e de amor ao trabalho demonstrados por essa equipe de servidores é que possibilitaram a conclusão e a impressão dos documentos que integram a prestação de contas do Chefe do Poder Executivo, em tão curto espaço de tempo. A essa equipe, pois, seja-nos permitido louvar

e agradecer, transferindo-lhe os méritos por tudo o que foi feito.

Para encerrar, receba, Senhor Secretário, o reconhecimento pelo apoio que Vossa Excelência nos dispensou durante o período em que nos honrou com a sua confiança.



Handwritten signature of José Vescovi Neto, written in cursive over a horizontal line.

José Vescovi Neto,

Contador e Auditor-Geral do Estado.

EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEQUENDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RECEITA		DESPESA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
Receita Tributária	15.238.661.020,04	Despesa de Custeio	9.636.076.470,07
Receita Patrimonial	508.534.685,01	Transferências Correntes	6.402.634.922,25
Receita Industrial	29.414.342,45		
Transferências Correntes	1.236.400.051,34		
Receitas Diversas	753.388.112,63		
Deficit	17.862.198.211,47		
	294.511.381,65		
	10.096.709.391,12		26.096.709.391,12
			294.511.191,65
RECEITAS DE CAPITAL		DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	
Operações de Crédito	4.277.834.369,53	DESPESAS DE CAPITAL	
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	3.134.771,26	Investimentos	1.784.020.340,49
Transferências de Capital	1.263.153.450,34	Operações Financeiras	478.030.455,20
Outras Receitas de Capital	122,00	Transferências de Capital	2.550.670.931,27
	5.544.102.202,15	Subtotal	4.813.521.527,04
	5.544.102.763,15		646.070.034,16
			5.544.102.763,15
RESUMO			
RECEITAS E DESPESAS CORRENTES		RECEITAS	DESPESAS
RECEITAS E DESPESAS DE CAPITAL		17.862.198.211,47	16.096.709.391,12
SUPERAVIT		5.544.102.763,15	4.813.521.527,04
		23.346.300.974,62	436.070.056,16
			23.346.300.974,62

CONFADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO, EM PORTO ALEGRE, 14 DE MARÇO DE 1971.

Dirigente da Confaduría e Auditoria-geral do Estado
Augusto S. Schmitz
 Diretor da Confaduría e Auditoria-geral do Estado